

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**MEMÓRIAS PARA EDUCAÇÃO DO MUNÍCIPE: histórias do Portão
do Ocoí por entre memórias escritas e memórias vividas**

ROSÂNGELA PARIZOTTO

CASCADEL – PR
2017

ROSÂNGELA PARIZOTTO

**MEMÓRIAS PARA EDUCAÇÃO DO MUNÍCIPE: histórias do Portão
do Ocoí por entre memórias escritas e memórias vividas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação–PPGE, área de concentração em "Sociedade, Estado e Educação", linha de em pesquisa em "História da Educação", da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos dos Santos

Cascavel – PR

2017

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Parizotto, Rosangela

Memórias para a educação do munícipe: histórias do Portão do Ocoí por entre memórias escritas e memórias vividas / Rosangela Parizotto; orientador(a), JOSE CARLOS DOS SANTOS, 2018.

151 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

1. Memórias Escritas e Memórias Vividas;. 2. História da Educação de Missal/Paraná;. 3. Educação, Memórias e Conflitos;. 4. Formação do Município de Missal/PR e do Distrito de Portão Ocoí.. I. SANTOS, JOSE CARLOS DOS. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná

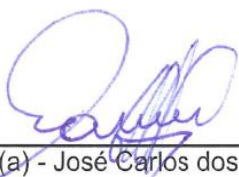


PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

ROSANGELA PARIZOTTO

Memórias para Educação do Município: histórias do Portão do Ocoí por entre memórias escritas e memórias vividas

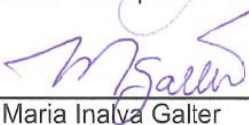
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa História da Educação, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:


Orientador(a) - José Carlos dos Santos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)


Fábio Andre Hahn

Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão (UNESPAR)


Maria Inalva Galter

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 27 de abril de 2017

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Celestino Parizotto (*in memoriam*), e à minha mãe, Ilma Masuco Parizotto, que, aos pés de um fogão a lenha, com a cuia de mate nas mãos, me ensinaram, com muitos exemplos vividos, a lutar por meus objetivos com humildade e determinação.

À minha irmã, Elizângela Parizotto Pagel e ao meu cunhado, Sidney Alexandre Pagel, por acreditarem que eu seria capaz de chegar ao final deste processo de estudos e terem, muitas vezes, desviado a rota dos seus passeios pra irem a campo comigo.

Aos meus dois filhos: Sidnei Júnior Pellin, sempre com a mão estendida nas horas incertas, reerguendo-me com força e sorriso sincero e Irmão Bento José Maria (Edinei Juliano Pellin), que mesmo de dentro do claustro, me faz sentir o seu abraço e o seu sorriso confortador.

Ao filho do coração Irmão Gregório José Maria (Reginaldo Goulart) e aos Irmãos do Mosteiro Beneditino de São Alberto/Py, por que sei que sempre sou presença em suas orações...

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, fonte na qual busco proteção e paz para seguir firme nos caminhos da vida, que, simplesmente, é só uma passagem...

Ao professor José Carlos, pela segurança, paciência (muita paciência) e respeito com os quais me orientou durante este processo de Mestrado. Expresso minha admiração e reconhecimento por sua dedicação, comprometimento e conhecimento a mim dispensados.

Às professoras da Banca de Qualificação, Tânia Rechia e Maria Inalva Galter, pelas significativas contribuições realizadas neste estudo.

Aos professores do Programa de Mestrado, pelo comprometimento e pela dedicação.

À Secretária do Programa de Mestrado, Sandra Maria Gausmann Köerich, pelo tratamento sempre simpático e eficiente.

Aos colegas do Programa de Mestrado, em especial aos amigos da Linha de Pesquisa de "História da Educação": Anderson, Dulce, Giovani, Helloisa, Juliane, Karine, Kleiton e Lidiane, pela ajuda, torcida e carinho.

A toda a família Mazzucco e Parizotto, principalmente à Nona Rosa Furlan Mazzucco (minha grande inspiração), tios(as), primos(as), que me incentivaram, ajudando e torcendo para que eu conseguisse chegar até o final deste objetivo.

À minha mãe, Ilma Masuco Parizotto, pelos cuidados e pelas preocupações para que eu pudesse me aplicar aos estudos e, principalmente, pelo "colinho" naqueles momentos em que tudo parecia dar errado.

À minha irmã, Elizângela Parizotto Pagel e ao cunhado, Sidney Alexandre Pagel, que me acompanharam em várias etapas da pesquisa.

Aos filhos: Sidnei Júnior Pellin e Edinei Juliano Pellin (Irmão Bento José Maria), pelas vezes que estive distante e ausente, e mesmo assim me receberam com um sorriso confortador. Amo-os infinitamente!

À minha amiga guerreira, professora Carla Elisângela Philippsen, pelas palavras de força quando eu mais precisei, por ser o ombro amigo que acolheu meus sorrisos, mas também muitas lágrimas... Você foi única!

A todos os que colaboraram para a realização desta pesquisa, meu reconhecimento pela importância que tiveram e, principalmente, pela humildade com que repassaram as suas histórias de vida, que foram intensas e ímpares para a condução da história aqui narrada por mim.

PARIZOTTO, Rosângela. **Memórias para educação do munícipe: histórias do Portão do Ocoí por entre memórias escritas e memórias vividas.** 2017. 148 páginas. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Área Concentração em Sociedade, Estado e Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Cascavel, 2017.

Orientador: José Carlos dos Santos
Defesa: 27/04/2017

RESUMO: Na realização desta pesquisa foi utilizada dois tipos de fontes: orais e escritas, ou seja, realização de uma pesquisa bibliográfica juntamente com uma pesquisa de campo, ambas tratadas como entrevista semiestruturada, com o intuito de documentar as memórias dos personagens que auxiliaram na formação do Distrito do Portão do Ocoí, que, mesmo em meio aos conflitos da posse da terra, fizeram com que ocorresse a construção da Igreja/escola, edificação que marca a criação e a posterior transição como instituição pública, explorando os sentidos do espaço em quatro verbos: ocupar, nomear, morar e trabalhar. Considerou-se o que já existe que é o livro didático utilizado como fonte oficial da memória da origem e das tramas do ensino local. Ao lado dessa fonte oficial, foram expostas memórias registradas pela história oral. Buscou-se compreender e trazer para a escrita à densidade dessas memórias e seus conflitos e, ao mesmo tempo, demonstrar como elas se articulam com a história da educação no município de Missal e qual é a relação da escola no processo de ocupação territorial no Portão do Ocoí, território do município de Missal/Paraná. A opção foi pesquisar desde a formação do distrito administrativo em 1961 até 2017, pois ainda são muitos os moradores vivos que auxiliaram na formação dessas comunidades e que ainda dela fazem parte, auxiliando assim, para inserir significantes e novos elementos na história de formação do nosso município, no caso, na história da educação.

Palavras-chave: Formação das Comunidades; Memórias Oral e Escrita; Memórias e Conflitos; Educação Formal; História da Educação.

PARIZOTTO, Rosangela. Memories for citizen education: Portão Ocoí stories through written and vivid memories. 2017. 148 pages. Dissertation (Masters in Education) - Program of Graduate Studies in Education, Concentration Area, Society, State and Education, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Cascavel, 2017.

Orientador: José Carlos dos Santos

Defesa: 27/04/2017

Abstract: In the realization this research, I basically use two sources types: oral and written, that is, bibliographic research and field research, treated here as semi-structured interview. The intention is document these memories of the characters who helped in the formation (colonization) of the Portão do Ocoí District – Missal/PR, that even in the middle of the land tenure conflicts, caused the construction of the Church/School, which marks the creation and subsequent transition as Public institution, exploring the senses of space in four verbs: occupy, name, live and work. As it deals with research on memory history of local education, it was considered what already exists that is the didactic book, used as official source of the memory of the origin and plots of local education. Next to this official source, were recorded memories by oral history. We sought to understand and bring to writing the density of these memories and their conflicts at the same time demonstrate how they are articulated with the history education in Missal City and what the relationship of the school in the process of territorial occupation in the Portão do Ocoí, Territory of the municipality of Missal/ Paraná. I chose to research from the formation of the District in 1961 until 2017, since there are still many living inhabitants who helped in the formation of these communities and who are still part of it, thus helping to insert significant and new elements in the formation history of our municipality, in this case in the history of education.

Keywords: Communities Formation; Oral and Written Memories; Memories and Conflicts; Formal Education; History Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Agricultores com arma em punho	65
Figura 2: Casa sendo transportada em cima de caminhão.....	86
Figura 3: Casa Transportada em cima de caminhão	87
Figura 4: Grupo Escolar Tiradentes – 1965.....	97
Figura 5: Capa do Livro em Homenagem aos 50 Anos da Cooperativa Lar..	119
Figura 6: Casa do Pe. José Backes e alguns moradores.....	120
Figura 7: Bandeira do Município de Missal/PR.....	123
Figura 8: Brasão do Município de Missal/PR	124
Figura 9: Mapa atualizado de parte do Distrito de Portão Ocoí	149

LISTA DE TABELA

Tabela 01: Porcentagem de homens e de mulheres trabalhando, de 20 a 60 anos, estratificado pela idade em que começaram a trabalhar, na área rural paranaense.....	69
Tabela 02: Dados populacionais, situação de domicílio e taxa de crescimento (Paraná 1940-1980).	94
Tabela 03 - Quadro de edificações das casas escolares rurais (1947-1950)...	96
Tabela 4: Conteúdos de História do Currículo Básico	126

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Divisão do relevo por planalto – Paraná	27
Mapa 2: Região Oeste do Paraná	34
Mapa 3: Distrito do Portão Ocoí e suas comunidades	48
Mapa 4: Mapa de parte do Distrito do Portão Ocoí.....	56

LISTA DE FOTOS

- Foto 1: Primeira escola/igreja da comunidade de São Valentim – Medianeira/PR, divisa com Sanga Seca – Missal/PR 109
- Foto 2: Parte de um texto de 4 páginas escrito pelo senhor Vitório Lieséski, contando como surgiu a comunidade de São Valentim e as dificuldades enfrentadas..... 110
- Foto 3: Monumento na Praça da Igreja Matriz de Missal 118
- Foto 4: Escola Municipal da comunidade de Portão Ocoy no ano de 1965..... 146
- Foto 5: Dona Hilda e seu esposo José Gonçalves (*in memoriam*) na época namorados..... 146
- Foto 6: Prefeito de Medianeira, Luiz Bonatto, hasteando a bandeira nacional.....147
- Foto 7: Grupo de professores que atuavam no município de Missal/PR em 1977..... 147

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PNLD – PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

TFP – SOCIEDADE BRASILEIRA DE DEFESA DA TRADIÇÃO, FAMÍLIA E PROPRIEDADE

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SIPAL – SOCIEDADE DE INCREMENTO À PROPRIEDADE AGRÍCOLA

COMASIL – COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA SIPAL LTDA.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS

SEED – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ASSOESTE – ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DO OESTE DO PARANÁ

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 SENTIDOS DO ESPAÇO EM QUATRO VERBOS: OCUPAR, NOMEAR, MORAR, TRABALHAR	22
1.1 O caminho metodológico	22
1.2 Migrar e colonizar	25
1.3 A busca pela terra	30
1.4 Projetos de colonização	39
1.5 A construção da fronteira, o domínio estrangeiro, a intervenção militar e a Emancipação política	41
1.6 Controle militar das fronteiras.....	44
1.7 Doação das terras, os Bispos e o controle da fronteira.....	46
1.8 A população e a cultura no Distrito do Portão Ocoí.....	58
2 MORAR, DOMESTICAR O ESPAÇO	64
2.1 População do Distrito do Portão Ocoí	67
2.2 A migração, a Capela e a Escola	68
2.2.1 A vinda dos imigrantes ao Portão do Ocoí	71
2.2.2 A ocupação do solo	75
2.3 O impacto das águas de Itaipu e o alagamento das memórias	80
2.4 O progresso pelas rodovias.....	84
3 LIVROS DIDÁTICOS: GUARDIÃES DE MEMÓRIAS E CONSTRUTORES DE IDENTIDADES	89
3.1 Livros didáticos e a formação de uma memória	89
3.2 Escolas rurais no Paraná	92
3.3 Escola isolada, da Zona Rural ou Grupo Escolar Rural?	95
3.4 Nosso local, nosso município: os conflitos de memórias	100
3.4.1 A escolha do professor.....	102
3.4.2 Memórias faladas	104
3.4.3 Memórias escritas	111
3.5 Em busca de uma identidade	114
3.5.1 Símbolos municipais: bandeira, brasão de armas e hino	122

3.6 Os objetivos de educar um munícipe: formar uma identidade?.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS.....	132
ANEXOS	144

INTRODUÇÃO

Segundo Schelbauer (2014, p. 73), ao analisar as novas gerações, em pouco menos de quatro décadas, praticamente desconhecem o que foram as escolas primárias rurais e a dimensão histórica dessas mesmas instituições na atualidade. Esta pesquisa busca reviver algumas memórias escritas e outras ainda faladas sobre essa experiência, neste caso com ambiência no interior do Paraná.

Aqui será considerada a significativa expansão dessa modalidade escolar que ocorreu nas décadas de 1930 a 1960, isso devido ao seu vínculo com a ocupação territorial, ligada ao movimento da ocupação e da colonização de diversas regiões do Brasil e, de modo especial, do Oeste do Paraná.

Houve um grande movimento humano e gerador de muitos conflitos motivados pela posse da terra por grileiros e por colonizadoras que expulsavam os antigos ocupantes informais. No caso dos grileiros, estes agiam mediante falsificações de documentos de propriedade visando revender as terras. No caso das empresas colonizadoras, elas haviam negociado com o governo do Estado, ora pagado pelas terras, ora negociando outros acordos, mas com o intuito primeiro de revender essas terras e assim colonizá-las. De qualquer forma, trata-se de um quadro social mais ou menos conflitivo e que veio a contradizer o que o governo estadual afirmava na época ser “[...] um processo de ocupação com tranquilidade social” (ARQUIVO PÚBLICO, 2002, p. 19).

A temática desta pesquisa se envolverá, portanto, com as experiências de educação no meio rural e procurará responder ao seguinte problema: Qual a relação da escola no processo de ocupação e formação territorial no Portão do Ocoí, município de Missal, Paraná?

O estudo local não foi tratado de forma isolada. Como dito acima, o período de 1930 a 1960 será importante para focalizar as experiências com o modelo escolar que será criado no local. Ainda como importante recorte temporal, o uso de fontes virá até a década de 1980, quando então parte do território inicial comporá o município de Missal. Como se demonstrará, entre as décadas de 1960 a 1980, o local sofrerá várias intervenções governamentais,

privadas ou de instituições religiosas, para reorganizar o espaço. Essas intervenções influíram diretamente no modelo escolar.

Esta dissertação também é o resultado de algumas reflexões sobre a minha práxis como educadora e das minhas inquietações e inconformidades com algumas situações da minha história de vida e do cotidiano escolar. Cabe neste momento parafrasear Hobsbawm (1917 – 2012) quando afirmou em 1993, em uma palestra em Creighton - EUA: “[...] todo historiador tem na sua história de vida um ponto de vista privado para examinar o mundo”. Então, se assim for, acredito que o meu ponto de vista tenha começado a ser construído na minha tenra infância em um determinado ponto no território do oeste do Paraná.

Nasci na comunidade de São Valentim, interior do município de Medianeira/PR, na divisa com o município de Missal/PR e ali vivi até 6 de junho de 1990, quando então vim, com meus pais, Celestino Parizotto (falecido em dezembro de 1992) e Ilma Masuco Parizotto, e minha irmã, Elizângela Parizotto, residir na comunidade de Linha Glória, distrito de Portão do Ocoí – Missal/PR.

Quando criança – tinha 11 anos quando meu avô faleceu em 24 de junho de 1984 – adorava quando o nono Theco, como era conhecido na vizinhança (Avô paterno Francisco Avelino Parizotto) vinha até a nossa casa passear, pois sempre pedia pra ele me contar "histórias de antigamente" e, nelas, ele trazia, de maneira cativante, os acontecimentos de sua juventude, as dificuldades enfrentadas pela família com a II Guerra Mundial e a sua convocação para defender o Brasil.

Informava nono Theco que, naquele tempo, lá pelos idos 1963/1964, foi por necessidade que teve de sair da sua comunidade no sul, hoje município de Colorado/RS, onde deixou os pais, amigos e parentes, e vir para o interior de Medianeira, numa região de matas do oeste do Paraná, em busca de um espaço agrícola para poder viver e criar os filhos.

A família havia aumentado com a chegada dos netos e o seu pai (meu bisavô), João, não dispunha de terra suficiente para todos os 13 filhos e seus descendentes, assim, ele e mais um irmão, o meu tio-avô Vitório Parizotto, compraram as terras mesmo sem saber a localização e lançaram-se ao interior

do Paraná com esposa e filhos. No decorrer dessa vinda e instalação de suas moradas e a formação da nova comunidade de São Valentim, ocorreu a repressão vivida na época, chamada de Ditadura Militar brasileira.

Tenho certeza que, nas memórias orais do meu avô Francisco e nas tantas perguntas sobre essas mesmas memórias formuladas por mim a meus pais Celestino e Ilma, na minha infância, nascia essa inquietação de busca pela minha história e pela história que procurar-se-á retratar aqui, no espaço que passei a ocupar com a minha família após meus 15 anos de vida, que é o Distrito de Portão do Ocoí.

Minha trajetória como professora iniciou-se em 1992, ainda enquanto aluna na 1ª Série do Magistério do Colégio Estadual Padre Eduardo Michelis, de Missal/PR, quando precisei substituir um professor na comunidade do Alto Rio Branco (hoje mais conhecida como Fazenda Formiga, porém seu nome é Comunidade Águas Claras) numa escola multisseriada de 1ª a 4ª séries.

Uma história vivida por mim nessa escola foi que, em determinado dia, no intervalo das aulas, brincando com os alunos no pátio, que se localizava em meio a uma área de pastagem, encontramos um crânio que parecia ser de humano, objeto que recolhemos e deixamos numa caixa de papelão nos fundos da sala de aula.

Ao chegar em casa, comentei com meus pais, sendo instruída a ir até o delegado da cidade para relatar o fato. Era mês de novembro. A única informação que tive, tempos depois, era que ali existia um cemitério clandestino da época da luta pela terra, onde jagunços e posseiros muitas vezes fizeram luta armada.

Esse foi o último ano de aulas nessa escolinha (como os pais costumavam chamar) e as crianças passaram a estudar na comunidade do Médio Rio Branco. Eu passei a substituir professores quando necessário, de maneira informal, em várias escolas do distrito de Portão do Ocoí, até que em 1997, recebi a missão de trabalhar na última escola multisseriada do Distrito e também do município de Missal, na comunidade de Cabeceira do Cedro.

Para o período de 1998 a 2000, fui eleita para o cargo de "conselheira tutelar", ano em que iniciei minha graduação no curso de Pedagogia na Unioeste – Extensão de Santa Helena/PR e, em 2001, retornei à sala de aula.

Iniciou-se, assim, a minha experiência com sala de aula seriada como professora contratada, quando, em 2004 assumi a profissão docente mediante concurso público na Prefeitura Municipal de Missal, ali passando a atuar em grande parte da trajetória de professora das Séries Iniciais, com turmas de 3ª Série/4º Ano do Ensino Fundamental, depois como Coordenadora Pedagógica e em 2010/2011 eleita Diretora da Escola Municipal na comunidade de Vista Alegre, sendo reeleita para os anos 2012/2013, porém, no início de 2012 pedi exoneração para assumir mais 20h de concurso público na Secretaria de Estado da Educação (SEED), pois em 2005 já havia assumido também concurso público de Professora Pedagoga na SEED.

Nesse período, a minha inquietação aumentou, pois ensinar História e Geografia nas escolas do nosso município era tarefa árdua, difícil primeiramente porque os livros didáticos que vinham para a escolha através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) não traziam a realidade do nosso município, e esta também não estava escrita em outro documento de maneira formal. Dependia de o professor ter o conhecimento para poder, então, formalizar alguma lição para os alunos. O livro "Repensando Oeste do Paraná: integração social, comunicação e expressão do município", de Dolair Augusta Callai (Org.), impresso em Cascavel, na Gráfica ASSOESTE (Associação Educacional do Oeste do Paraná) em 1984, era uma das únicas fontes.

E quando essa história foi descrita, mostrou especificamente a realidade da criação e da emancipação da sede do município de Missal/PR, ou seja, ao buscar dados a respeito da formação das comunidades e também do município de Missal/PR, deparei-me com vários problemas, principalmente o de falta de referencial bibliográfico. Na biblioteca pública municipal de Missal/PR e no Colégio Estadual do Campo Teotônio Vilella, localizado no Portão do Ocoí, podem ser encontrados poucos referenciais, entre eles Lunkes (2005) e Klauck (2004).

Foi diante dessa escassez de fontes que resolvi considerar as memórias sobreviventes sobre a nossa recente história, a começar pelas minhas. Diante do que já ouvi por meio de narrativas oralizadas, porém informais, a respeito da formação do distrito e as suas comunidades, a maioria são histórias que expõem as muitas dificuldades da vida naquelas terras, expõem a luta e

sacrifício para poder erguer um barraco, e aí, sim, iniciar a preparação da terra para prover o sustento. Essas histórias também mencionam enfrentar animais ferozes, trazer as mudanças (móveis) em carroças, sendo, na maioria das vezes, poucas "tralhas" e, junto com as crianças, depender do vizinho — que já estava um pouco mais estruturado — para chegar à propriedade e até esse mesmo vizinho ajudar com alimentação, entre outros tantos atendimentos de solidariedade.

Essas memórias de pessoas que viveram aqueles momentos, na sua especificidade, não se contemplam nas formas escritas e tampouco essa história simplória que é tratada no hino de Missal¹, nada disso é ensinado pelos professores nas salas de aulas, principalmente nas turmas de 4º Anos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais em que o assunto "O Município" é contemplado no currículo. Algumas bravas famílias fizeram surgir o nosso município como que num toque de mágica — é o que pode parecer às crianças ou aos jovens de hoje. Eis o assunto que será versado especificamente no Capítulo II, onde abordarei a Educação no tocante ao livro didático utilizado nas escolas municipais e que é base para o estudo das disciplinas de História e Geografia.

Restava resolver a questão metodológica. Em busca de uma metodologia encontrei Michel Pollak, que pareceu me indicar uma solução sobre como trabalhar memórias oralizadas e escritas de forma metódica e, portanto, científica. Pollak (1989), quando afirma que “[...] a memória comum a um grupo, entendida como memória coletiva, contribui para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade”. Entendi, com isso, que o autor evidencia a importância das conversas informais, das entrelinhas, para a construção de uma memória, seja ela coletiva ou individual, por meio das experiências de vida, mediante a observação de rastros significativos para um estudo histórico.

A produção historiográfica – a fonte escrita – também foi indicada por ele como memória de enquadramento, que segundo o autor, se alimenta do material fornecido pela história: limitado pela credibilidade, que depende da

¹ A letra do Hino de Missal está nos anexos.

coerência dos discursos sucessivos; da função dos objetos materiais (monumentos, museus, bibliotecas, etc.): guardar e solidificar a memória. Esses artefatos culturais criados são considerados por ele como instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva.

O livro didático de História e Geografia sobre o município de Missal será tratado metodologicamente, dessa maneira, como um artefato cultural criado como instrumento de manutenção de memórias. Da mesma forma será tratada a bibliografia regional sobre História do Paraná, as mensagens dos governos Lupion e Bento Munhoz, que serão arroladas nas discussões sobre ocupação, territorialização, fronteiras e conflitos agrários.

Buscou-se as memórias oralizadas por meio de entrevistas com os responsáveis pela história, ou seja, os ocupantes desse espaço geográfico, que ainda residem no distrito do Portão do Ocoí, pois ainda são vários os agentes/autores dessa história que ainda vivem – normalmente conhecidos como "colonizadores" e/ou "pioneiros" – e trazem esses rastros históricos, muitas vezes esquecidos ou ignorados, com os quais pode-se decifrar distintas trajetórias ou distintos contextos, da história já tida como oficial ou mesmo da que se costuma perscrutar – afinal, os eventos grupais não são simplesmente objetos observáveis.

Nessa trajetória do uso de fontes, estiveram presentes as discussões de Pesavento (2002), que ressalta que recorreremos às memórias do passado mesmo quando vamos reescrevê-la, pois juntamos fragmentos que nos chegam em modo formal ou informal, e, mais que isso: “[...] cada geração reconstrói aquele passado e o sistematiza em uma narrativa” (PESAVENTO, 2002, p. 26).

Esses lugares de reminiscência assumem importante significado por fazerem parte da memória coletiva de determinado grupo, a memória de um passado comum onde pretende-se encontrar uma identidade social, compartilhada, que faz com que o grupo se sinta parte daquele lugar, do espaço que traz a lume uma espécie de “história de todos”, com disse Pollak.

É dessa forma que pode-se entender a chamada história dos ocupantes territoriais, ou seja, um exercício de construção de memória escrita em que um autor ou autores insistem na possibilidade de ser uma memória compartilhada.

O livro didático traz essa perspectiva: a da homogeneidade cultural despontando para uma história que pertence a todos. Ocorre, no entanto, que, na medida em que se adentra as informações não formalizadas pelo escrito do livro didático e da historiografia regional, percebe-se que no escrito estão memórias seletivas, aquelas que politicamente desejam construir uma identidade cultural homogênea. A oralidade, quase sempre, conflitua com a informação do livro didático.

No Capítulo I faz-se uma exposição mais detalhada da metodologia utilizada para coletar as fontes e sua respectiva justificativa teórica. Pollak foi a referência maior por informar-nos não somente sobre a memória escrita ou falada, mas também sobre a sua relação com a territorialidade. Toda memória tem relação com uma coordenada espaço-temporal, seja um lugar geográfico, seja um monumento histórico. Assim, emergiu o problema da pesquisa, porque, o lugar liga a temática da escolaridade dos fundadores do lugar.

Assim, restaram descritas as memórias documentadas sobre a propriedade da terra no Oeste do Paraná, o “vazio demográfico do Oeste” existente na época, a necessidade de construir fronteiras frente ao domínio estrangeiro – paraguaios, argentinos e empresas não nacionais –, bem como, nos tempos do “pioneirismo”, a intervenção do governo militar e a emancipação municipal. Ainda, coube registrar os diálogos entre bispos, município e controle na fronteira, para isso tendo como fonte a historiografia, dissertações e teses. Com a intenção de dar uma visão panorâmica do período da pesquisa – 1930 a 1980, ao final vão mais algumas indicações de memórias locais sobre a posse territorial.

No Capítulo II organizou-se uma localização do Portão do Ocoí e a sua trajetória desde as primeiras ocupações até a sua atualidade como distrito de Missal. Localizou-se a definição geográfica e cultural do distrito a partir de enquadramentos maiores como a nacionalização das fronteiras. Também esboçou-se os principais eventos da imigração e da emigração, dos discursos de labor do europeu germânico e a sua idealização como braço preferencial para o então desejado progresso de integração regional e nacional.

Identifica-se os principais agentes de colonização local: as Companhias Colonizadoras e as iniciativas religiosas. Faz-se isso, não descuidando, porém,

de ressaltar as memórias sobre a fundação e a organização das escolas, a chegada das famílias e as formas de acesso a terra, tudo a partir da oralidade. Aponta-se os anos 1980 como o ponto de chegada de novos conflitos: a formação do Lago de Itaipu e a criação de outras comunidades locais e o fechamento das escolas rurais.

No Capítulo III, apresenta-se o livro didático e a sua autora. Esse livro didático foi elaborado pela professora Gisela Lunkes, que é também a autora do livro "Missal tem muito futuro neste passado" (2005). Ao lado de outras fontes escritas sobre a história local, descreve-se narrativas sobre a "saga vencedora de pioneiros", o fechamento de escolas com a racionalidade administrativa, a homenagem prestada através dos símbolos do município: o hino, o brasão e a bandeira. Ao lado dessas fontes, apresenta-se os informantes, narrando outras experiências ou as mesmas experiências vistas de outra maneira.

Enfim, o texto apresenta, ao lado das fontes oficiais, algumas memórias registradas pela história oral. Há relatos de professores que atuaram em experiências educacionais, bem como de moradores que estão "fora", ao "lado" e ou "ignorados" pelos textos escritos e rememorados na prática de ensino dos docentes que adotaram a memória oficial como fonte da origem histórica local.

No decorrer dessas memórias, juntamente com as memórias da pesquisadora, tentar-se-á dar um pouco de voz a outros atores. Sem ter a ilusão, porém, de que elas não deixaram, também, de ser memórias seletivas.

1 SENTIDOS DO ESPAÇO EM QUATRO VERBOS: OCUPAR, NOMEAR, MORAR, TRABALHAR

1.1 O caminho metodológico

Na realização desta pesquisa, faz-se uso basicamente de dois tipos de fontes: orais e escritas. As fontes escritas resumiram-se em utilizar a historiografia que retratou as representações literárias sobre o Estado Nacional no seu período de organização política, econômica e de organização de políticas de colonização no Brasil e no Estado do Paraná. Também alguns recortes jornalísticos que mencionaram esses objetos foram mencionados na pesquisa. As fontes orais, por sua vez, consistem nas entrevistas diretas por mim realizadas, com uso de vídeo e som, ou com entrevistas indiretas estruturadas e em momentos de vivência em encontros com remanescentes moradores do Portão do Ocoí, provocados com essa finalidade.

Essas fontes receberam um tratamento teórico-metodológico, indo em busca daquilo que menciona Sá (2001, p. 40) ao dizer que “[...] resignificando a visão sobre a ciência, a pesquisa passa a ser entendida como uma prática social reflexiva e crítica. Entende-se o conhecimento não como algo a ser possuído, mas como algo que se constrói coletivamente”. Assim, neste estudo, as fontes não foram tratadas como fato isolado e que provam um evento; ao contrário, foram abordadas como trato coletivo, numa visão de conjunto, na expectativa que descrever o seu contexto e criar uma visão mais ampla do objeto estudado.

O levantamento de dados para a pesquisa seguiu dois procedimentos e uso de fontes. Como se trata de pesquisa sobre memória da história da educação local, considera-se que já existe uma iniciativa de criar uma memória escrita sobre esse tema. Há um livro didático que é utilizado como fonte oficial da memória da origem e das tramas do ensino local.

Esse escrito foi utilizado como ponto de partida para pensar as articulações entre o conceber a memória, a confirmação do lugar político dos personagens apresentados e os sentidos narrados sobre esses personagens

que, notadamente, criaram e criam algum impacto político no tempo presente da história local.

Ao lado dessa fonte oficial foram colocadas memórias registradas pela história oral. Há outros relatos de professores que atuaram em experiências educacionais e que estão “fora”, ao “lado” e ou “ignorados” pelos textos escritos e rememorados na prática de ensino dos docentes que adotaram a memória oficial como fonte da origem histórica local.

São docentes que estiveram exercendo seu magistério anteriormente à formação da municipalidade, docentes que atuaram em “escolas de imigrantes” que serviam a outras perspectivas e fora do controle estatal. Essas memórias registram experiências fundamentais dos modos de fazer ensino, dos objetivos da educação e de jeitos de educar que diferem dos modos oficiais. Pretende-se, a partir dessas duas fontes, demonstrar e expor lado a lado os seus autores e as suas narrativas.

Essas narrativas foram registradas através de depoimentos e de observação direta, inserindo-se detalhes sobre um cotidiano vivido antes e depois de 1963 – ano de fundação do município de Missal e a adoção do livro didático do município e que foi gerador de muitas controvérsias entre os usuários docentes desse livro didático.

A partir do registro dessas divergências pretende-se focar no informante e no texto escrito. Trata-se de confrontar duas memórias – a escrita e a falada – compondo, mesmo pelo conflito, uma história da educação local.

O conjunto de críticas que se faz ao uso de fontes orais na pesquisa em história em geral, e da educação em particular, contribuiu para que os profissionais que trabalham com essas fontes ampliassem o debate sobre o desenvolvimento de um método que garantisse um caráter de confiabilidade aos depoimentos, envolvendo as discussões sobre a questão da memória e a importância da constituição de arquivos que garantam a guarda, a conservação e a disponibilização dessas fontes para o público interessado, tanto especialistas como usuários em geral.

A história oral, segundo Meihy(2000), é uma forma de acessar memórias individuais ou coletivas. Embora essas memórias possam ser acessadas por

meio de álbuns de família, de cartas, de livros ou de jornais de época, é a forma oral que permite o meio de transmissão e de ressignificação.

Com relação à problemática da memória, Pollak (1992) argumenta que a memória é formada por três elementos constitutivos: acontecimentos, personagens e lugares. O autor trabalha com esses elementos de forma individual e coletiva, pois seu esquema de explicação se organiza em experiências vividas pela própria pessoa ou pelo grupo ao qual essa pessoa pertence, ainda que não tenha envolvimento direto com determinada experiência. Assim, em sua obra “Memória e Identidade Social”, trabalha as construções identitárias feitas pela memória e pergunta:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. (POLLAK, 1992, p. 201).

Assim, os acontecimentos vividos pela pessoa entrevistada estão em primeiro lugar. Em segundo lugar estão os acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer, acontecimentos dos quais ela nem sempre participou, mas que, no conceito, tomaram tamanho relevo que é quase impossível ela distinguir se participou ou não.

Em terceiro lugar, os acontecimentos fora do espaço-tempo de um grupo, e que, por meio da socialização política e histórica, um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, o faça ser incorporado por esse grupo, podendo-se falar em uma memória herdada.

As personagens também são entendidas dessa forma, existindo as que foram encontradas pessoalmente, as que foram conhecidas indiretamente, mas que se tornaram quase que conhecidas e ainda as que não pertenceram ao espaço-tempo da pessoa.

Por último, os lugares. Conforme Pollak (1992, p. 2-3), existem lugares da memória, lugares ligados a uma lembrança, que pode ser pessoal ou não ter apoio no tempo cronológico. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são lugares de comemoração. Locais muito longínquos fora do espaço-tempo da vida de

uma pessoa podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e, por conseguinte, da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo.

Associada a esses elementos constitutivos, a memória também é intercruzada pelos fenômenos da transferência e da projeção, onde a memória de um determinado grupo entra em conflito com a memória oficial de seu país, escolhendo acontecimentos e datas diferentes para as suas comemorações. Outras vezes acontece que se podem comemorar os mesmos acontecimentos, mas de modos diferenciados ou até em datas diferentes.

O que define essas comemorações ou, melhor, a importância concedida a elas pelos grupos humanos é a experiência vivida pelos respectivos grupos em relação ao objeto de comemoração. Então, portanto, a memória que um grupo constrói está intimamente ligada com as suas vivências e o próprio grupo seleciona o que julga digno de comemoração ou não.

Neste ponto chegamos ao que Pollak (1992) destaca como uma das características da memória, ou seja, que ela é seletiva. Nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado. O caráter seletivo da memória é reforçado pela noção de pertencimento afetivo ao grupo ao qual um determinado indivíduo está inserido, pois o sentimento de continuidade presente naquele que se lembra é o que faz com que uma dada memória permaneça.

Na pesquisa em pauta, há uma memória seletiva assumida como oficial. Há, no entanto, outras ao seu lado que se referem ao mesmo objeto, mas construídas de outra maneira e por outros sujeitos, cuja projeção e transferência estão vinculadas a outros interesses de grupo. Buscou-se compreender e trazer para a escrita a densidade dessas memórias e os seus conflitos, e, ao mesmo tempo, demonstrar como elas se articulam com a história da educação no município de Missal.

1.2 Migrar e colonizar

A seguir apresento algumas representações construídas acerca da territorialidade do Estado do Paraná, destacando-as como memórias escritas sobre um determinado regionalismo concebido em matrizes de pensamento científicas e políticas bem precisas a partir do início do século XIX. Tal recorte

tomou como base as políticas públicas de defesa das fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina, políticas que foram fundamentais para localizar as primeiras experiências com a posse do solo nas margens do Rio Ocoy, foco territorial de nossa pesquisa.

Dessa perspectiva mais macro, passarei a descrever a ocupação da terra no Paraná e a formação do município de Missal/PR, destacando a presença dos primeiros moradores da comunidade de Portão Ocoy e comunidades pertencentes ao atual distrito, que são: Cabeceira do Cedro, São Sebastião, São José dos Pinhais, Bandeirantes, Jacutinga, Linha Rio Branco, Sanga Seca e Linha Glória, que começaram a ocupar esse espaço no início da década de 1960.

Por força das matrizes de pensamento no século XIX, a descrição da paisagem geográfica antecedia sempre a descrição dos acontecimentos. Com essa prática fundada no positivismo e no evolucionismo se acreditava na matriz do meio como formador do homem. As narrativas sobre a ocupação do solo, assim como sobre a configuração dos seus conquistadores, partiram do litoral para o interior, interior esse à época denominado *hinterland*² (SANTOS, 2014).

Essa matriz de pensamento formou um perfil de representações literárias fundadas antes, na forma do espaço. Assim, o lado oeste do Paraná, bem como o corpo geográfico do Estado Nação, em termos de definição dos pontos cardeais, será sempre oposto ao lado leste. Leste é litoral, portos, cidades fundadoras. Oeste é sertão, é desconhecido, é ameaçador; cidades e portos são lugares do homem cordial, para lembrar o clássico pensamento de Sérgio Buarque de Holanda (Livro: Raízes do Brasil – Edição crítica – 80 anos [1936 – 2016]): “[...] o sertão ou sertanejo, é lugar do colono, homem atrasado, doentio, 'tradicional’”.

Para fugir de armadilhas do discurso, procurei utilizar a palavra “ocupante territorial”, por mais que essas palavras cunhadas anteriormente não possam ser omitidas quando das citações. Ao desmistificar esse conceito de

² A palavra é de origem alemã e significa em português algo como território interior ou retaguarda de uma cidade. Tornou-se, especialmente desde os anos 1980, um conceito muito utilizado em estudos sobre o território, nomeadamente por geógrafos, economistas e historiadores, que lhe têm atribuído significados ligeiramente diferenciados, no caso específico aqui, Santos (2014) atribui esta palavra para denominar os lugares distantes da capital do Estado e/ou das cidades já constituídas na época.

"colono" que se tem até o momento na história, procurando compreender as suas memórias, as suas dificuldades, busco entender as múltiplas situações vividas, não só de maneira positiva como as fontes bibliográficas sobre o município de Missal tratam e trazem, mas e principalmente trazer a memória que se encontra nas entrelinhas, que podem ser observadas quando ouvimos os depoimentos e as entrevistas dos autores dessas memórias.

Retornando aos conceitos, essas matrizes criaram memória dentre geógrafos, historiadores e educadores de um modo geral. Por um longo tempo ensinou-se história como serva da geografia. Uma referência historiográfica que se tornou bem conhecida entre os pesquisadores foi produzida por Rui Cristovan Wachowicz, (2001, p. 231) quando explica que a região Oeste paranaense (mesorregião, conforme classificação atual do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) está situada no 3º Planalto, limitando-se ao sul pelo Rio Iguaçu com a região Sudoeste, ao norte pelo Rio Piquiri, com região Noroeste, a leste pelo Rio Guarani com a região de Pitanga e de Campo Mourão, a oeste pelo Rio Paraná, estabelecendo fronteiras com o Paraguai e a Argentina. O Mapa 1 ilustra a divisão em planaltos, projetando o ponto inicial – o leste – no litoral e o deslocamento “serra acima” ao encontro do sertão, no lado oeste.



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_do_Paran%C3%A1>.

Cabe aqui lembrar que a divisão por planaltos é conforme a sua especificidade, e cada uma das divisões apresenta características próprias, assim caracterizando o 3º Planalto – ou o Planalto de Guarapuava – como sendo o maior deles em extensão e com altitudes variando entre 900 e 1200 metros.

Ainda, o Paraná contém as seguintes mesorregiões: i) Mesorregião do Noroeste Paranaense; ii) Mesorregião do Centro-Occidental Paranaense; iii) Mesorregião do Norte Central Paranaense; iv) Mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense; v) Mesorregião do Centro Oriental Paranaense; vi) Mesorregião do Oeste Paranaense; vii) Mesorregião do Sudoeste Paranaense; viii) Mesorregião do Centro-Sul Paranaense; ix) Mesorregião do Sudeste Paranaense; e x) Mesorregião da Região Metropolitana de Curitiba (CIGOLINI, 2004, p. 90).

A vegetação original (Floresta Tropical e Mata das Araucárias) quase não existe mais. Atualmente, em seu lugar são encontradas plantações variadas e pastos. Assinala-se, ainda, que seus solos, cuja origem vem dos produtos da decomposição do basalto, formam a chamada “terra roxa”, que se encontra no norte e no oeste do estado.

A mesorregião Oeste Paranaense contempla um maior número de municípios, pois são ao todo 50, agrupados em três microrregiões (IBGE, 2014). Segundo o IBGE (2014), ela se “[...] configura como uma mesorregião devido aos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo serem considerados núcleos urbanos de grande importância e que norteiam a economia de suas microrregiões”. Conforme estudos historiográficos dos municípios da região Oeste, o município de Foz do Iguaçu era inicialmente o único, a partir do qual, em 1950, ocorreu a emancipação de quatro distritos: Cascavel, Toledo, Guaíra e Guaraniaçu. Em 1970 já eram 21 municípios nessa mesma região e, finalmente, em 2000 chegou-se aos 50 municípios que compõem a região atualmente.

Ao lado dessa perspectiva geográfica está a tendência em considerar a história em ciclos econômicos. É uma matriz de pensamento do regional. Nessa perspectiva, segundo estudos do Instituto Paranaense para o Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2006a), os municípios do Oeste Paranaense surgem apoiados nos ciclos econômicos, dos quais o primeiro esteve exclusivamente voltado às atividades extrativistas de expansão (madeiras nobres de exportação) e da erva-mate nativa, e, posteriormente, a inserção da agricultura e sua evolução.

Muitos municípios da região tiveram na construção de ITAIPU um pretexto para as suas emancipações administrativas e políticas. Os conceitos "tradicionais" de região se aplicam à região Oeste. Segundo definição dada pela historiadora Terezinha Westphalen, uma região é fruto do choque de interesses de um povo e, entretanto, a região Oeste paranaense possui uma identidade histórico-cultural, com características próprias e uma forma de organização social peculiar. Para Westphalen (1987, p. 7), é uma identidade cuja formação está enraizada pela organização: “[...] a História de grandes e até mesmo trágicos acontecimentos, sobretudo de cotidiana luta pela posse e domínio das terras ocupadas, fazendo-as legalmente reconhecidas”.

Também o IPARDES corrobora essa afirmativa de Westphalen ao afirmar que:

Nesse emaranhado de pleitos conflitantes, alguns grupos e empresas utilizavam-se de grileiros e jagunços para garantir as terras, pressionar e expulsar posseiros, muitas vezes compradores legítimos de lotes. Por outro lado, a maior parte dos produtores provinha de uma classe de pequenos e médios proprietários já consolidada há gerações, e, portanto, muito mais politizada e consciente de seus direitos” (IPARDES, 2006b, p. 305).

Essa mesorregional será, portanto, ocupada por pequenos e médios proprietários e produtores que migraram para a região oeste paranaense. Muitos deles têm por origem as imigrações italianas e alemãs para os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul; outros, de forma espontânea, para migrarem posteriormente para as regiões oeste e sudoeste do Paraná.

Com base nos dados do IBGE (2000 apud AMOP, 2008), pode-se analisar que a mesorregião geográfica do oeste do Paraná compreende um conjunto de 50 municípios ou 12,53% dos municípios do Paraná; abrange uma área territorial de aproximadamente 22.851.000 km² ou 11,5% do espaço territorial do estado, e possui um contingente populacional de 1.138.582 habitantes, subdividido em: i) Microrregião de Toledo, com 343.675 habitantes; ii) Microrregião de Cascavel, com 395.420 habitantes; e iii) Microrregião de Foz do Iguaçu, com 399.487 habitantes.

Será nesse grande movimento humano, provocado por iniciativas do Estado, por empresas, pelas igrejas católica e luterana ou mesmo influenciados

por outras relações com migrantes, que a região oeste paranaense aparece nas memórias escritas sobre o espaço, a sua forma, vocação natural e riqueza nacional. Consolidou-se essa matriz geográfica dos planaltos e do oeste como sertão.

1.3 A busca pela terra

Antes mesmo de se entender terra como patrimônio, é preciso compreendê-la por outros sentidos. Assim, quanto a esse território do extremo oeste do Paraná, embora descrito por alguns historiadores que era visto como ‘terra de ninguém’, nunca esteve despovoado. Há memórias orais e escritas sobre essas ocupações antigas de grupos de índios guaranis e outros povos primitivos, depois, já em tempos de Império, de espanhóis e de portugueses do século XVIII em diante, além dos *mensus* — indígenas e mestiços mal assalariados da exploração de madeiras e da erva-mate. O próprio nome “ocoy” é um termo que, como símbolo linguístico, reúne muitas tradições, como se indicará no último capítulo. Todos esses sentidos, contudo, resultantes de um lugar praticado, conforme afirma Certeau (1994), remetem à busca pela terra, tal como os geógrafos, que contam a idade dela pelos ciclos ou pelos planaltos, ou como os colonizadores das margens do Ocoy.

Missal, Medianeira, Portão do Ocoy, entre outros, são nomes construídos em torno da necessidade de demarcar um espaço, de possuí-lo, de nominá-lo, como de tudo o exigiam as normas do Estado Nacional. Justamente por assim ser, são denominações seletivas, isto é, demonstram a vontade política de membros de um grupo que, como transferência ou como projeção, se firma mediante determinados rituais, segundo o mencionado Pollak. A busca pela terra foi uma convergência de vontades estimuladas e de vontades individuais. Nessa convergência entraram políticas de assentamento com distribuição de terras; entrou a necessidade nacional de defesa das fronteiras do lado ocidental do país e, por isso, a necessidade da presença da ordem institucional. Tudo isso então se mesclou numa única busca que, neste caso, era conflitiva.

Pesavento (1995, p. 15) comenta que o imaginário da terra foi uma busca desenfreada que colocou em cena muitos atores sociais, eis que

posseiros, colonos, jagunços, policiais, padres, professores, pastores e outros se deslocam, ocupam o espaço fronteiro, assim agindo ora por força de políticas públicas, ora por instâncias religiosas, ora por interesses empresariais e privados. Trata-se de uma complexa história que produziu muitas memórias.

Esses personagens citados acima são recitados como palavras-chave para desvendar atitude de heroísmo ou altruísmo na ritualização da memória do grupo. São utilizadas até hoje nos discursos acalorados dos políticos em aniversários de suas cidades, em comemorações de homenagem e até mesmo da população em geral, pois, no contexto da produção discursiva, “confirmam” o papel ativo da linguagem na construção histórica dos conflitos em torno do sonho da terra própria, pondo ênfase nesses desbravadores como homens heroicos, que, com a força do braço e de poucas ferramentas, trouxeram o progresso, abriram espaço para a “vida boa que temos hoje”, como registra o livro didático do município, que adiante será explorado.

Vale antes lembrar alguns alertas de Paul Thompson ao se utilizar de memórias para a pesquisa acadêmica. Thompson (1992, p. 204-205) explica que devemos “[...] aprender a estar atento àquilo que não está sendo dito, e a considerar o que significam os silêncios”. E Maluf (1995, p. 45) comenta que “[...] cabe ao historiador ir além do que foi lembrado, ir além do que foi colhido e retirar das sombras o que não foi recordado e 'colhido'”. Daí a importância da história oral como forma de fornecer outros registros para a pesquisa, registros outros que não somente a fonte oficial.

Cabe, então, mencionar que a historiografia regional está eivada de silêncios. Embora seja recente, a escrita bibliográfica da história do Oeste do Paraná parece ter seguido a história administrativa do Estado. Até o seu desmembramento da Província de São Paulo, em 1853, o Estado não tinha uma história própria escrita, registrada, sistematizada, cientificizada, embora povoamentos já existissem desde há pelo menos um século antes e tendo sido formados na busca por riquezas extrativistas, como o ouro e a erva-mate.

A história do pensamento historiográfico paranaense foi demarcada por uma intensa busca de consolidação de instituições educacionais, do ensino das

séries iniciais ao superior. Segundo Romário Martins, o primeiro projeto de universidade brasileira nos moldes modernos foi criado em Curitiba em 1892³.

Romances e relatos de viagem antecedem a primeira edição de "História do Paraná", de Romário Martins, de 1889. Romário e Rocha Pombo foram de uma geração de historiadores "práticos", ou seja, sem formação reconhecida por instituições de ensino formal. Esse seu processo de escrita passa a acontecer de vários eventos, principalmente pelo advento da abertura de faculdades, o que resultava na permanência de pesquisadores nesse contexto estudado, bem como a busca e a curiosidade das pessoas pela compreensão do espaço que passaram a habitar, dando origem em uma legião de pensadores que, até então, não havia se apercebido com esse tipo de interesse nem havia aflorado através de documentos escritos.

Então, dada essa necessidade estabelecida pela dinâmica do crescimento, percebe-se que:

O conhecimento historiográfico, pensado como um dos sentidos que pode ser atribuído ao termo história, ou seja, aquela resultante de um esforço de pesquisa metodologicamente controlado, isto é o que foi produzido nas universidades. É resultante, em grande parte, da estruturação e expansão das instituições universitárias e dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* a partir dos anos de 1970. Este fenômeno criou uma demanda por "titulação", decorrente das necessidades da carreira acadêmica. Portanto, tomamos os cursos de pós-graduação e as instituições universitárias situadas no Estado do Paraná como os "lugares sociais da produção historiográfica"⁴.

Ao lado de Arruda e Proença, também Ivo Oss Emer (2012) afirma esse pensamento e ainda entendem que a sua gênese se encontra na década de 1970, mas se deve principalmente à formação em nível superior, em decorrência da demanda por profissionais qualificados nas décadas seguintes.

Segundo Horta (1985), de 1962 a 1972, o ensino superior no Paraná apresentou um processo de interiorização invejável, na ordem de 86%. Além

³ CAMPOS, Névio de. Movimento pela criação da Universidade: ações de Rocha Pombo e do Estado do Paraná. Anais da Anpuh, Londrina, 2005.

³ ARRUDA, Gilmar & PROENÇA, Wander de Lara. A historiografia do Paraná e o espaço simbólico da universidade: os historiadores, seus lugares e suas regiões (1970-2012). **Revista de História Regional**, vol. 18, nº 1, p. 240-260, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

da interiorização, configura-se como características do período a introdução da cobrança de mensalidades nas universidades públicas e a organização sob a forma universitária.

Para Sheen (1986), são três as fases de interiorização do ensino superior no Paraná:

– os anos 50 e 60 do século XX caracterizam-se pela criação de estabelecimentos de ensino superior isolados;

– ao final dos anos 1960 são criadas três universidades estaduais no interior paranaense: em Ponta Grossa, em Londrina e em Maringá, integrando a política educacional definida pela Lei Federal nº 5540/1968, a Lei da Reforma Universitária daquela época;

– em meados dos anos 70, a partir de 1975, observa-se a expansão do ensino superior, agora sob a responsabilidade de instituições municipais.

Se, por um lado, esse crescimento respondia a uma demanda de crescimento, outro aspecto de também grande importância foi ressaltado por Emer e Kreutz em relação ao crescimento de escolarização no Estado: ensinar as primeiras letras fazia parte de costumes tradicionais dentre os imigrantes provindos do sul do país.

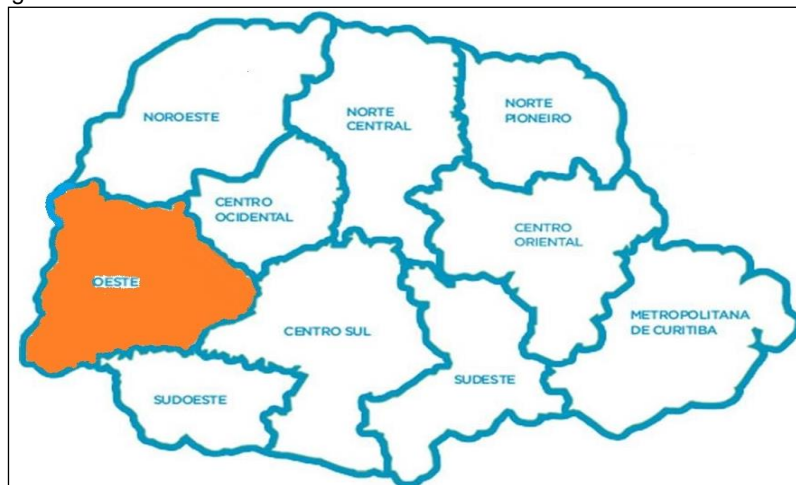
Kreutz se refere à imigração para o Rio Grande do Sul e Oss Emer sobre os ítalo-germânicos no Oeste de Paraná. De todo modo, nos quatro verbos citados no título deste capítulo: ocupar, nomear, morar e trabalhar, dever-se-ia acrescentar mais um: educar. Em nossa pesquisa local, ou seja, no distrito do Portão do Ocoí, esse verbo será um marco fundador da vida comunitária, como se verá no decorrer do texto.

É consenso entre os estudiosos do tema que o fator motivador principal da ocupação regional – apesar dos outros motivadores acima expostos – foi a necessidade de defesa da fronteira nacional e a posse territorial. O *hinterland* era descrito como “vazio demográfico” (MARTINS, POMBO & R. SANTOS), o que representava facilidade para a invasão estrangeira e então deveria ser ocupado pela colonização pioneira.

Mota (2005, p. 76) assegura que historiadores, geógrafos, sociólogos, representantes políticos e integrantes de órgãos de colonização eternizaram a visão do “vazio demográfico” em livros e materiais de divulgação: “Essa versão

repetiu-se nos livros didáticos, importantes mecanismos de normatização de ideias na época, utilizando, principalmente, termos como ‘sertão’, ‘terras devolutas’, ‘mata virgem’ ou ‘boca do sertão’” (MOTA, 2005, p. 77).

Mapa 2: Região Oeste do Paraná



Fonte: <<http://www.paranatrade.com.br/regioes>> (modificada pela pesquisadora)

O marco inicial da colonização do Oeste paranaense foi a instalação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, em 1889, fundada pelo Capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo, que argumenta em seu discurso que: “essa região era de grande importância estratégica, o governo imperial, por meio dessa colônia buscou assegurar o fortalecimento da fronteira guarani” (UNILIVRE, 2002, p. 231). Isso é assegurado por Wachowicz (2001, p. 232), quando afirma que:

Durante a abertura da picada em direção oeste foram encontrados grupos de trabalhadores que exploravam a ervamate. Estes eram índios paraguaios e argentinos que espoliavam as riquezas deste espaço sendo que esse encontro se deu na região atual de Céu Azul/PR. (WACHOWICZ 2001, p. 232).

Reafirma-se a citação acima nas palavras de Figueiredo (1934, p. 104) que retrata a fala do mesmo, ao realizar uma expedição ao extremo oeste paranaense, relatando os aspectos naturais, culturais e sociais de um espaço supostamente desabitado por brasileiros:

“Atravessamos o rio Ocohy, que se devia grafar ‘Oco-ü’, pois ‘ocô’ é o nome de um passaro raro, aquatico, e ‘ü’, significa agua, em guaraní. Escolhemos parar na ‘obraje’ Sete de

Setembro, do Senhor Eugenio Caferata, argentino. O senhor Caferata trabalha com 120 homens, sendo 82 paraguaios e 38 argentinos. O único brasileiro existente neste recanto do nosso Brasil é um soldado de policia ali destacado, que, aliás, é casado com uma paraguaia e seus filhos falam... o guaraní.”

O verbo “espoliar” dá o tom do discurso do próprio pesquisador quando parece assumir a postura em defesa de algo que também lhe pertence. Eram períodos de discussão das identidades nacionais e, no caso de regiões transfronteiriças como o Oeste do Paraná, elas foram discutidas tendo como parâmetro o Outro, um “outro” que não pertencia à paisagem nacional.

Quando a expedição⁵ chegou a Foz do Iguaçu, em 1889, a população encontrada na região estava composta de 324 habitantes, na maioria paraguaia e argentina, sendo os brasileiros apenas nove. Alguns anos depois, em 1905, a população da Colônia de Foz do Iguaçu já era de aproximadamente mil habitantes (WACHOWICZ, 2001, p. 232).

Dos anos iniciais do século XIX, a partir de 1912 foi necessário esperar mais três décadas para florescerem decisões políticas mais afirmativas da defesa territorial. Foi com uma preocupação em nacionalizar urgentemente a fronteira guarani que, após a Revolução de 1930, o interventor no Paraná, General Mário Tourinho, tomou as primeiras providências nesse sentido e, por meio da Prefeitura de Foz do Iguaçu, foram tomadas novas medidas. Sobre isso, Wachowicz (2001, p. 243 e 244) aponta que:

[...] a) os documentos que entrassem na Prefeitura só seriam despachados, se redigidos em português; b) os anúncios comerciais, lista de preços, avisos só seriam permitidos, se escritos em português; c) os impostos e taxas só seriam cobrados, se fossem pagos em moeda brasileira.

Essas medidas foram defendidas como necessárias para a nacionalização da fronteira e, caso não tivessem sido adotadas, talvez os limites conhecidos nos mapas atualmente poderiam ser totalmente diferentes, pois é certo que a presença militar na área teve os méritos de garantir a posse do território pelo Brasil, de disciplinar a atividade econômica e de dar

⁵ A expedição foi o estabelecimento da colônia militar na fronteira, sendo a primeira tentativa de controle da região pelo Estado brasileiro.

segurança à população, o que é afirmado também por Colognese, Gregory & Schallenberger (1999, p. 34), que:

[...] no que concerne à ocupação brasileira, se iniciara, ainda no século passado, quando, por motivos estratégicos e de segurança das fronteiras, foi fundada, em 1889, a Colônia Militar, que deu origem à atual cidade de Foz do Iguaçu, o mais antigo núcleo urbano da região. (COLOGNESE, GREGORY & SCHALLENBERGER, 1999, p. 34).

Ainda conforme os autores apontados, fatores como a política da Marcha para o Oeste da era Vargas, crises financeiras das empresas estrangeiras, assim como a migração de colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, impulsionaram a colonização do Oeste do Paraná.

Colognese, Gregory & Schallenberger (1999, p. 40), uma vez mais destacam a preocupação com o elemento humano que ocuparia essa região: “[...] descendentes de alemães, de italianos e de outros imigrantes acostumados com a lida agrícola colonial na pequena propriedade”. Ainda os mesmos autores, afirmam que os registros das empresas buscavam dar destaque à população sulista através dos sobrenomes, assim como “[...] se esmeraram em registrar e divulgar suas intenções e suas atividades desenvolvidas” (COLOGNESE, GREGORY & SCHALLENBERGER, 1999, p. 41).

Desse modo, a trajetória do desenvolvimento conformada ao longo da história política brasileira, principalmente a partir de 1930, foi marcada por uma série de crises econômicas, de abalos e de rupturas institucionais.

Segundo descreve Ianni (1979, p. 70), essas crises, que assumiram caráter econômico, político e institucional, revelaram disputas de projetos políticos e de ideologias no seio da sociedade brasileira, que, lentamente, abandonava o modelo de desenvolvimento de base primária de característica nacionalista até a década de 1950, e passava a outro, quantitativa e qualitativamente distinto, agora de base industrial-exportadora e, assim, a colonização desse espaço tão desconhecido, porém, tido como rico e fértil, é iniciada.

Menciona ainda Ianni (1979, p. 74), num sentido mais amplo, que o conceito de colonização se confunde com o de povoamento, isto é, o processo

de ocupação e de valorização de uma área realizada por indivíduos provenientes de fora. Num sentido mais restrito, colonização é o povoamento precedido de planejamento governamental ou privado, o que Castro (2002, p. 41) define da seguinte forma:

A Colonização, em seu sentido mais amplo, é o processo de ocupação de uma área, realizado por indivíduos de fora, colonos. Este conceito mais amplo, na realidade, confunde-se com povoamento. Mas num sentido mais governamental ou privado e, na história contemporânea, esse processo está estreitamente relacionado à apropriação privada do uso do solo e ao surgimento do trabalho livre, enquanto classe social. (CASTRO, 2002, p. 41).

Por versar de uma visão demasiado simples, nem sempre fica claro qual é o sentido da "colonização" em e seu significado para determinado contexto e, muito menos, não se reflete, do ponto de vista sociológico, seu desenrolar para a constituição do Brasil enquanto nação.

No Paraná, segundo afirma Bueno (2004, p. 25), “[...] o sistema de colonização pretendia conquistar o imigrante a fim de que este produzisse gêneros de primeira necessidade, povoasse a região como pequeno proprietário e assim garantisse o seu real crescimento”. A ocupação do território e seu povoamento também se serviam como garantia do espaço político recém-conquistado, como para formar e modelar uma população, com o padrão novo europeu e tipo de produção baseado em pequenas propriedades.

Conforme relata Wachowicz (1985, p. 113), com a “Marcha para o Oeste” foi empreendida a nacionalização das fronteiras e a ocupação dessas terras. No caso paranaense, afirma Oss Emer (2012, p. 34) que “[...] esta ocupação ocorreu a partir da década de 1930, sob o governo do interventor⁶ Manoel Ribas e o meio utilizado para povoar estas regiões foi a migração dos colonos de origem europeia já residentes em terras gaúchas”.

A ocupação das terras se realiza através de investimentos de empresas colonizadoras, que comprem grandes glebas territoriais do governo e revendem em pequenas propriedades. Aqui podemos citar o exemplo da Gleba

⁶ Interventor de Estado era denominação para governador nomeado pelo presidente da República, que, na época, era Getúlio Vargas.

dos Bispos (Missal), que é uma realização da Igreja Católica em parceria com uma companhia colonizadora criada para esse ensejo, e assim atinge os objetivos de assentamento e de edificação de obras de cunho pastoral. Sobre esta ocupação trata o livro “Gleba dos Bispos: Colonização no Oeste do Paraná – uma experiência católica de ação social de Samuel Klauck (2004).

Como já citado anteriormente e afirmando aqui com a narrativa de Gregory (2002, p. 35), o Oeste do Paraná foi a última região geográfica do Estado a ser colonizada, e seu processo de ocupação se deu no centro do movimento político-econômico nacional denominado então “Marcha para o Oeste” e que, durante o governo de Getúlio Vargas, foi um projeto dirigido no período do Estado Novo (1937 a 1945) para ocupar e desenvolver o interior do Brasil.

Tal projeto foi lançado na véspera de 1938 e, nas palavras de Vargas, a Marcha incorporou "o verdadeiro sentido de brasilidade", uma solução para os infortúnios da nação. Relata ainda Gregory (2002, p. 36) que o interesse de colonização da região surgiu da necessidade de garantir a soberania nacional e da incorporação de maiores áreas à produção agrícola, num cenário de crescimento do consumo de alimentos nos centros urbanos e da dificuldade de importação de gêneros alimentícios durante a II Guerra Mundial (1939 a 1945).

Sérgio Lopes (2002, p. 21) afirma que a Marcha para o Oeste fez parte da política nacional expansionista que buscava a integração nacional e, concomitantemente, da política de organização dos territórios, garantindo, dessa forma, além da segurança e da efetiva posse, a exploração produtiva de imensas regiões fronteiriças praticamente inabitadas. Essas memórias escritas dão conta de demarcar a macro história regional, mas o cotidiano das pessoas está ausente da narrativa.

Ou seja, podemos observar que a preocupação com os ocupantes da terra por parte do governo se resume a ter garantias de que sua presença afastasse definitivamente um elemento não desejado. Há implícita uma necessidade de manutenção do território para garantias de poder, ou seja, para a manutenção da ordem e do progresso norteadores da República.

O que reitera esse pensamento é a afirmação de Alcir Lenharo (1986, p. 48), quando aponta o período que vai dos anos de 1930 a 1964 como aquele

em que houve preocupação, por parte do Estado, em ocupar demograficamente as vastas áreas do território nacional, promovendo sua participação na produção econômica nacional, mas foi durante o Estado Novo (1937/1945) que as experiências de colonização foram intensificadas. Lenharo destaca o alinhamento com a filosofia positivista que o governo de Vargas teve, aliando-se à Igreja Positivista e concebendo a sociedade como uma analogia com o corpo. Nessa analogia, instituições eram os órgãos e o Estado era a cabeça, o cérebro pensante da nação.

Essa forma positivista de percepção era a base do integralismo e do nacionalismo do governo. Assim, portanto, a tomada de posse de todo o território era uma forma de construir a coesão do corpo social. Daí as políticas de segurança nacional, de segurança de fronteiras, de controle da entrada de estrangeiros e a criação dos territórios federais.

1.4 Projetos de colonização

Sem dúvida os projetos criados pelo governo Vargas tiveram ampla repercussão. Os projetos de colonização pela iniciativa privada também criaram grandes intervenções nesse cenário de distribuição de terra e de assentamento de migrantes. Geralmente essas empresas conheciam quais as melhores técnicas a serem utilizadas tanto para um bom desenvolvimento econômico da área a ser colonizada, como para aumentar seus lucros.

Dentre as empresas que atuaram no Oeste do Estado merecem destaque as companhias Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná Ltda. (Maripá); Pinho e Terras Ltda.; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Colonizadora Gaúcha Ltda.; Colonizadora Matelândia; Colonizadora Criciúma; Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda.; e Colonizadora Norte do Paraná e, no caso de parte do município de Missal, constituíram a "Sipal Colonizadora Ltda. em 1962, que passou a ser a Procuradora da Diocese" (LUNKES, 2005, p. 43 e 44).

Também outros vários historiadores, entre eles Myskiw (2002) e Crestani (2010), asseguram que a influência e a atuação de empresas privadas na colonização da região Oeste do Paraná ocorreu entre os anos de 1950 e 1960. Foi justamente nesse processo colonizador movido pelas companhias

colonizadoras que mais abusos se cometeram contra o migrante. Jagunços, posseiros, colonos e grileiros, em muitos casos, se utilizaram da violência física ou moral para se apossarem da terra ou para defenderem as suas propriedades, ou o que consideravam serem os seus domínios. Fato este ocorrido também em outras regiões do Estado.

Essa disputa, que vitimou tantos agricultores teve consequências como a perda de direitos e a perda de vidas. Disputas judiciais acirradas pelas terras perduraram por muitos anos, a ponto de os próprios funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de Cascavel reclamarem do cansaço “[...] de tentar decidir sobre os herdeiros da terra [...]. Quando não é posseiro que aparece aqui com uma escritura na mão é a própria pessoa que, dizendo-se herdeiro de um pedaço de terra, vem atrás de nossa ajuda para poder ocupá-la” (JORNAL ESTADO DO PARANÁ, 1978, p. 24).

A historiografia regional aponta que o período considerado mais turbulento e que envolveu disputas por terras ocorreu durante os governos de Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961). No que diz respeito à região Oeste do Estado, o momento mais delicado foi durante os anos de 1957 a 1960, quando Lupion emitiu uma série de títulos em relação à mesma área (CRESTANI, 2010). Acredita-se que as dificuldades de controle cartorário no período e a existência de uma verdadeira máfia de falsificação de títulos de propriedade tenham contribuído para que maior confusão tenha se instituído no meio rural.

Apesar das confusões instituídas nas zonas de assentamento, uma paisagem rural se instituiu: a pequena propriedade familiar e, inicialmente, uma agricultura de subsistência. Posteriormente, a partir nos anos 1970, com a fase de mecanização das terras agricultáveis, o governo redimensiona a sua preocupação com os territórios e fronteiras, não mais investindo nas necessidades de segurança nacional, mas no jargão economicista que passa então a ter a preocupação de torná-los produtivos. Vencido o período de ocupação, havia agora de integrar-se o território à nação mediante a produtividade de suas propriedades.

Então, portanto, foi estruturada uma colonização com base em pequenas propriedades rurais, com as distintas plantações na agricultura para o abastecimento do mercado brasileiro.

1.5 A construção da fronteira, o domínio estrangeiro, a intervenção militar e a Emancipação política

Quanto à localização do Oeste paranaense em território situado entre os rios Ivaí, Iguaçu, Paraná e Piquiri, afirmam Steca & Flores (2002, p. 89) que, durante o período imperial, esse espaço ficou praticamente esquecido das políticas estatais. Segundo Wachowicz (1995, p. 225), a fronteira do Brasil com o mundo espanhol era definida pelo Rio Paraná.

Nessa versão de Wachowicz, era essa liberdade de circulação que a Colônia Militar deveria passar a impedir: “[...] como a Foz do Iguaçu no caudaloso Paraná era uma região de grande importância estratégica, resolveu o governo imperial em 1888 instalar no local uma Colônia Militar”. Assim iniciou-se a expedição visando ocupar o oeste paranaense e afirma o mesmo autor (2010 p. 276):

[...] em Foz do Iguaçu já havia argentinos, paraguaios e índios guaranis ocupando a região. Fundadores da Colônia Militar apresentam uma das primeiras estatísticas do local: na ocasião da chegada em Foz do Iguaçu, o território já era habitado.

Assim também confirmando essa versão, Myskiw (2009, p. 116) destaca que:

A edificação de uma Colônia Militar na foz do rio Iguaçu era, para o capitão Bellarmino, a melhor escolha para fazer avançar sobre a fronteira até os limites territoriais do Brasil com as Repúblicas do Paraguai e da Argentina. Além de assegurar a posse territorial e de guarnecer aqueles longínquos territórios, com auxílio de colonos e de militares, dar-se-ia início a um núcleo de colonização.

Então, por volta de 1905, a população da Colônia Militar de Foz do Iguaçu já contava com aproximadamente 2000 habitantes, mas mesmo assim ainda estava isolada do país, pois o contato que tinham periodicamente era com a Argentina quando da chegada dos navios para o comércio de erva-mate

e de madeiras, inclusive tinham o espanhol como língua principal, conforme afirma Zuccaratto (2015):

Em 6 de outubro de 1898, a República do Brasil e a República da Argentina assinam acordo definindo as fronteiras entre os dois países. Inicia-se o século XX e, em 20 de julho de 1903 é inaugurado o Marco das Três Fronteiras — o que também ocorre nos lados argentino e paraguaio. A população chega a, aproximadamente, 2.000 pessoas, em situação bem confortável: o número de brasileiros supera em muito o de estrangeiros. (João Zuccaratto em 11 de julho de 2015 em <http://www.zuccaratto.jor.br/blogs/historia-do-municipio-de-foz-do-iguacu-comeca-como-colonia-militar-em-1889/>)

Os colonos que ganhavam lotes de terras nos domínios da colônia tinham por obrigação produzir a agricultura de subsistência e Wachowicz (2001, p. 232-233) declara que:

Os que abandonaram a colônia passaram a explorar a erva-mate e cortar madeiras. Com o tempo, deixaram seus lotes e foram predar as terras e matas do governo. Os próprios oficiais para lá destacados consideravam-se desterrados.

Por não haver prosperidade, o governo federal entregou as terras para o Estado do Paraná administrar e, assim, prosperam as obrages, que eram companhias que possuíam portos próprios. Essa realidade foi assim explicada por Wachowics (1987, p. 19):

Grandes extensões de terras fornecidas através de concessões dadas pelo governo do Estado, principalmente para a exploração de erva-mate. Eram empreendimentos de exploração de propriedades do Oeste e Sudoeste do Paraná antes da colonização moderna do Paraná.

Já Hoff (1991, p. 29) explica que:

Os obrageiros subiam o rio Paraná, de navio ou de vapor, contornavam as quedas de Guaira com carretas e, depois, com a ferrovia que a Matte Laranjeira mandou instalar, chegavam às barrancas do rio, abriam portos, construíam ranchos e picadas. Em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a costa paranaense viu-se ocupada por cerca de duas dezenas dessas obrages povoadas por milhares de trabalhadores. A mão-de-obra era preferencialmente guarani. As poucas tentativas de organizar uma colonização fracassaram por causa das obrages que detinham o domínio da região.

Ocorreu, porém, que, no início do século XX, a exportação da erva-mate entrou em declínio, pois a Argentina passou a ter matéria-prima em suas terras. Assim, as obrages passaram a explorar a madeira da região, em áreas que, segundo Wachowics (2010, p. 281) chegaram “[...] até 100 quilômetros das margens do rio Paraná, onde eram depositadas essas toras. Eram cedros, perobas, canelas, caviúnas, sassafrás, pau marfim etc.”, que vieram favorecer o desenvolvimento do oeste do Paraná, pois houve a necessidade de madeira para atender à construção civil devido à urbanização brasileira em todo o litoral e para a reconstrução da Europa destruída pela Guerra.

Também é Wachowicz que argumenta que o tipo humano mais adequado para a continuidade das obrages era o migrante sulista, visto que essa gente já tinha por hábito “amainar” a terra. Optou-se pelas pequenas propriedades familiares, priorizando colonos descendentes de imigrantes europeus. Assim, o Território Federal do Iguaçu seria colonizado preferencialmente por colonos oriundos do excesso de mão de obra agrícola detectado nas antigas colônias de imigrantes do Rio Grande do Sul (WACHOWICZ, 1984, p. 65).

Com o fim das obrages, por volta de 1930, advém a reapropriação do território e a confirmação da colonização com a Marcha para o Oeste, no governo Vargas, que se empenhou em defender as áreas de fronteiras constituindo territórios nacionais, como o Território do Iguaçu, na perspectiva apontada por Lopes, que “[...] visava facilitar e viabilizar a ocupação dos espaços vazios do Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste catarinense e [...] estavam sujeitos a riscos de ocupação por parte de estrangeiros” (LOPES, 2002, p. 46-47).

A partir de 1940 efetiva-se o processo de colonização do Oeste do Paraná a partir de políticas promovidas pelo governo federal⁷, destinando terras às empresas colonizadoras e madeireiras que, em sua maioria, possuíam suas sedes no Estado do Rio Grande do Sul.

Afirmam Erneldo Schallenberger e Iara Schneider (2010, p. 205) que:

⁷ “O interesse do governo era o de ocupar os ‘vazios demográficos’, objetivando o desenvolvimento de áreas de todo o país consideradas externas ao contexto nacional de integração regional, discurso altamente invocado pelo Estado Novo” (SILVA, 2007, p. 59).

Os processos de colonização das fronteiras brasileiras se fizeram acompanhar por interesses de ordem político-militar e econômico-social. Na perspectiva político-militar, podem ser incluídos basicamente os objetivos de ocupação do território e garantia da soberania nacional nas fronteiras. Na questão socioeconômica, o deslocamento de trabalhadores e colonos favorecia a descompressão sobre o espaço agrícola e minimizava o conflito em torno da posse da terra e, por outro lado, ampliava a possibilidade de geração de trabalho e renda, estimulando o aumento da produção e a ampliação do mercado.

Apontam os historiadores que a intervenção resolvia dois problemas principais no Oeste: o conflito pela terra e o produtivismo ou integração pelo trabalho tão desejado no discurso político.

Schallenberger & Schneider (2010, p. 209-210) destacam, porém, na história econômica brasileira, duas estratégias diferenciadas para promover o desenvolvimento:

A primeira, que vai de 1930 até 1964, quando as experiências de colonização foram intensificadas. Neste período, a “Marcha para o Oeste” e as Colônias Agrícolas Nacionais⁸ conseguiram alcançar alguma repercussão no país. As políticas formuladas, ainda que precárias, buscavam possibilitar a integração do território nacional pela inclusão das fronteiras ocas⁹ ao mercado interno, que paulatinamente se ia formando. [...] A segunda fase iniciou-se em 1964 e se estendeu até fins dos 80, quando este padrão de desenvolvimento parece ter sofrido forte inflexão, com o fim da ditadura militar. Este recorte temporal evidencia o golpe militar como um dos elementos centrais e que conferiram marca própria aos processos de colonização que, a partir daí, ganharam relevo e destaque no cenário nacional.

1.6 Controle militar das fronteiras

O pensamento historiográfico aponta o regime militar brasileiro como de continuidade a um projeto desenvolvimentista. Schallenberger & Schneider (2010) na citação acima, delimitam a história política em períodos, mencionam isso e indicam o fim desse ciclo com a queda do regime.

Fundamentado em um “[...] perigo que ameaça as instituições brasileiras [...]”, instala-se um governo fundado ainda nos princípios republicanos da

⁸ Lotes de terras em áreas de fronteira, distribuídas pelo governo para promover a ocupação e garantir, principalmente, a soberania e segurança nacional.

⁹ Fronteiras ocas eram denominados os espaços vazios nas áreas de fronteira.

"ordem e progresso", com cunho fortemente desenvolvimentista. Segundo Zart (1998, p. 50), o novo regime fundava-se "[...] nos princípios da seguridade e da integridade do território nacional, a defesa da propriedade, da liberdade e da democracia". Ou seja, nesse momento continuou persistindo o pensamento empírico-positivista que vinha encaminhando os governos anteriores e que tinha como objetivo o desenvolvimento e a ocupação de regiões de fronteira.

Essa perspectiva governamental evidencia a colonização como uma forma de estreitar os laços entre a terra e as famílias sem terras no aspecto legislativo. Podemos perceber, na leitura do Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, no seu artigo 5º:

Art. 5º Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas.

§ 1º A colonização em áreas prioritárias terá por objetivo promover o aproveitamento econômico da terra, preferencialmente pela sua divisão em propriedades familiares, congregados os parceiros em cooperativas ou mediante a formação de cooperativas de colonização de tipo coletivo.

§ 2º A colonização com fins de povoamento e seguramente nacional terá caráter pioneiro, devendo a área das parcelas ajustar-se, sempre que possível, às características das pequena e média empresas rurais.

E, concretizando esse desenvolvimento da fronteira, acontece a terceira e última etapa, que compreende o período entre a chegada dos primeiros colonizadores, em 1946, até o ano de 1964. Os fatos marcantes dessa etapa são: a colonização da região; a transformação das trilhas em ligações rodoviárias; o surgimento de uma atividade agropecuária forte e o início do processo de modernização tecnológica da agricultura, tudo finalizando com o surgimento de áreas urbanas e, portanto, criação dos municípios.

No caso específico desta pesquisa, nas memórias escritas afirma-se que o município de Missal surge em 1963, porém somente em 1º de fevereiro de 1983 foram empossados o primeiro prefeito e os membros da Câmara Municipal, e é nesta última data que se comemora o aniversário de emancipação político-administrativa.

1.7 Doação das terras, os Bispos e o controle da fronteira

Com o Estado Novo, a política nacionalista de Getúlio Vargas buscava a integração nacional, assunto sobre o qual Vianna (1991, p. 367) afirma que o programa da “Marcha para Oeste” e a organização dos territórios garantiria, de certa forma, além da segurança e efetiva posse, também a exploração das imensas regiões fronteiriças, praticamente desertas, em prol da organização administrativa e do desenvolvimento socioeconômico.

Sendo assim, a criação do Território pode ser concebida como um ato de ocupação definitiva da faixa fronteiriça e, assim, romper o isolamento e afastar o perigo do domínio estrangeiro que rondava a região.

Assim, em 1950 o governador do Estado do Paraná, Moisés Lupion, em um Congresso Eucarístico Nacional em Curitiba, com o intuito de povoar essa região, doou para as Dioceses de Jacarezinho, Palmas, Londrina, Toledo e Maringá um título de terras de 100 colônias, totalizando 5.000 alqueires paulistas, situados na Comarca de Foz do Iguaçu.

Sobre a forma como ocorreu o comércio e a ocupação dessas terras doadas à igreja, há muitas memórias. Dentre tais memórias está aquela que afirma que o nome da comunidade é devido ao rio Ocoy e que nesse rio, por volta dos anos de 1960, foi construído um portão e guardas, a postos, controlavam a entrada das pessoas. Segundo relato do Entrevistado 1¹⁰,

Neste portão era revistado todas as pessoas e os seus pertences. Ali precisavam afirmar a intenção da procura pelas terras e se vinham indicados por alguém, quanto de dinheiro em espécie tinha consigo e "dependendo dos bens, da cor e do sobrenome" (uma frase contundente utilizada pelo entrevistado)¹¹ as terras eram distribuídas.

Há outras memórias, escritas e que também relatam a formação da comunidade local, tangenciando a fundação com a história política. Fontes jornalísticas e bibliográficas afirmam que a terra pertencente a Missal foi doada aos bispos da Igreja Católica e que estes tinham a permissão de negociá-las¹². O diário *Jornal Paraná On-line*, em 2 de fevereiro de 2005, reafirmou essa memória com a seguinte narrativa:

¹⁰ Entrevista realizada em setembro de 2013.

¹¹ Grifo nosso.

¹² Assunto este que será tratado em um subtítulo específico neste capítulo.

Em 1956, o então governador Moysés Lupion doou 100 colônias de terras, totalizando cinco mil alqueires paulistas, no Oeste do Paraná, às dioceses de Jacarezinho, Palmas, Londrina, Toledo e Maringá. Os bispos das dioceses liderados por Geraldo Sigaud, um anticomunista e ideólogo da TFP¹³, passou uma procuração ao padre Backes, que, através da Sipal Colonizadora Ltda., loteou uma área de três mil alqueires, conforme orientação de Sigaud, para colonos católicos e descendentes de alemães. (PARANÁ ON-LINE).

Segundo essa versão, a grande maioria das famílias que ocuparam essa região veio dos estados do sul do país. Ao virem, compraram suas terras denominadas de "posse". Por isso houve muitos conflitos das famílias com os jagunços¹⁴, pois estes últimos, a serviço de grileiros (madeireiros, companhias colonizadoras e grandes proprietários), expulsavam, intimidavam, impedindo o desenvolvimento das comunidades, o que acabou acentuado com o Regime Militar¹⁵ que foi instaurado no Brasil em 1964.

Segundo essa versão, o comentário era que, antes mesmo de o município existir, por volta de 1960, essas comunidades começaram a ser ocupadas nos arredores do Rio Ocoy¹⁶, que divide os municípios de Medianeira e de Missal, como pode ser visto nos mapas abaixo:

¹³ (Grifo nosso) Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade.

¹⁴ Por "jagunço" entendia-se todo o indivíduo que empunhava uma arma em defesa própria, de seus bens, da sua família, do seu lar, na primeira oportunidade que se lhe oferecia. O jagunço era uma criação dos chefes políticos. Desde a monarquia e depois dela, com a República, vieram a ser elementos necessários à garantia daqueles chefes, que então se tornavam mais respeitados pela gentalha e mais desejados pelos governantes.

¹⁵ Assunto que será abordado no decorrer deste capítulo.

¹⁶ Quando trato do rio, a palavra Ocoy é escrita com Y, porém, quando me refiro ao nome do distrito, então se escreve com I, visto que, a requerimento de um vereador, foi votada, na Câmara Municipal, a mudança do Y pelo I.

Mapa 3: Distrito do Portão Ocoí e suas comunidades



Fonte: Foto de parte de um mapa do município de Missal/PR, com as comunidades do distrito de Portão Ocoí, tirada em 19 de julho de 2015 e editada pela pesquisadora.

Conforme nos mostra o mapa acima, 9 são as comunidades que pertenciam ao distrito, mais a comunidade de Alto Rio Branco (não foi possível obter nenhum mapa da época). Ressalta-se que, das comunidades existentes no início da ocupação territorial, a comunidade de Alto Rio Branco não mais aparece no mapa do município e, por muitos anos deixou de existir, pois ela, com o êxodo rural, se transformou em fazenda de gado, porém, na atualidade essas terras foram reorganizadas em um programa de governo chamado de Banco da Terra, onde pequenos lotes de terra foram vendidos a famílias interessadas e, assim, surge a comunidade chamada Águas Claras, popularmente conhecida de Linha Formiga.

Pela sequência numérica apresentada no mapa, a comunidade de São José dos Pinhais (1) surgiu por volta de 1962, com famílias vindas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, sendo que as famílias Fappi, Trindade e Rossetto constituíram os primeiros ocupantes territoriais e ainda residem na comunidade.

Afirma o Entrevistado 2¹⁷ que “[...] no início era mata densa e em qualquer pedaço de mato derrubado plantavam pra comer. E o solo era fértil. Tudo que plantavam, colhiam. Muitos não compraram, mas, sim, se adonaram das terras. Só que brigaram muito com os jagunços pra poder conseguir fincar o pé e se estabelecer na comunidade”. O entrevistado se instalou na comunidade em 1965, porém, afirma que “[...] já haviam várias famílias estabelecidas na comunidade [...] Que em 1979 conseguiram legalizar as terras com ajuda do INCRA”.

Segundo Lunkes (2005, p. 255), o senhor Dorvalino Fappi foi o primeiro professor, lecionando por 7 anos, e a primeira escola foi construída pelas famílias carregando tábuas nas costas. No primeiro levantamento de dados a respeito da escola constataram que fora formada uma turma com 25 alunos. Logo depois, porém, quando as aulas foram iniciadas, aí compareceram 72 alunos.

O Entrevistado 3¹⁸ também ressaltou as dificuldades. Não soube precisar um número exato de famílias que moraram na comunidade, mas, segundo ele, eram mais de 40 e hoje não passam de 15 famílias.

A comunidade de Linha São Sebastião (2), até há pouco tempo conhecida como Pito Aceso¹⁹, foi iniciada no ano de 1961. Algumas das famílias que foram os primeiros ocupantes territoriais ainda residem na comunidade, como é o caso das famílias Butka e Trennephol.

A Entrevistada 4²⁰ afirma que “[...] casou-se em 22 de fevereiro de 1962 e no outro dia juntaram as roupas e um pouco de enxoval que tinham ganhado dos pais como presente de casamento num saco e vieram para o Paraná [suspira]. Eram muitos sonhos, muito mato, muito bicho e muito, mas muito trabalho”.

Comenta ainda a Entrevistada 4 que, com a ajuda de vizinhos que já moravam aqui, mediram com corda e demarcaram um pedaço bom de terra.

¹⁷ Entrevista realizada em outubro de 2015.

¹⁸ Entrevista realizada em outubro de 2015.

¹⁹ Apelido dado à comunidade devido à luta armada pela posse da terra. No decorrer do texto essa nomenclatura aparece algumas vezes.

²⁰ Entrevista realizada em setembro de 2015.

Que trabalharam muito, muitas vezes "nem faziam meio-dia"²¹, trabalhavam direto até que a fome apertava mesmo. Aí iam para casa, faziam fogo no fogão de barro — no início era uma chapa no chão — e, enquanto o marido cuidava dos bichinhos, ela terminava de fazer a 'boia'²² e, depois, aproveitava, enquanto ele (esposo) descansava para voltar para roça, lavar a roupa no córrego, em cima de uma tábua.

Ao terminar essa frase, lágrimas escorrem no rosto, um leve sorriso nos lábios e com os olhos voltados ao horizonte, acrescenta: "[...] com 17 anos, nem 1 ano de casada, eu já tive meu primeiro filho. Um por ano. Foram 9. Mas três morreram logo que nasceram”.

Respira fundo e continua sua fala: “Tudo era difícil, até que em 70, meu piá mais velho estava com quase 8 anos, teve uma luta brava, morreu até policial. Eles queriam tirar nossas terras. Meu marido e os vizinhos fizeram espera, e não deixaram eles entrarem aqui. O cara que se dizia dono das terras também morreu. Por causa disso, os homens fugiram pro mato e eu reuni as crianças e umas roupas num saco e fui pra casa de uns conhecidos em Medianeira. Dias depois meu marido também veio. Fiquemos uns 40 dias lá. Quando voltamos, nosso sítio estava uma bagunça: os bichos tinham sido carneados, não tinha nenhum bichinho vivo. A casa toda bagunçada, móveis quebrados [suspiros], nada pra comer. Na vizinhança também foi assim. Foram tempos difíceis. Chorei muito. Mas com Fé em Deus estamos aqui. Só meu marido se foi”²³.

Nesse momento, diante do que ouvi, faço uso das palavras de Fentress & Wickham (1992):

Quando distinguimos história oral de outros tipos de entrevistas ou narrativas orais, é que esta dinâmica é também e, principalmente, mediada pela natureza e pelo contexto da rememoração. Memória não é simplesmente um exercício de lembranças; há muitas formas de recordar e diferentes razões por que nós queremos (ou não queremos) recordar. [...] as pessoas recordam-se de certas vivências específicas porque estas vivências foram significativas para elas, acusando o peso devido pela própria subjetividade na forma como percebem o passado.

²¹ No caso, "fazer meio-dia" significava reservar horário para almoço.

²² Aqui se refere ao alimento.

²³ Essa fala se refere à morte de seu esposo.

Ressalto aqui que, de certa forma, o meu sentimento é de privilégio por que pessoas quase que estranhas partilharam comigo as suas histórias de vida, as suas memórias, os seus "guardados" que, muito poucas vezes, saíram de sua "caixinha"... o tom na voz, os olhares perdidos no nada e, ao mesmo tempo, enxergando tudo e com detalhes...

A comunidade de Linha Bandeirantes (3) recebeu os seus primeiros moradores por volta de 1965, porém a sua constituição enquanto comunidade, recebendo uma grande quantidade de pessoas – aproximadamente 100 famílias – se deu em meados do ano de 1971.

Essa comunidade teve uma realidade um pouco diferente, pois as famílias que ali se instalaram eram, em sua maioria, descendentes (filhos e netos) de escravos, tendo sido trabalhadores vindos das fazendas de café dos municípios de Cambará e de Bandeirantes – norte do Paraná. Os pais e os avós dessa gente trabalhavam como escravos em Minas Gerais e em estados do Nordeste, sendo que um dos ocupantes foi o senhor Cipriano Nascimento da Silva (hoje falecido), que, segundo Lunkes (2005, p. 286), nasceu no século XIX (1896), passou pelo século XX e viu o nascer do século XXI.

Conforme relata o Entrevistado 5²⁴, “[...] a chegada foi difícil. Era muito mato, que foi derrubado a machado, porque do Portão do Ocoí até a Linha Bandeirantes só tinha picada²⁵ e morro e as dificuldades com documentos foram grandes. Muitos de nós tivemos que pagar a terra duas vezes até que o Incra ajudou na medição e nos documentos.

A Linha Médio Rio Branco (4) passou a ser habitada no ano de 1965 e uma das primeiras famílias, a do senhor Rafael Zuconelli, ainda tem seus descendentes residindo nessa comunidade.

Não tive oportunidade de entrevistar nenhum morador, porém praticamente todos os entrevistados das outras comunidades, entre uma conversa e outra, comentaram que, na Linha Médio Rio Branco e na Linha Alto Rio Branco (comunidade que deixou de existir), os conflitos com jagunços foram maiores e os piores.

²⁴ Entrevista realizada em agosto de 2015.

²⁵ Refere-se ao caminho aberto na mata por foice ou facão, para se chegar a um destino, até então, inacessível.

Alguns afirmam que, por essas comunidades fazerem divisa com o município de Ramilândia/PR, muitos dos moradores vieram por este município ocupar esse espaço e não conheciam o caminho pelo município de Missal/PR. Conforme Lunkes (2005, p. 269), pode-se observar o que é relatado por um dos primeiros moradores dessa comunidade:

Aristides Weber Ribeiro conta que veio até a placa da Gleba dos Bispos, não podia entrar por que era uma nova Alemanha e brasileiro não podia entrar. [...] Trabalhou para o Padre José Backes durante dez anos fazendo muitas derrubadas. [...] O Padre pedia pra picar a madeira com sua motosserra e depois ajuntar e queimar.

Essas foram as comunidades de maior conflito entre agricultores e jagunços, sendo que muitos desistiram de ali ficarem devido às constantes mortes por posse da terra e também pelo medo de perderem as terras e ainda de serem "judiados" pelos jagunços, pois até o professor da comunidade, João Matos, procurando intermediar um conflito, foi assassinado.

A comunidade de Linha Jacutinga (5) – nome que reverencia a ave devido a grande quantidade encontrada na época de ocupação – recebeu os seus primeiros moradores em 1963 e descendentes das famílias de Conto, de Silva da Costa, de Blasius e de Menegassi ainda moram no local.

Os relatos dos moradores vêm ao encontro do que já foi descrito sobre o conflito com as terras, as dificuldades de estrada e com animais ferozes. Foram muitos os enfrentamentos com jagunços que ameaçavam as famílias que precisavam ficar, muitas vezes, escondidas na mata fechada por alguns dias.

O Entrevistado 6²⁶ comenta que tiveram muitos problemas com documentos e, com isso, os jagunços se aproveitavam e muitas famílias desistiram de viver aí. Para trazer a madeira era difícil. As primeiras casas foram então construídas com coqueiros rachados ao meio e cobertas com folhas dos próprios coqueiros. E, como as terras eram baratas, pois era região de conflito, pagavam em troca de revólver, porcos e cavalo. O Entrevistado 6 pagou seus 5 alqueires de terra com dez porcos gordos e uma espingarda. Com voz sentida e cabeça baixa, acrescentou: “Era duro ter que sair de manhã pra derrubar mato e deixar a esposa e filhos em casa. A gente não sabia o que

²⁶ Entrevista realizada em agosto de 2015.

podia acontecer a eles, pois os jagunços eram homens sem lei. Entravam nas casas, abusavam das mulheres e das meninas, saqueavam a despensa... Só por Deus!”.

Alguns dos primeiros moradores de Linha Glória (6), Luiz Gobbi, Pedro Carnette e Albino Rodrigues, ainda vivem na comunidade. Eles vieram se instalar aqui em meados de 1963. O Entrevistado 7²⁷ comenta sobre o dia de sua chegada: “Sozinho, só um de meus irmãos sabia que eu vinha me embrenhar no mato e com meus pertences dentro de um saco, com o facão e o revólver na cintura, 1 enxada, 1 foice e 1 machado... [suspira e engole seco]²⁸ ... “, procurei um pedaço onde as árvores eram mais finas e derrubei. Com os galhos fiz um barraco e cobri com folha de coqueiro. As primeiras noites nem dormi. Os bichos caminhavam na mata. Eu escutava, mas daí não deixava o fogo morrer. Até que acostumei ou os bichos acostumaram comigo [risos] e a roçada foi ficando maior”.

Alguns anos mais tarde aproximadamente 70 famílias moravam na comunidade. Hoje residem ainda em torno de 25 famílias. Aqui também não foi diferente com relação às lutas pela documentação das terras e o enfrentamento dos jagunços.

A comunidade de Sanga Seca (7) recebeu seus primeiros moradores em 1961, porém dessas famílias não há descendentes na comunidade. Por volta de 1964 outros moradores chegaram, como a família de Iracema, esposa do seu Luiz Zanoni e a família de Ana Piva, casada com seu Gabriel de Oliveira, que ainda reside no local.

Conforme a Entrevistada 8²⁹, ela veio ainda mocinha morar com seus pais na mata densa. A família era grande. Precisavam de escola para as crianças: “E em 1969 a ‘escolinha’ iniciou seu funcionamento, depois que o prefeito de Medianeira autorizou, mas a mão de obra e a madeira a comunidade tinha que dar. Eram 32 crianças estudando. Já no ano seguinte foram quase 100”.

O relevo da comunidade é de muitas elevações e vales, sendo uma terra de difícil cultivo, por isso ali existiram poucos conflitos pela posse da terra.

²⁷ Entrevista realizada em julho de 2015.

²⁸ Grifo meu.

²⁹ Entrevista realizada em maio de 2015.

Assim, a agricultura sustentável e o gado de leite são a base econômica das famílias.

A comunidade de Cabeceira do Cedro (8) começou a ser desenhada em meados de 1963. O Entrevistado 9³⁰ comentou que chegou à comunidade quando ela já estava encaminhada. Foi no ano de 1970. Muitas famílias já estavam alicerçadas ali, mas as histórias eram contadas quando se reuniam em comunidade. Nessas histórias, foram muitas as vezes em que a coragem quase deu lugar à desilusão, fazendo pensar em desistir dos sonhos. Os jagunços não tinham piedade. A escola foi construída pela comunidade em 1971 e em 1972 iniciou as aulas.

Afirma a Entrevistada 10³¹ que não tinham um lugar específico para se reunir como comunidade. Aí cada domingo à tarde rezavam o terço na casa de um dos moradores. Até que construíram a escola, que passou a ser usada para a reunião da comunidade e para a catequese, missa e culto. Só em 1984 se construiu a igreja e o pavilhão: “A dó é que a escolinha fechou. As crianças têm que ir para o Portão do Ocoí de transporte escolar. Mas também agora diminuiu um monte as famílias e quase não tem mais crianças aqui”.

Conforme o Livro Didático (LUNKES, 2014, p. 44), o distrito de Portão do Ocoí (9) recebeu os seus primeiros ocupantes em 1961. A primeira escola foi construída em 1964 e, até a inauguração da ponte, tinham uma série de dificuldades para atravessar o rio Ocoy. Também próximo ao rio havia um portão com guarda, que era uma forma de controle, que servia como posto fiscal, onde se fazia interrogatório aos que por ali viessem a querer passar e, segundo Lunkes (2005, p. 243), por esse motivo a comunidade recebeu esse nome.

No distrito do Portão do Ocoí entrevistou-se pessoas que auxiliaram na ocupação territorial e que moram ainda aqui, outras que residem em municípios próximos e é comum ouvir delas as histórias de dificuldades enfrentadas ou das causas geográficas ou pessoais que, nesse caso, envolviam o descaso do poder público e também a presença dos jagunços — histórias que vão aqui apresentadas no decorrer dos capítulos.

Enfatizo as palavras de Frochtengarten (2004^a, p. 15) afirmando que:

³⁰ Entrevista realizada em setembro de 2015.

³¹ Entrevista realizada em setembro de 2015.

O apoio coletivo à memória é mais vigoroso quando envolve a presença sensível de antigos companheiros e suas marcas no entorno. A materialidade como que incrementa a presença do grupo em pensamento. A convivência entre antigos companheiros nutre a comunicação entre visões de mundo que se limitam, se conformam e se interpenetram. O passado permanece então em contínua reconstrução pela memória coletiva.

Observa-se então que a narração doa um tempo e um lugar, uma sequência e uma causalidade às reminiscências. Como afirma Bosi (2003, p. 69), “[...] a ela atribui um início e um final; um antes, um durante e um depois”. Ou seja, contar o passado envolve organização das ideias, nomeação das vivências e sua integração a outras representações.

Também Frochtengarten (2004a) afirma que “[...] a memória integra o trabalho de elaboração psíquica. É pela reconstrução do ponto de fricção de sua experiência no mundo, por sua recorrente inscrição na subjetividade, que o sujeito poderá caminhar, mais ou menos bem-sucedido, para a liberação de novas significações ao vivido”.

Ao ouvir as vivências e/ou as memórias tem-se a sensação que, de certo modo, o dono da história está se libertando do fardo solitário, do testemunho e incorporando quem ouve a essas memórias.

A seguir veremos uma imagem atual do espaço geográfico do distrito do Portão do Ocoí, região que há tão pouco tempo foi cenário de lutas, de vitórias, de alegrias, de tristezas, de emancipação, de degradação... Das memórias vividas.

Mapa 4: Mapa de parte do distrito do Portão Ocoí.



Fonte: Foto tirada do Google Earth em 19 de julho de 2015 e editada pela pesquisadora.

Observa-se, no mapa, o traçado do rio e, logo, a sua importância para o entorno em uma época de poucas estradas. Logo a esquerda da indicação do Portão, a sede do Distrito; na imagem do mapa também é perceptível o grande número de pequenas propriedades, em tons de verde, cinza ou terra nua.

O Bispo da Diocese de Jacarezinho, Dom Geraldo Sigaud, confiou ao padre José Backes a missão de colonizar essas terras, sendo que esse padre, com o auxílio de alguns moradores, criou a Sipla Colonizadora (Sociedade de Incremento à Propriedade Agrícola) e traçou a forma de como se daria a colonização nessas terras, que, posteriormente, vieram a ter o nome de Missal.

Segundo Ben (2011, p. 42):

O Oeste paranaense era visto pelo poder público na década de 1960 como grande potencial para ampliar a fronteira agrícola, mesmo sendo a região habitada por povos indígenas que

viviam da coleta e da caça. A Igreja, o governo de Estado e a colonizadora se estabeleceram para se apropriarem do espaço concreta (rodovias, ferrovias e comércio) e abstratamente (língua, informação, ideologia, leis), efetivando a ocupação dessa fronteira, (re)produzindo relações de poder.

Os projetos eram vistos com bons olhos, e como grandes possibilidades, por parte do regime. De outro lado, parece ter havido uma satisfação do agricultor, que finalmente encontrava um lugar para estabelecer a família e sustentá-la com labor produtivo.

As lideranças públicas, as religiosas e as empresariais formam assim, territórios, reproduzindo então as relações sociais, ou seja, lideranças religiosas, governo do Estado e empresas colonizadoras formaram parcerias para atrair a população, visando acionar mecanismos de transformação territorial.

Assim, iniciada a migração planejada para o Oeste do Estado do Paraná, dentre os vários motivos que atraíram os imigrantes, cabe mencionar o bom preço das terras, o solo fértil e a assistência religiosa. Esse processo continuou a ocorrer na década de 1950 e 1960 na região. Ao lado da assistência religiosa estava sempre o zelo da comunidade e agora, dos religiosos, o incentivo para a criação de instituições educacionais³².

A Gleba dos Bispos, no município de Missal, segundo Klauck (2004, p. 20), teve o objetivo de vender três lotes doados pelo governo paranaense em 1956, às dioceses católicas de Jacarezinho, de Foz do Iguaçu e de Palmas e juntar fundos para o seu estabelecimento sob a coordenação da Sipal – Sociedade de Incremento a Propriedade Agrícola, que teve como sócio fundador o padre José Pascoalino Backes.

A Sipal motivou a instalação de uma cooperativa com o objetivo de assistir, orientar e dirigir o trabalho e a produção dos colonos, visando crescimento pessoal, local e regional. Nesse sentido, na aquisição da terra, a colonizadora acordava formalmente com o comprador a associação a essa cooperativa (KLAUCK, 2004, p. 76).

³² É importante anotar que foi por interferência e interesse da igreja católica que foram criadas faculdades municipais nos quatro municípios do Oeste que tiveram grande desenvolvimento agricultável e solidez religiosa. Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon tiveram suas instituições criadas na década de 1970 e depois dariam origem à Universidade Estadual do Oeste do Paraná e se transformariam em *campi* de uma única Universidade.

Com relação à Igreja Católica, afirma Deitos (2007, p. 23) que a mesma permaneceu no oeste paranaense devido às estreitas relações entre os membros do clero e as famílias de colonos que ocupavam a região, sendo que essas famílias, em sua maioria, provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, fossem de origem alemã ou italiana, já eram de tradição católica. Eram famílias que, quando chegavam à localidade, uma das suas principais preocupações era edificar uma igreja católica. Assim também, no período da colonização, a Igreja Católica teve o apoio das empresas colonizadoras para atuar no oeste.

1.8 A população e a cultura no Distrito do Portão do Ocoí

Pelos argumentos até aqui apresentados, resta demonstrar que havia uma grande receptividade aos imigrantes no Brasil, justamente porque os projetos administrativos da República que se sucederam viam a positividade de tal movimento humano, embora dentro de determinados requisitos.

Afirma Seyferth (1990, p. 9) que “[...] esta providência foi tomada visando atrair para o país parte dos europeus que procuravam novas oportunidades na América”. A criação das colônias estimulou o trabalho rural e deve-se aos imigrantes a implantação de novas e melhores técnicas agrícolas, como a rotação de culturas, assim como o hábito de consumo alimentício e, principalmente, a influência cultural é notável.

Para Nadalin (2001, p. 9-10), o ato de migrar está associado ao nosso cotidiano. As migrações são fenômenos sociais, históricos, políticos e econômicos, mas profundamente enraizados na “[...] procura de riqueza obtida pelo trabalho”.

A organização da migração³³ para o Brasil teve como alvo o projeto de colonização, visando ao povoamento e à exploração da terra por meio de atividades agrárias.

Nos anos 1930, as migrações foram facilitadas com o crescimento dos meios de comunicação e pelo preço baixo dos lotes mais afastados e

³³ O termo "migrações" remete aqui aos movimentos internos de população — "internos", no caso, significando dentro do território de um país.

devolutos³⁴. As empresas colonizadoras faziam a propaganda no Rio Grande do Sul e atraíam imigrantes europeus e os seus filhos pelo baixo preço das terras e pela possibilidade de continuidade da cultura familiar de subsistência.

Em contrapartida, diz Nadalin:

Daí porque se explica que a finalidade econômica dessas colônias era, ainda na década de 1950, praticamente o autoconsumo, que definia o tipo de produção colonial. Produção fundada na manutenção de uma cultura, hábitos e costumes trazidos e cristalizados pelo isolamento não só originado da falta de comunicações, mas também pela infestação de grileiros e aventureiros de toda a espécie que dificultava o desenvolvimento de um processo de transformações culturais e econômicas nesta população. (NADALIN 2001, p. 85).

As terras eram comercializadas com preços baixíssimos, visto que era de interesse do governo estadual que fossem ocupadas de forma rápida, porém esse mesmo governo não conseguiu a curto espaço de tempo prover com estradas, com a melhoria na comunicação entre grandes e pequenos centros, para diminuir o isolamento, bem como fornecer a infraestrutura básica.

Na administração de Moyses Lupion (31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961), o Paraná passou a assumir um papel de destaque na economia nacional, de modo que foi atraída uma grande variedade de fluxos migratórios devido às oportunidades e aos desafios, juntamente com a qualidade de vida paranaense. Dessa forma, órgãos de administração direta são encarregados de realizar a propaganda da oferta de títulos de propriedade, de modo que sejam atraídos os migrantes, bem como em auxiliar economicamente esses ocupantes. Para Klauck (2004, p. 50),

Os novos espaços coloniais implantados com a migração de contingentes populacionais de imigrantes e seus descendentes podem demonstrar as intenções de estabelecer uma rede articulada, tanto do ponto de vista comercial e empresarial,

³⁴ O termo "devoluto" se relaciona ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. Com a conquista do Brasil, todo o território passou a integrar o domínio da Coroa Portuguesa. Dessas terras, largos tratos foram trespassados aos colonizadores mediante as chamadas concessões de sesmarias e cartas de data, com a obrigação, aos donatários, de medi-las, demarcá-las e cultivá-las, sob pena de comisso (reversão das terras à Coroa). As terras que não foram trespassadas, assim como as que caíram em comisso, constituem as terras devolutas. Com a independência do Brasil, passaram a integrar o domínio imobiliário do Estado brasileiro, englobando todas essas terras que não ingressaram no domínio privado por título legítimo ou não receberam destinação pública (MELLO, 2010, p. 733).

quando do ponto de vista cultural e social. (KLAUCK, 2004, p. 50).

Segundo se pode compreender a partir de Klauck, o planejamento ia além de questões comerciais e empresariais. Havia a pretensão de fundar comunidades com identidades linguísticas e religiosas.

Com a colonização, observou-se que esses migrantes que vieram do Rio Grande do Sul com o objetivo de povoar esta região paranaense ainda considerada deserta e também para dar continuidade à agricultura familiar empreendida pela pequena propriedade desde os primórdios da imigração europeia realizada no sul do país³⁵, distribuíram-se de forma que hoje ainda se pode perceber que, no distrito do Portão do Ocoí, a grande maioria das famílias é de descendentes italianos e brasileiros. Já nas demais comunidades e distritos do município de Missal/PR, a descendência alemã prevalece, tanto que, no município, a principal festa que faz parte das comemorações, é chamada Deutsches Fest (Festa Alemã).

Essa perspectiva de planejamento identitário foi percebida também pela memória dos entrevistados, conforme se destaca o comentário do Entrevistado 6³⁶, de que “[...] quando chegaram à barranca do Rio Ocoy, as famílias e suas tralhas eram revistadas. Se tinham bastante dinheiro e o sobrenome alemão seguiam adiante, onde as terras eram melhores. Se tinham sobrenome italiano ou brasileiro e pouco dinheiro, eram mandados para as terras de pedra e moro, pois queriam que Missal fosse só de moradores alemães”.

Ainda com relação às propriedades do distrito do Portão do Ocoí, é que atualmente são de pequenas áreas de terras e as que são acima de 10 alqueires (o que a maioria dos entrevistados chama de "colônia") eram propriedades que pertenciam a famílias numerosas quando aqui chegaram. Um

³⁵ A estrutura organizada pelo sistema de colonização, concedendo vantagens pelas leis que a precediam; a inexistência de concorrência entre a atividade que se desenvolvia no latifúndio e a que seria desenvolvida na pequena propriedade e a exigência de consumo nos centros urbanos foram elementos que influíram no sucesso da Imigração no Rio Grande do Sul e na consolidação da pequena propriedade rural nesta província. O processo colonizatório do Rio Grande do Sul visava a formação de colônias agrícolas, produtoras de gêneros necessários ao consumo interno, implantadas longe da grande propriedade para não criar problemas à hegemonia do latifúndio. (PORTO, 1934, p. 164-165).

³⁶ Entrevista realizada em janeiro de 2015.

exemplo é o da família do Entrevistado 11³⁷, que, a princípio, comprou 4 colônias de terra (40 alqueires). Ele comenta que "[...] eram em 8 filhos, todos pequenos quando vieram do Rio Grande do Sul. Por que lá onde moravam, as terras do nono eram poucas pra todos os filhos e netos. Aí o pai (hoje já falecido) veio para o Paraná, porque aqui conseguiriam ter posses. Aí compraram as terras no Portão do Ocoí, porque o nono tinha dado um tanto de dinheiro para seu pai, mas não puderam escolher muito porque eram italianos. Pagaram um tanto à vista e o resto com as colheitas que foram fazendo.

Como é afirmado por Klauck (2004, p. 47), esses migrantes ocuparam e povoaram o território em pequenas propriedades de atividade agrícola familiar. Como a família, com o passar das gerações, se tornava numerosa, havia a necessidade de adquirir mais lotes em outras regiões, para dar continuidade, dessa forma, ao trabalho e à cultura familiar. Então, lotes eram adquiridos geralmente de terras devolutas e comprados a baixos preços de companhias colonizadoras particulares ou estaduais.

Ainda, no distrito do Portão Ocoí, as propriedades são pequenas, prevalecendo a agricultura de subsistência, visto que nessa região as terras são, na sua maioria, não mecanizáveis, servindo principalmente à criação de gado leiteiro e à agricultura orgânica. Essas são informações obtidas através do questionamento socioeconômico do ano de 2014, para organizar o Marco Situacional do Projeto Político-Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Teotônio Vilella³⁸.

A construção desses dados não segue a lógica das grandes narrativas macro históricas. São dados – ou levantamentos de dados – que se preocupam com a perspectiva dos sujeitos e, nesse sentido, são micro históricos. Nessa perspectiva micro, a memória local, a trajetória individual e de grupo têm importância fundamental.

Micro e macro história se encontram enquanto experiências sociais e enquanto representações construídas. Memórias escritas e memórias oralizadas, como representantes de uma ou de outra se "confrontam" em um

³⁷ Entrevista realizada em maio de 2015.

³⁸ Levantamento realizado pela pedagoga Rosângela Parizotto, sobre o Colégio Estadual do Campo Teotônio Vilella, a partir dos dados respondidos pelos pais e/ou responsáveis na efetivação da matrícula escolar.

mesmo tempo presente. É o caso do livro didático do município de Missal e a memória das pessoas do distrito do Portão do Ocoí sobre questões educacionais e da ocupação territorial, foco desta pesquisa.

Cabe ressaltar que as comunidades que surgem nesses modelos de colonização e que prosperaram, elas rapidamente conquistaram a emancipação política. Esse fato ocorreu ao lado de uma formação de “elites coloniais locais” (SANTOS, 2010) que rapidamente assumiram a liderança política desses processos.

Esse fato também é demonstrado por Amorim, que, ao mencionar o Oeste do Paraná como um todo, destaca que:

O processo de ocupação da região Oeste do Paraná, marcado pela presença de famílias tradicionais no domínio do poder político e econômico, produz uma dinâmica política submetida a uma lógica ditada pelas lideranças locais, percebidas como os donos do poder e da municipalidade. Observa-se que o personalismo e o clientelismo vigoram com relativa força no processo político dos municípios do Oeste Paranaense, gerando uma incongruência entre atitudes e valores democráticos e um distanciamento entre cidadãos e instituições políticas. Amorim (2006, p. 35).

Cabe aqui ressaltar novamente o problema de pesquisa que pretendemos investigar, agora com esta nova variante apontada por Santos & Amarin. O livro didático escrito para os alunos do novo município teria sido parcial em conservar algumas memórias, neste caso de lideranças coloniais em detrimento de outras não líderes? Que a necessidade de criação de ícones que expressassem a existência municipal, da mesma forma conservou essa memória, causando um distanciamento da instituição política quando deveria ser o seu contrário? Tentar-se-á responder a essas indagações no próximo capítulo deste trabalho.

Grande parte da memória escrita preocupou-se com a história macro e relegou a segundo plano a história micro, que relata, registra e se importa com o cotidiano das pessoas envolvidas em uma história de tempo presente como a do distrito do Portão do Ocoí.

Os quatro verbos enunciados no título do capítulo: ocupar, nomear, morar e trabalhar tiveram como finalidade provocar a compreensão do quanto construiu uma expectativa, tanto por parte de ações políticas arquitetadas pelo

Estado brasileiro, quanto por iniciativas religiosas e de empresas privadas, em ocupar vazios ou fronteiras ocas. Na prática, não se tratava de espaço vazio, mas ocupado por elementos (pessoas) não desejados pelo Estado.

Havia já também, por parte do imigrante estrangeiro no Brasil, a busca pelo trabalho agricultável. Experiências com imigrantes dos estados do sul foram preferidas nesse pedaço de chão oestino, pelas razões já elencadas e fazendo, apesar dos conflitos, das perdas humanas, mas também das satisfações, com que os verbos ocupar, nomear, morar e trabalhar, deixassem de apenas povoar a imaginação.

2 MORAR, DOMESTICAR O ESPAÇO

A constituição de um território em lugar, segundo Michel de Certeau, depende das práticas simbólicas que o grupo ou o indivíduo cria, ou seja, depende de ritualizar para “eternizar” um sentido. Também Pollak, ao destacar que a memória se relaciona com lugares, nos remete a considerar os modos, os símbolos, os ícones que são construídos pelas práticas de domesticação e de transformação do território – enquanto espaço aberto – em lugar, como algo “nosso”, possuído, fechado.

No primeiro capítulo demonstramos algumas grandes narrativas construídas pela memória escrita e que impactou a vida daqueles que, às margens do rio Ocoy, se deslocaram para possuir e amainar o solo. De um lado, tratava-se de um investimento nacionalista, que via nas fronteiras um “espaço oco” que permitia ações de usurpadores de riquezas; de outro – mas não opostos –, as iniciativas governamentais, da iniciativa privada e as escolas religiosas, que se empenharam em ocupar o oco, em preencher o espaço.

Política, religião e desejo de prosperidade se crivam, embora com expectativas diferentes. Foram essas expectativas e as formas diferentes de viver a experiência real de ocupação que agora, quando se busca revisitar esse passado bastante recente, se demonstra conflituoso. Os reclames dirigidos ao livro didático do município atentam bem para essa questão: ele não contempla os conflitos sofridos desigualmente. Ele descreve uma visão de continuidade, da emancipação das experiências de grupo e se dilui na vontade de um ente governante, apagando algumas memórias individuais.

Na grande narrativa também estão registrados acontecimentos da história local. Esse período histórico era de franca agitação e de conflitos pela posse da terra em todo o estado do Paraná, como pode ser visto pelo registro fotográfico do acervo memorial do governo de Lupion: agricultores com arma em punho reivindicando e defendendo as terras então distribuídas pelo estado, mas não distribuída a sua titularidade.



Fonte: Arquivo Público do Estado: acervo Fotográfico Moysés Lupion

Neste cenário das narrativas maiores, o apoio das dioceses seria um dos caminhos para evitar os conflitos e confrontos entre posseiros e agricultores. Por outro lado, a doação de terras às dioceses era disciplinado pelo Decreto Presidencial nº 6.117, de 16 de dezembro de 1943, assinado por Getúlio Vargas. Esse decreto tinha como finalidade preencher as regiões ocas e disciplinar a criação de colônias agrícolas. Em seu primeiro artigo se lê a definição de então:

Art. 1º Núcleo Colonial é uma reunião de lotes medidos e demarcados, formando um grupo de pequenas propriedades rurais.

Art. 2º A formação de núcleos coloniais poderá ser promovida:

- a) pela União;
- b) pelos Estados e Municípios;
- c) por empresas de viação férrea ou fluvial, companhias, associações ou por particulares.

O controle de gestão dessas concessões fora estabelecido por um decreto anterior, de 1938:

Art. 3º O Ministério da Agricultura reserva para si o direito de inspecionar os núcleos coloniais fundados pelos Estados, Municípios, empresas de viação férrea ou fluviais, companhias, associações e particulares, embora os fundadores gozem ou não dos auxílios oficiais, de acordo com o decreto número 3.010, de 20 de agosto de 1938.

Retornando ao decreto de 1943, ele definia a distribuição da terra com

atenção à nacionalidade dos interessados:

Art. 11. Satisfeitas as exigências previstas no art. 23 e a legislação de entrada de estrangeiros, os lotes rurais dos núcleos coloniais serão distribuídos individualmente a:

- a) nacionais que queiram dedicar-se à agricultura;
- b) estrangeiros agricultores.

O mencionado artigo 23, por sua vez, estabeleceu que:

Art. 23. Só poderão adquirir lotes rurais:

- a) quem, sendo maior de 18 anos, não for proprietário de terreno rural, de estabelecimento de indústria ou de comércio;
- b) quem se comprometer a passar a residir com sua família no lote que lhe for concedido;
- c) quem, satisfazendo as exigências da letra a, se obrigar a trabalhar e dirigir, no local, os trabalhos agrícolas do lote;
- d) quem, satisfazendo as condições exigidas pelas letras a, b e c, não exercer função pública, quer como funcionário, quer como extranumerário.

As mencionadas dioceses, por sua vez, constituíram uma empresa para administrar as colônias de terra. Segundo a memória historiográfica recente, o bispo da Diocese de Jacarezinho, Dom Geraldo Sigaud, confiou ao padre José Backes a missão de colonizar essas terras, sendo que esse padre, com o auxílio de alguns moradores, criou a Sipal Colonizadora (Sociedade de Incremento à Propriedade Agrícola) e traçou a forma de como se daria a colonização nessas terras, que, posteriormente, vieram a ter o nome de Missal.

Segundo Ben (2011, p. 42):

O Oeste paranaense era visto pelo poder público na década de 1960 como grande potencial para ampliar a fronteira agrícola, mesmo sendo a região habitada por povos indígenas que viviam da coleta e da caça. A Igreja, o governo de Estado e a colonizadora estavam estabelecidos para se apropriarem do espaço concreto (rodovias, ferrovias e comércio) e abstratamente (língua, informação, ideologia, leis), efetivando a ocupação dessa fronteira, (re)produzindo relações de poder”.

A presença religiosa, fosse à busca por colonos no Sul, fosse à organização e defesa dos mesmos, acabou por se inserir na memória local seja na memória ainda falada, seja na memória escrita, como será demonstrado.

2.1 População do Distrito do Portão do Ocoí

Nos anos 1960, pensar o termo "população" não era tão simples. As teses raciais do final do século XVIII estavam ainda expostas; a aversão a estrangeiros era uma face da política ainda presente, constando em documentos oficiais, especialmente os legislativos, como citado no Decreto nº 6.117, de 1943.

Por força da norma, estrangeiros não eram bem-vindos, salvo se fossem agricultores. E, segundo a norma não escrita, ou seja, o costume local, os "brasileiros" também foram preteridos. Os migrantes dos estados gaúchos e catarinenses preenchiam dois critérios legais: não eram considerados estrangeiros porque "[...] já acostumados com a língua e a cultura do Brasil" e traziam a experiência da agricultura organizada. É indispensável comentar que também não eram "brasileiros" no sentido da memória local.

Ao falarmos de um migrante e das suas supostas qualidades identitárias, precisamos considerar uma relação do global com o local, ou seja, ao considerar a influência de representações mais globais sobre esse sujeito e de como ele se desdobra na vida cotidiana local. E, pela memória escrita, fica evidente que havia restrições e permissividades dentro de determinados critérios. No dizer de Pollak, essa possibilidade é assim proposta:

Esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos. Mas pode se tratar também da projeção de outros eventos. (1992, p. 3).

Por "outros eventos" queremos mencionar as representações de positividade construídas em torno do personagem migrante que não necessariamente seria do conhecimento do homem local, mas historiadores, religiosos e legisladores conheciam muito bem. Por isso complementa Pollak: "[...] a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa" (1992, p. 5).

É justamente nos momentos de articulações da memória que esses outros agentes, ou saberes, se entrecruzam e possibilitam uma outra

organização selecionada, esquadrinhada por um tipo de poder que deseja demarcar a existência do grupo. Nesse aspecto ressalta Pollak:

As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. (1992, p. 5).

No caso específico da história local narrada pelo livro didático a ritualização de certos valores selecionados do ponto de vista político são evidentes, como demonstraremos no último capítulo.

2.2 A migração, a Capela e a Escola

Estudos sobre imigração recente para o Brasil demonstram que a formação de pequenas comunidades dependia da criação de uma série de instituições – ou “lugares que lembram estas instituições” – com a finalidade de acolher, congregar e manter o grupo unido. A casa escolar, ou simplesmente a escola, fez parte do imaginário de imigrantes das diversas regiões paranaenses (RISTOW, 2011; OSS EMER, 1991). Ao seu lado, a capela, que, muitas vezes, dividia espaço com a escola.

A historiografia regional sobre imigração no Paraná também demonstra que o número de filhos por família também era expressivo, afirmação que faz sentido se tomarmos como referência o número médio de filhos por família nos dias atuais. Era comum uma família ter entre 5 a 12 filhos e eles terão em comum a inserção no trabalho familiar e frequência escolar, visto que era uma das grandes preocupações dos assentados.

Esses dados locais são significativos e, salvo poucas exceções, isso se estende a todo o Paraná. Tal realidade pode ser constatada nos dados reunidos pelo banco de dados da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE em 2003. A PNAD/2003 inclui cerca 9.932.752 pessoas paranaenses. Quanto às respostas referentes à pergunta "Com qual idade começou a trabalhar na área rural?", observa-se que, entre os

homens e as mulheres, com idade entre 20 e 60 anos de idade, mais da metade começaram a trabalhar com 14 anos ou menos.

Tabela 01 - Porcentagem de homens e de mulheres trabalhando, de 20 a 60 anos, estratificado pela idade em que começaram a trabalhar, na área rural paranaense.

Idade que começou a trabalhar	Homens		Mulheres	
	Número	%	Número	%
Menos de 9	158.514	36,67	98.416	31,20
10 a 14	227.886	52,71	170.618	54,09
15 a 17	37.357	8,64	26.910	8,53
Mais de 18	8.573	1,98	19.478	6,18

Fonte: PNAD/2003

Observa-se que, na medida em que a idade aumenta, os números regridem. Isso assim ocorre porque justamente ingressaram com menos idade, sendo 31,20% com menos de 9 anos e 54,09% com idades entre 10 e 14 anos. Isso significa, portanto, como afirmado pela historiografia, que muitos filhos em idade escolar já trabalhavam na atividade agrícola.

Na ocupação e colonização do Oeste do Paraná, a casa escolar particular mais comum foi a Escola dos Colonos. Esse tipo de escola se originou dos próprios costumes de vilarejos ainda europeus e que, segundo Kreutz, reproduziu-se no Rio Grande do Sul.

A dimensão étnico-cultural é construída e reconstruída constantemente num processo relacional em que os grupos e os indivíduos buscam, selecionam ou relutam em função do significado que fenômenos e processos têm para eles. Por isso a educação e a escola são um campo propício para se perceber a afirmação dos processos identitários e os estranhamentos e as tensões decorrentes da relação entre culturas. (KREUTZ, 2001, p. 123).

Essa dimensão que apontamos a partir de Kreutz nos permite dialogar com a memória falada e com a memória escrita desses imigrantes que fizeram do distrito de Portão do Ocoí a sua nova localização.

Como se observou nas falas dos entrevistados de diferentes etnias, havia um espírito de entreajuda, “pensava-se no bem comum”, auxiliavam na resolução dos estranhamentos, como veremos na fala do Entrevistado 6³⁹, quando comenta que se reuniam em grupos e uma família auxiliava a outra no

³⁹ Entrevista realizada em agosto de 2015.

desmatar, no serrar as madeiras e no organizar o espaço para construir a morada e fazer as primeiras plantações.

São essas memórias faladas que relatam as formas de escolhas de algumas lideranças ou as ações em benefício do grupo. Na comunidade do Portão Ocoí, segundo relato dos moradores, a escola foi construída em 1964, data essa que diverge da memória escrita, como ressaltamos. Essas memórias afirmam que as famílias se revezavam com o material: uns davam pregos, outros a madeira, pois até a cobertura era de tabuinha.

Segundo uma das professoras, dona Olga Lauch Chechi⁴⁰, na escola, nos fins de semana, reuniam-se também para rezar o terço, o que dava o carácter de multiuso e, ao mesmo tempo, a perspectiva de sacralidade que a educação tinha para aqueles imigrantes. Isso corrobora as afirmações de Lúcio Kreutz, de que os grupos coloniais não esperavam que o poder público resolvesse o problema da educação. Ivo Oss Emer, em pesquisas no Oeste do Paraná, afirmou que eles construíam a sua escola, contratavam e pagavam o seu professor e produziam a educação por eles percebida como necessária. Cabe ressaltar que os professores que iriam dar aula na escola eram escolhidos pela comunidade. De acordo com Emer (1991, p. 254):

O professor na escola dos colonos era escolhido pela comunidade colonial que tinha construído a escola para seus filhos. Essa escolha envolvia uma série de questões importantes para o próprio grupo; afinal, seria a quem confiariam seus filhos para formar homens e mulheres nas suas perspectivas de vida. Segundo diversos depoimentos, os professores eram escolhidos por consenso do grupo colonial, a partir de critérios por eles estabelecidos. Dentre os critérios citados ou traços comuns deduzíveis, ficam evidentes o saber, a responsabilidade, entendida como dar aula mesmo, todos os dias e no horário; ensinar tudo que soubesse; autoridade; não só no sentido de se fazer obedecer, mas no sentido moral, de fazer-se respeitar pela própria respeitabilidade pessoal e de “ser de bem”, conceito que incluía conduta social considerada adequada, exemplar, envolvendo aspectos éticos-religiosos, frequentar a igreja, ter bons modos nos encontros sociais da comunidade.

Observa-se que no distrito de Portão do Ocoí havia outras dimensões a observar, essas apontadas nas pesquisadas por Emer. A autoridade do

⁴⁰ Entrevista realizada em setembro de 2014.

professor que simbolicamente se construía a partir de escolhas do próprio grupo se fazia primeiramente no sentido de ter domínio das letras e, em seguida, de ser uma modelo moral. A professora entrevistada, Olga Lauch Chechi, expressa isso ao afirmar: "[...] um professor tem que ser espelho para os alunos; tinha que ser a referência de crescimento porque, naquele tempo, os pais só sabiam trabalhar". Nessa fala estão implícitas não somente essas outras dimensões da autoridade, mas também, o aporte da educação como meio de superação do *status quo*.

2.2.1 A vinda dos imigrantes ao Portão do Ocoí

O distrito de Portão do Ocoí foi formado, na grande maioria das propriedades rurais, por imigrantes de origem italiana oriundos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, mas também do norte do Paraná, estes citados nas entrevistas como "brasileiros", as vezes branco mas visto como "outro", por não falarem a língua materna (italiano).

Em tempos mais próximos da atualidade tem havido uma maior dinamização dessa questão étnica, inclusive, e novamente, por interferências na distribuição territorial das terras cultiváveis. Com o Programa Banco da Terra, através do Crédito Fundiário, 157 famílias vindas principalmente das cidades da região receberam em média 2,4 alqueires de terra cada uma, formando a agora chamada comunidade do Assentamento Águas Claras, sendo, porém, mais conhecida como Assentamento Formiga. Geograficamente, esse assentamento é a antiga comunidade do Alto Rio Branco e parte do Médio Rio Branco e faz divisa com o município de Ramilândia/PR⁴¹.

Também por força do Crédito Fundiário se formou outra comunidade, agora num local que antes eram terras de um único proprietário, conhecida como Fazenda Santa Paula. Essa fazenda de criação de gado, devido ao fato de se localizar numa área de muito morro e penhascos, pertencia à comunidade de Sanga Seca, na divisa do município de Missal/PR com Ramilândia/PR. Agora, porém, com o significativo número de famílias

⁴¹ Conferir em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/reforma-agraria/questao-fundiaria/assentamentos_2001_a_2010.pdf>.

assentadas, acabaram por formar outra comunidade, com o nome de Comunidade Santa Paula.

Nesta recente configuração, o distrito do Portão Ocoí ficou composto pelas seguintes comunidades: Comunidade Santa Paula, Sanga Seca, Glória, Jacutinga, Águas Claras, Médio Rio Branco, Bandeirantes, São Sebastião, São José dos Pinhais, Cabeceira do Cedro e Portão do Ocoí.

A base de sustento das famílias, desde o início dessas comunidades, na grande maioria das propriedades foi a agricultura de subsistência⁴². Isso ocorreu em razão de que as terras com bastante pedregulho e moro também não são propícias para espaços extensos de plantação e de utilização de maquinário agrícola, tendo que ser revolvidas com equipamentos de tração animal.

Atualmente, a prática dessa agricultura, com apoio e incentivos financeiros dos órgãos públicos, melhorou e, para muitas famílias das comunidades do distrito de Portão do Ocoí, ela se tornou uma forma de obtenção de boa lucratividade. Um bom exemplo ocorre na comunidade de Linha Glória, que dispõe de uma agroindústria de derivados de cana de açúcar, empresa de que a produção é comercializada não só no município de Missal, mas também em toda a região Oeste.

Com a disseminação do conceito de agricultura orgânica e a disseminação dessa prática na região, nas propriedades se cultivam produtos que são entregues nas escolas através do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), bem como na Feira Bauernhaus⁴³ do Pequeno Produtor, que, pela AGRISOL (Associação dos Agricultores e Agroindústrias Familiares Solidárias de Missal), faz parte da COAFASO (Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná), onde comercializam os seus produtos e periodicamente recebem capacitação (cursos, palestras, apoio técnico, entre outros), visando melhorar a qualidade dos produtos oferecidos.

Conforme relato do Jornal Mensageiro, edição nº 1861, de 14 de maio

⁴² A agricultura de subsistência tem como principal objetivo a produção de alimentos para garantir a sobrevivência do agricultor, da sua família e da comunidade em que está inserido.

⁴³ O Centro recebe o nome de "Bauernhaus", que significa casa do agricultor, em alemão. Como o nome já tinha registro em português, e Missal é composta por maioria de alemães, o nome Bauernhaus foi uma forma de homenagear a cidade (<<http://www.clickmedianeira.com.br/feira-de-missal-e-referencia-para-o-pais>>).

de 2015, observa-se que a memória da formação dessas colônias está envoltas por formas de conflito que vão para além do ufanismo didático do livro oficial. Ao lado das memórias faladas, pode-se ler que:

Poucos moradores sabem qual a origem do nome Portão, do significado da palavra Ocoy, muito menos dos conflitos de terras. Sabe-se que a colonização não esteve sob tutela do padre José Backes, o fundador de Missal, esta cantada em prosa e verso. [...] Portão do Ocoy é o maior distrito administrativo do município de Missal, seguido de Dom Armando e Vista Alegre. A população atual é de 1.950 habitantes, somente na vila. [...] O ponto de convergência é que a colonização da região é anterior à de Missal, esta que teve início em 1963, sob o comando Pe. José Backes. Assim a ocupação de Portão Ocoy teve ligação direta com a colonização de Medianeira, um braço da Pinho & Terras e que a localidade só ficou pertencente à Missal quando da emancipação de Medianeira, em 1981, pois a divisa, como sempre acontece, é delimitada por um rio, no caso o Ocoy, que segundo o cacique Daniel, da tribo Avá-Guarani, de Santa Rosa do Ocoy – São Miguel do Iguaçu/PR, significa “rio com muitos macacos nas margens”. As terras do Portão Ocoy pertenciam à Colonizadora Pinho & Terras, de Alfredo Ruaro, e que levava o nome de Gleba Guairacá. Num local, logo após o distrito de Maralúcia – Medianeira/PR, os donos das fazendas, entre elas a Bandeirantes e a Mineira, haviam construído na estrada um gigantesco Portão de madeira para ter o controle de acesso aos colonos que porventura tentassem tomar posse de alguns alqueires de terras, consideradas devolutas. (JORNAL MENSAGEIRO – 14/5/2015).

Esse texto é bastante expressivo no sentido da compreensão dos significados simbólicos dos nomes de lugares, a respeito do que Certeau (2002) afirma que os nomes que delimitam lugares são espaços praticados.

Complementando, Michel de Certeau, em seu livro “A Invenção do Cotidiano”, mostra as micropolíticas de um fazer do dia a dia que se utiliza de “práticas de espaço”, de “enunciações pedestres”, de “táticas”, entre outros elementos que elucidam o agir do homem comum nas suas falas, nos seus gestos e nos anonimatos cotidianos. Nesse texto do Jornal Mensageiro há o registro de algumas memórias que, se escritas, circulam pelo cotidiano missalense. Muitos entrevistados também a mencionam de uma ou outra forma. São memórias vivas e conflitantes na medida em que outras versões não as tematizam. O Portão, nessa versão, era o controle social; Ocoí era posse de uma Colonizadora; Missal, o lugar, não representa o início da

colonização. Trata-se de uma urbanidade no lugar errado.

Assim, para Certeau (2002), nesses não-lugares são realizadas práticas de espaço que contestam as demarcações espaciais características do que ele chama de lugar. Assim, o não-lugar é um espaço praticado que, em parte, se opõe ao lugar. Índios, posseiros, colonos, padres e colonos fazendeiros, “com-fundem-se” com instituições como colonizadoras, a igreja católica e a municipalidade como um braço gestor do Estado republicano e dos interesses mais imediatos do jogo político. Retornado a Pollak, é interessante considerar que “[...] a memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo” (1992, p. 5). A reação do Jornal Mensageiro ocorre em relação a outras memórias que circulam como “representantes do povo”.

Assim, no entanto, na definição do lugar Portão do Ocoí concorrem muitas estratégias, pois elas resultam das práticas sociais. Memórias faladas e memórias escritas sobre a experiência dessas práticas, como disse Kreutz, resultam muito mais dos conflitos que das homogeneidades.

Se, para os indígenas, a memória, o nome, remete a um rio ladeado por muitos macacos, para muitos a memória será a do grande portão que dividia pessoas “bem vindas” e pessoas “não desejadas”, ou a memória será a do Pito Aceso, que não significa exatamente um cigarro aceso, como acima já se viu.

Detalhes desse lugar praticado foram informados pelos entrevistados. Com relação à posse da terra pelos agricultores e a luta armada para manter-se na terra, Gabriel Delazari⁴⁴ afirma que “[...] estava no Portão Ocoy, em 1970, quando umas 200 famílias de posseiros das fazendas Rami, Mineira e Bandeirantes entraram em conflito pela posse da terra com jagunços dos latifúndios”.

Ainda segundo Delazari:

“[...] havia um acerto verbal de parte dos posseiros com os representantes dos fazendeiros para uma solução amigável do conflito que se arrastava por anos. A ordem era: 'vamos conversar, mas sem a polícia'. No dia marcado, os colonos, desconfiados, ficaram entrincheirados na localidade de Linha São Sebastião para ver se a polícia estaria presente. E estava.

⁴⁴ Entrevista realizada em setembro de 2014.

O tiroteio foi dos dois lados. Os posseiros mataram um soldado, um taxista e um capitão foi gravemente ferido. Depois vieram uns 600 policiais e invadiram as casas, quebraram pertences, soltaram os animais, incendiaram as construções. As mulheres e as crianças eu abriguei na escola, na igreja e no clube. O cerco durou mais de uma semana. Até o prefeito Bonatto, de Medianeira, mandou comida. Diante da gravidade da situação, o Exército interveio com muitos homens, um helicóptero, tudo sob o comando do capitão Cerdá. E a paz voltou ao local. O ex-prefeito Adolpho Mariano da Costa atuou como defensor dos posseiros. Ele deixou escrito que o local do conflito ficou conhecido como Pito Aceso, porque as armas dos agricultores nunca falharam durante os combates. Do antigo Portão nada restou. Por enquanto sabe-se que foi derrubado após o Golpe de 1964. Não ficou uma foto, um pedaço de madeira, um fio de arame. Tudo o que era material desapareceu, infelizmente".

Esse relato corrobora as informações do Jornal Mensageiro em relação a uma situação de conflitos. Ele também rememora que a igreja, a escola e o clube foram lugares poupados pelo conflito armado, isso em razão de abrigar mulheres e crianças ou em razão do simbolismo próprio de cada ambiente desses. Percebe-se também que, apesar dos conflitos, havia também um espaço negociado entre as partes e que a presença da segurança apenas desencadeou o conflito ao invés de evitá-lo. A fala do entrevistado menciona, mesmo que subjetivamente, um certo despreço ao militarismo ou, pelo menos, despreço à forma de agir dos policiais diante dos conflitos entre os posseiros.

Conforme as memórias elencadas, concordamos com Santos & Ristow (2011, p. 2) quando afirmam que, "[...] diante de omissão dos poderes do Estado, os sujeitos, a partir de seus próprios interesses, criaram mecanismos legais para a resolução destes conflitos".

E constata-se, portanto, que os registros do livro didático em análise estão longe de demonstrar essas peculiaridades da história vivida. Ufanicamente passam por sobre detalhes que a memória falada, teima em não esquecer, pois que, na realidade, por detrás do nome Ocoy há outras práticas que não só remetem a macacos e a armas com o cano em brasa.

2.2.2 A ocupação do solo

Para o mito geográfico dos Estados Nacionais não é possível haver um

Estado sem território. Desde a ocupação portuguesa, esse mito foi revivido de muitas formas. A necessidade de nomear Ocoy, o distrito, o município, etc., revive, ao seu modo, essa necessidade. Muitas narrativas escritas fazem parte desse constructo cultural que é o ato de nomear o território pela escrita.

No endereço virtual <<http://www.paranaoeste.com.br/historia.php>>⁴⁵ encontra-se a afirmação a seguir:

Ao tempo da colonização do Prata⁴⁶ pelos espanhóis, a Região Oeste passou a integrar a administração espanhola, constituindo-se na Província Del Guayrá. [...] A primeira expedição a atravessar a Região Oeste do Paraná foi feita em 1541 por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca (Espanhol), iniciada na Ilha de Santa Catarina, e destinada a identificar e mapear um caminho terrestre entre a costa atlântica e o Paraguai, além de capturar indígenas para serem escravizados. Nesta expedição foram vistas pela primeira vez, pelos europeus, as Cataratas do Iguaçu. [...] Em 1759, através do Tratado de Madrid, o território que hoje é a Região Oeste foi cedido pela Espanha a Portugal, sendo que a Região Oeste do Paraná possui uma área total de 22.840 km², equivalente a 11,74% da área total do Estado, que é de 199.281,70 km².

Segundo Santos & Ristow (2011, p. 6), “[...] o Estado do Paraná conquistou a sua emancipação em meados do século XIX, mais precisamente, em 1853. Os movimentos de ocupação territorial seguiram os traços do imaginário português (SANTOS, 1996), deslocando-se do litoral para o interior”.

Conforme a organização do Tratado de Tordesilhas, a maior parte das terras do Paraná coube à Espanha e, enquanto os portugueses iniciaram a ocupação pelo litoral, os espanhóis foram pelo interior, pelo vale do rio Paraná e pelos caminhos do Peabiru.

Os portugueses foram ocupando de forma lenta, porém perseverantes e sempre em crescimento, ao contrário dos espanhóis, que se deslocaram em direção ao Paraguai a partir de 1640, compelidos a isso pelas expedições portuguesas vindas do litoral.

Freitag (2007, p. 91) afirma que no caso da ocupação territorial do Sul do Brasil e, mais especificamente, do Oeste do Paraná:

⁴⁵ Acessado em 5 de janeiro de 2016.

⁴⁶ O território do Sul do Brasil e da região do Prata era uma área em disputa entre Portugal e Espanha, devido a discordâncias quanto ao exato local do Meridiano de Tordesilhas. Em 1715, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Utrecht, com alguns acordos sobre as terras ao norte do Rio da Prata (grifo meu).

Será, entretanto, durante os governos Moisés Lupion (1947-1951 e 1956-1961) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), época onde preocupações políticas expressas pelos viajantes, aspirações identitárias "paranistas" e política migratória ganham força institucional no Estado. Os destacados governadores criaram propostas para reverter as baixas taxas populacionais já evidenciados em relatórios governamentais, discursos legislativos, relatos de viajantes nacionais e laudos geográficos.

Em termos de políticas de Estado para a ocupação territorial, deve-se a Getúlio Vargas grande parte da consolidação da territorialidade do Brasil no formato como estamos recorrentemente pontuando. Os impactos de muitas das suas ações tiveram reflexos no Oeste do Paraná, especialmente nessa região de fronteiras em que a presença de não nacionais era muito frequente. Getúlio se desloca por entre esse mito veiculado pela ocupação portuguesa. Conforme a sua própria expressão, comenta Vargas (1940, p. 124) que:

[...] precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para Oeste, [...] E lá, teremos que ir buscar: - dos vales férteis e vastos [...]. (apud FREITAG, 2007, p. 91).

Ainda Freitag (2007, p. 98) ressalta que:

A transformação do espaço produtivo foi a fórmula encontrada para atingir o tão sonhado progresso. Diversas práticas infra estruturais tais como, abertura de estradas e a construção das primeiras casas e estradas serviram como atrativos aos novos habitantes do território.

Nesse imaginário, as ações oficiais, não oficiais, da igreja e dos próprios imigrantes parecem encontrar sentido. Trata-se do enquadramento da memória que Pollak tem afirmado, ao comentar a história escrita francesa. Segundo suas palavras:

[...] há um trabalho que é parcialmente realizado pelos historiadores. Temos historiadores orgânicos, num sentido tomado emprestado de Gramsci, que são os historiadores do Partido Comunista, os historiadores do movimento gaullista, os historiadores socialistas, os sindicalistas etc., cuja tarefa é precisamente enquadrar a memória. Em relação à herança do século XIX, que considera a história como sendo em essência uma história nacional, podemos perguntar se a função do

historiador não terá consistido, até certo ponto, nesse trabalho de enquadramento visando à formação de uma história nacional. (1992, p. 6).

Quanto à narrativa historiográfica regional que aqui estamos elencando, cabe-nos analisá-la nessa ótica apontada por Pollak sobre a historiografia francesa. Cabe explorá-la como um enquadramento do nacionalismo, da defesa da fronteira nacional, da ocupação dos “territórios ociosos” e da positividade do homem europeu enquanto etnia, religioso, como elemento ideal para esse investimento. Nessa pesquisa, seja apontando a partir das memórias individuais seja mediante as memórias escritas, esse enquadramento está presente, embora não seja possível delimitar as fronteiras exatas entre as situações vividas pelos informantes e as leituras de textos, ou informações orais que servem de elementos para compor um seu modo de compreender e rememorar.

Nessa perspectiva, o Portão do Ocoí realmente pareceu ser uma Terra da Promissão para muitos dos sujeitos imigrantes. O sentido do “desenvolver”, repetidamente citado pelas fontes orais e escritas, transmite o sentido de ocupar a terra e fazê-la produtiva, vale dizer, integrar e nacionalizar para a construção da Nação ou da nossa comunidade.

No entremeio dos discursos oficiais, o imigrante sulista era preferido em relação a outras etnias ou a sujeitos de outras regiões do Brasil. Para Magalhães & Cunha (2006, p. 181), com relação à ocupação da região Oeste e Sudoeste do Paraná, não houve dificuldades, visto que:

Isto pode ser explicado pelo menos por dois motivos: primeiro, porque os solos dessas áreas são mais argilosos (ricos em nutrientes), e segundo, porque durante o processo de ocupação já se considerou o aprendizado de outras regiões, particularmente aquelas adquiridas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, já que a maioria da população do Oeste e do Sudoeste paranaense é originária desses dois Estados.

A citação acima é somada à afirmação de Freitag (2007, p. 101) quando declara:

Contudo, as tarefas cíclicas e a rotina de trabalho serão mantidas segundo a lógica existente no interior do grupo de migrantes que para lá se deslocaram, sobretudo durante as três primeiras décadas da ocupação dirigida. Ao lado da história e do conhecimento sobre "as grandezas" de suas

matas, a nova estrutura assim concebida concorreu para a elaboração de novas imagens sobre o território. Essas imagens estiveram intimamente vinculadas aos critérios étnicos e culturais que foram estabelecidos pelas Colonizadoras para a venda dos lotes rurais. Assim a comercialização dessas terras voltava-se para trabalhadores rurais advindos de áreas coloniais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Grupo habituado ao trabalho em pequenas propriedades, descendia em sua maioria de alemães e italianos, afeitos à policultura e atividades agrícolas de subsistência.

Segundo ressalta Freitag, há um elemento étnico observado nesse novo migrante, e que, no processo de formação das colônias, foi critério adotado pelas empresas colonizadoras. Embora a Siplal não se enquadrasse como colonizadora de sentido privado, também priorizou a agremiação de agricultores ítalo-germânicos pela via religiosa. Observa-se, então, que a cultura das famílias que aqui vieram para trabalhar na terra e a divisão desta em pequenas propriedades foram muito importantes para o crescimento dessa região, sendo assim também a forma de organização como a descrevem os entrevistados desta pesquisa, o que é assegurado por Freitag (2007, p. 100) quando explica a organização dos lotes de terras pelas colonizadoras:

Os loteamentos patrocinados por tais empresas privadas, via de regra, utilizaram o mesmo sistema adotado pelo Governo Federal no tocante à repartição da terra agrícola. Os lotes obedeciam a dimensões que variavam em torno de 20 hectares de extensão. Esse modelo de estrutura fundiária cercado por chácaras torna-se um importante fundamento para alicerçar o discurso regional para o período. Tal proposta seguia padrões estabelecidos pela política territorial da Marcha para Oeste. Evitava o latifúndio ao mesmo tempo em que integrava o território nacional através de uma infraestrutura de transporte e do escoamento da produção local.

O Livro Didático (p. 15 e 16) apresenta os gaúchos e os catarinenses como corajosos que vinham em caravana para conhecer a Gleba dos Bispos e que tinham uma profunda fé em Deus e acreditaram nesta terra abençoada. Aqui prosperaram e com o suor do rosto regaram o chão.

Ao analisar o discurso expresso pelo texto escrito apresentado acima, paralelo com a letra do Hino do Município de Missal (em anexo), cria-se a sensação de que o povo que aqui chegou tinha os atributos de "desbravadores", de "progressistas", de "trabalhadores honrados" que

adentraram essas terras e, como num passe de mágica, se instalaram e fizeram deste espaço um lugar próspero, com riqueza abundante que os povos até então aqui "ocupantes" (invasores) não tinham conseguido por não serem preparados, qualificados para emancipar a glória, a honra e a nobreza.

A lógica da narrativa segue a lógica da desproblematização. Afinal, para muitos, esta terra não foi a da promessa, porque houve muito sangue, luta armada e mortes. Não houve continuidade de uma história. As memórias falam do fim, de perdas, de sentimentos reprimidos.

2.3 O impacto das águas de Itaipu e o alagamento das memórias

A formação do Lago de Itaipu criou novas realidades para os municípios lindeiros ao Rio Paraná, ou seja, lindeiros às margens do lago formado pela Itaipu com as águas desse rio. Ironicamente, a "Pedra que Canta", provável tradução para "Itaipu" do guarani, deixou de cantar porque todas as quedas d'água foram alagadas no percurso paranaense do rio, ou seja, de Guaíra à Foz do Iguaçu. Rios menores foram atingidos no seu volume de água, como ocorreu com o rio Ocoy. Os macacos do rio, como disse o cacique, foram dispersos e o maior volume de água tendeu a submergir e a apagar o Pito Aceso. Ou seja, as memórias oficiais e até mesmo as mantidas pela oralidade se rearticulam nesse novo espaço praticado, conforme a abordagem de Certeau (1998, p. 172):

É um lugar, a ordem (qualquer que ela seja) segundo a qual os elementos são distribuídos em relações de coexistência. Encontra-se aqui, então, excluída a possibilidade de duas coisas estarem no mesmo lugar. A lei do 'próprio aí reina'... Há espaço desde que se considere vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis... O espaço estaria em relação ao lugar da mesma forma que a palavra quando é pronunciada... Em suma, o espaço é um lugar praticado.

Assim, a implantação da Usina Itaipu Binacional, bem como os seus impactos causados pelo alagamento de diversas localidades no Oeste do Paraná, inclusive parte do município de Missal/PR, que, como forma de compensação se beneficia então dos *royalties*, é relatada por Mazzarollo (2003, p. 13) da seguinte maneira:

Com o tratado assinado em 26 de abril de 1973, pelos generais presidente do Brasil, Emílio G. Médice, e Alfredo Stroessner, do Paraguai, os governos dos dois países constituíram a Itaipu Binacional, dando-lhe a concessão para explorar durante 50 anos o potencial hidrelétrico do Rio Paraná, pertencente aos dois países em forma de condomínio, desde e inclusive o Salto de Sete Quedas até a foz do Rio Iguaçu.

Continua Mazzarollo (2003, p. 20 e 21), quando afirma que as negociações para essa construção já se arrastavam há anos:

Os estudos sobre o aproveitamento de energia dos Saltos de Sete Quedas que se situavam no Rio Paraná, no município de Guaíra (o que por ocorrência do reservatório da usina ficaram inexistentes), tiveram início no governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960), porém, os estudos, projetos e negociações prolongaram-se nos mandatos de outros Presidentes da República, no de Jânio Quadros, João Goulart, Castelo Branco, Costa e Silva e Médici, sendo que o canteiro de obras para a construção da usina foi implantado no ano de 1974, já no governo de Ernesto Geisel.

No discurso oficial à nação, a justificativa maior para a construção da Usina era para alavancar o crescimento, que necessitava de investimento nesse setor, visto que era uma fonte não poluente e autorrenovável, o que a diferenciava das fontes de energia existentes.

Se a Usina não tivesse sido construída nessa época, talvez não mais o fosse, visto que haveria manifestações dos ambientalistas devido às belezas que ficaram submersas e à mudança de vida de milhares de pessoas que precisaram deixar as suas terras, conforme afirmam Ribeiro et al. (2012, p. 4):

A área que necessitava ser alagada para a formação do reservatório da usina precisou ser desocupada e com isso, os proprietários de propriedades que se localizavam na região que futuramente seria tomada pelas águas foram indenizados.

Ainda Ribeiro et al. (2012, p. 5) apontam que:

As áreas alagadas eram de predominância agrícola e que estavam em plena produção, influenciando no potencial econômico dos municípios afetados. Além das propriedades rurais e urbanas, vários investimentos em infra-estruturas municipais e estaduais foram perdidos debaixo d'água, como escolas, rodovias, entre outros.

Também segundo Ribeiro (2002, p. 28),

Além das propriedades rurais e urbanas, foram indenizados 42 templos religiosos e 95 escolas existentes na área desapropriada. Os cemitérios também foram recolocados para outros distritos, dentro do mesmo município, mas que não seriam atingidos pela inundação. Em convênio com as prefeituras municipais, foram trasladados os restos mortais de 1.090 pessoas.

Esse cenário criado pelo alagamento forçou o retorno de conflitos pela terra. Agora não eram posseiros, nem títulos falsos, nem ameaças às famílias feitas por jagunços. Era o próprio poder instituído que ameaçava certa estabilidade social. Assim, duas novas comunidades recentemente criadas são oriundas desse novo conflito regional de divisões agrárias ocasionadas pela formação do dique do lago.

Esse período de desocupação durou em torno de quatro anos e foram muitas as famílias que, ao receberem o valor de indenização repassado pela Itaipu, permaneceram na propriedade até pouco tempo antes da chegada das águas. Ocorreu, porém, que o valor recebido se desvalorizou e muitas famílias só conseguiram comprar um espaço nas periferias das cidades e outras nem isso conseguiram, ficando sem ter onde morar e trabalhar, à mercê do sistema. Os municípios mais atingidos foram especificados por Mezzarollo (2003, p. 31 e 32):

Em alguns dos municípios, o deslocamento de pessoas foi superior a dez por cento, se comparado ao percentual total de sua população. Os casos mais expressivos são dos municípios de Santa Helena (31,37%), São Miguel do Iguaçu (23,71%), Marechal Cândido Rondon (16,70%) e Foz do Iguaçu (11,32%). É válido lembrar que situações de conflito ocorreram entre a Itaipu e as pessoas que moravam sobre a terra que haveria de ser alagada.

Nessa época, o município de Missal/PR era distrito administrativo do município de Medianeira/PR. Também Itaipulândia/PR (na época com o nome de Aparecidinha do Oeste) era distrito do município de São Miguel do Iguaçu.

O Livro Didático (2014, p. 25) traz uma página específica sobre a criação do Lago de Itaipu e aponta o recebimento dos *royalties* como forma de pagamento para compensar as perdas, como um investimento no aumento do nível de bem-estar da população através da educação, da saúde e do saneamento básico. Ou seja, fala do resultado segundo o qual os municípios

ganharam na Justiça o direito pela indenização da perda do território, mas nada menciona sobre a vida das pessoas e os seus dramas em relação a perdas e ao desenraizamento cultural. Até mesmo os mortos de cemitérios a serem alagados foram removidos, fato que causou grande indignação e sentimento de perda.

Então cabe questionar: Onde ficaram as memórias das famílias que precisaram desocupar um espaço que era seu, para dar lugar à "expansão econômica" do país? Onde ficaram os conflitos gerados aos agricultores e como foram solucionados, pois muitos não conseguiram mais adquirir uma área de terra?

Ribeiro et al. (2012, p. 8) retratam a seguinte circunstância:

A situação de posseiros e proprietários em relação à empresa Itaipu Binacional ocasionou muitos impasses e conflitos, pois, não somente o valor agregado a terra e as benfeitorias, tem-se também a afetividade e os vínculos sociais criados nessas localidades e que seriam cobertos pelas águas. Assim, quando as águas chegaram, aqueles todos sem exceção tiveram que se retirar de suas casas tomando novos rumos.

Memórias vividas, memórias sentidas, memórias... Algumas famílias conseguiram levar consigo as suas moradias, benfeitorias, porém somente conseguiu essa façanha quem ainda as tinha construídas com madeira. Mas a sua história de pertencimento ao lugar, que era a sua conquista de vida, jardins, pomares, instalações elétricas, a sede social (como clube e igreja), estabelecimentos comerciais, entre tantas outras pertenças, tudo precisou ser deixado pra trás, sem que pudessem opinar, sem possibilidade de contraposição.

Mezzarollo (2003, p. 42) ainda arremata, e vem de encontro à realidade enfrentada, exposta pelos entrevistados, quando afirma que:

Os agricultores que seriam desalojados já haviam enfrentado de tudo. Migraram de outras regiões do Brasil para o Oeste do Paraná enfrentando grandes dificuldades e correndo sérios perigos. Desbravaram as matas, suportaram doenças, enfrentaram conflitos em que muitos morreram na luta pela terra, devido à anarquia fundiária que encontraram na região. [...] e ouviram este veredicto da Itaipu: "Os agricultores do Oeste do Paraná devem ser sacrificados para o bem e o progresso do Brasil".

Na versão oficial do Livro Didático (2014, p. 26), “[...] o município de Missal/PR veio a se tornar ribeirinho do Rio Paraná, passando a desfrutar de grandes vantagens quanto à potencialidade turística das praias artificiais”.

Em nome das vantagens econômicas, as famílias que mal haviam (se é que já haviam) superado os traumas e as dificuldades de deixar os seus estados de origem quando migraram para a região Oeste do Paraná, precisaram então de novo buscar forças pra recomeçar uma outra página na sua história, ainda tendo as dificuldades como companheiras, pois toda mudança traz consigo as suas consequências, muito mais quando não estão nos planos dos envolvidos.

Ocorre, porém, que, em nome do "progresso", os donos do poder transpõem rios, destroem cidades e vilas, decompõem sonhos, dilaceram saúde, tanto do corpo como da mente, e, como afirma Hobsbawn (1917 – 2012)⁴⁷, quando se fala em termos morais, “[...] o pecado do capital é a injustiça social”.

Talvez o grande legado do Lago de Itaipu não seja a geração de energia que, inegavelmente alavanca um progresso. Seu maior legado, em termos de história da educação, é essa provocação de rearticulação de memórias sobre o modo de viver às margens de um rio.

2.4 O progresso pelas rodovias

O livro didático do município — objeto deste estudo —, possivelmente traçando uma relação entre história e geografia, destaca a construção de estradas e de rodovias como forma de integração territorial do Brasil, Oeste do Paraná e o município, citando, na página 22, que nosso município tem acesso a qualquer lugar do planeta através das malhas rodoviárias nacionais e internacionais, que são próximas. Ao falar de asfalto, o texto oficial do livro omite a compreensão de caminhos, picadas e encruzilhadas que remeteria a experiências anteriores à história contada e que o Pito Aceso e o Portão do Ocoí foram engolidos pelas águas do reservatório.

⁴⁷ Entrevista gravada em Londres, em 1995, disponível em: <http://bh.santoagostinho.com.br/arquivos/site/2015/ensino_fundamental/entrevista-com-hobsbawm.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2016.

Segundo um estudo contemporâneo feito pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), uma memória dos caminhos, das picadas, das estradas vicinais, das PRs e das BRs são apontadas como condição de integração, desenvolvimento regional de comunidades do interior, justamente na condição de enquadramento de memória. O IPARDES, menciona, em vários estudos, que:

Esse isolamento [do Oeste do Estado] começa a ser rompido com a implementação da infra-estrutura de circulação e comunicação no Oeste paranaense, destacando-se a construção da Ponte Internacional da Amizade, unindo Brasil e Paraguai (1965); o asfaltamento da BR 277 ligando Foz do Iguaçu a Paranaguá (1969); e a implantação da usina hidrelétrica de Itaipu (no início dos anos 1970), para utilização do potencial hidráulico do rio Paraná, em condomínio entre os dois países, constituindo uma represa desde, e inclusive, o Salto Grande de Sete Quedas, ou Salto del Guairá, até a foz do rio Iguaçu. Instaura-se, então, uma quarta e decisiva etapa na ocupação do território. A partir de meados da década de 1970, a tecnificação e mecanização no cultivo da soja consolidam e aceleram mudanças, provocando uma alteração radical na base produtiva regional, com repercussão na estrutura fundiária e, conseqüentemente, na distribuição da sua população. (IPARDES, 2008, p. 15).

Ressalta-se que a fonte converge para dois momentos que julga importantes para a integração do Oeste e, neste caso, para a integração de Missal e de Portão do Ocoí. O desenvolvimento da agricultura parece, segundo a narrativa, desenvolver-se às margens das rodovias. O que ocorreu foi justamente o oposto: estas tiveram que ser criadas em função de existir a necessidade de transporte da produção local.

O crescimento populacional também foi um fator relevante. Já ressaltamos que, nas colônias, havia muitas crianças. O movimento de pessoas com novos imigrantes também impactou o número. Segundo os dados oficiais do próprio IPARDES, entre os anos

[...] 1950/1970, a população total do Oeste paranaense passa de pouco mais de 16.000 para mais de 760.000 habitantes, num crescimento não verificado em nenhum outro espaço paranaense. Nos dez anos seguintes, 1970/1980, esse crescimento se desacelera e o espaço apresenta uma taxa de crescimento populacional de pouco mais de 2% ao ano, o que, em termos absolutos, representa um incremento em torno de 200 mil novos habitantes” (2008, p. 15).

Esse crescimento provocou as emancipações políticas no Oeste, com a criação dos novos municípios a partir de distritos que foram conquistando autonomia própria. O cenário rural passou a ter características urbanas, com assistência escolar, de saúde, de segurança e de transporte. Nesse sentido, afirma Magalhães que, “[...] assim, não apenas as áreas rurais experimentaram incrementos substantivos de população, ao longo desse período, mas também inúmeros núcleos urbanos foram se formando para dar suporte à agricultura em expansão” (MAGALHÃES, 2003, p. 15-16).

As memórias construídas se encontram, criam uma visibilidade vista de cima, mas essa visão não é, necessariamente, a sentida nas memórias construídas no cotidiano regional. São visões ou visibilidade não homogêneas.

As estradas, os caminhos e as picadas têm outros sentidos. Há de se perguntar, para esses informantes, o que significa encontrar pelo caminho uma casa sendo transportada em cima de um caminhão, como pode ser verificado no período do alagamento das terras pelas águas da represa de Itaipu.

Todas as famílias puderam retirar suas casas? O que fizeram com os animais? As suas organizações – como horta, pomar, estradas... O senhor Aloísio Schommer⁴⁸ na época era proprietário de um caminhão e ele comenta que foi mais de 150 casas transportadas assim, a maioria retiradas dos seus locais, devido o alagamento provocado para formar o lago de Itaipu.

A seguir uma foto representativa do cenário descrito pelo entrevistado.



Fonte: by Werner Keifer 32 ANOS DO INÍCIO DA FORMAÇÃO DO LAGO DE ITAIPU.

⁴⁸ Entrevista realizada em janeiro de 2016.

Disponível em: <<https://www.flickr.com/search/?text=Werner%20Keife>>. Acesso em: 7/3/2016

Parafrazeando Benjamin (1985a), afirma-se que a configuração do passado, do esquecimento no passado, leva à construção de uma temporalização histórica que não coincide nem com aquela do passado tal como foi e nem com a condição de um presente anterior ao movimento interrogativo da memória. A imagem de transportar a própria casa, nesses termos ditos por Benjamin, com certeza tem relações com o cenário antigo e próximo da casa sendo atacada, queimada, dizimada por invasores. Ou da chegada aqui que, conforme a foto abaixo, para alguns, a casa também veio em cima de um caminhão, como podemos observar na foto em um sítio do município de Nova Santa Rosa a chegada dos colonizadores:



Fonte: Orientador Professor Dr. José Carlos dos Santos

A formação do lago e a expulsão de alguns dos antigos posseiros são descritos com amargura, com grande sentimento, visto que assentamento, ou seja, a conquista, não foi pacífica.

Há um grande esforço da memória em afirmar uma identidade a partir da homogeneidade cultural, étnica, linguística e laboral para os missalenses, porém, retornando a Pollak, é preciso considerar que os sujeitos não contêm uma identidade, a não ser lembranças, apelos imagéticos, cantos, danças, enfim, ritualizações que a torna visível. Segundo o autor:

[...] o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, [...] que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que

ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1989, p. 5).

Alguns indivíduos, pelas suas percepções dessa imagem que fazem de si mesmos, não se sentem representados nas narrativas históricas e geográficas do livro didático do município. Especialmente das memórias de pessoas, de professores ou não, que viveram outras experiências na educação de seus filhos no período da colônia ou do Portão do Ocoí.

3 LIVROS DIDÁTICOS: Guardiões de Memórias e Construtores de Identidades

As discussões que fizemos sobre territorialidade, lugares, memória coletiva e individual estão presentes no livro didático adotado e escrito especialmente para as escolas municipais de Missal. Já ressaltamos que o motivador quanto ao objeto desta pesquisa é a divergência entre a memória falada e a memória escrita quanto à data de fundação da primeira escola. Adotamos o termo "primeira", mesmo sabendo da sua questão polêmica: a rigor, haverá sempre memórias que serão mais ancestrais que outras em termos de experiências humanas. Esse livro didático demarca, contudo, a existência da primeira escola oficialmente construída pela municipalidade, isso apesar de que a memória informal discorda e afirma que houve outra primeira, esta reclamando da ausência de memórias outras, não somente da escola, mas da trajetória de sujeitos sociais.

3.1 Livros didáticos e a formação de uma memória

Alain Choppin, incansável estudioso dos livros escolares, a partir de análises do Brasil e da Europa sobre o hábito escolar do uso de livros didáticos, afirma que a natureza da literatura escolar é complexa porque ela se situa no cruzamento de três gêneros, que participam, cada um em seu próprio meio, do processo educativo: de início, a literatura religiosa, de onde se origina a literatura escolar, da qual são exemplos, no Ocidente cristão, os livros escolares laicos “por pergunta e resposta”, que retomam o método e a estrutura familiar aos catecismos; em seguida, a literatura didática, técnica ou profissional, que se apossou progressivamente da instituição escolar no decorrer das épocas; e, por fim, a literatura “de lazer”, tanto a de caráter moral quanto a de recreação ou de vulgarização, que inicialmente se manteve separada do universo escolar, mas da qual os livros didáticos mais recentes e em vários países incorporaram seu dinamismo e características essenciais.

O autor trata da significativa presença do livro didático nos vários níveis de ensino e que, por isso, se identifica com os objetivos financeiros e

ideológicos de seus países. Segundo o autor,

É impossível para o historiador do livro tratar da atividade editorial da maior parte dos países sem levar isso em conta: em um país como o Brasil, por exemplo, os livros didáticos correspondiam, no início do século XX, a dois terços dos livros publicados e representavam, ainda em 1996, aproximadamente a 61% da produção nacional. (CHOPPIN, 2004, p. 551).

Não se pode dizer que ainda hoje esta estatística seja a mesma, mas somos sabedores da grande importância que ainda “cultuamos” ao livro didático.

Seguindo ainda o autor acima citado, ele destaca quatro funções básicas a que o livro didático responde: i) função referencial, ii) função instrumental, iii) função ideológica e cultural e iv) função documental. No caso da *função referencial*, essa denominação é atribuível porque ele é organizado a partir de determinados programas de ensino. Quanto à *função instrumental*, essa designação é cabível ao livro didático uma vez que a sua organização pressupõe métodos de aprendizagem, assim como exercícios que favoreçam a aquisição das competências prescritas. Depois ao livro didático é atribuída uma *função ideológica e cultural*, porque ele é um dos vetores essenciais da língua nacional, da cultura e dos valores das classes dirigentes e, por isso, construtor de uma identidade. Por fim, cabe atribuir-lhe uma *função documental*, já que ele é portador de um conjunto de documentos, sejam textuais, sejam icônicos (CHOPPIN, 2004, p. 553).

O surgimento do livro didático de História do Brasil não data naturalmente do século XX, mas na primeira metade desse século adquiriu características que o tornaram um objeto de estudo muito particular. Mantendo a orientação proposta por Choppin, o livro didático elaborado nesses anos iniciais da República brasileira era de natureza escolar porque possuía um método e uma dimensão moral e cívica, uma vez que objetivava a construção de uma nacionalidade uniformizadora (CHOPPIN, 2004)

No Brasil, o livro didático de História do Brasil surgiu logo após a Independência. Os primeiros livros que cumpriam essa função eram de

autores estrangeiros, sendo que os primeiros brasileiros que os escreveram faziam traduções daqueles ou adaptavam os textos (GASPARELLO, 2004). É o caso do "Resumo de História do Brasil até 1828", de Henrique Luís Niemayer Bellegarde, publicado em 1831, e do "Compêndio da História do Brasil", de José Ignácio de Abreu e Lima, publicado em 1843. Em 1861, foi publicado o livro "Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II", de Joaquim Manoel de Macedo, considerado um marco na escrita didática da disciplina de História, porque foi concebido e escrito exatamente com esse objetivo. A obra surgiu no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com a intenção de escrever e ensinar uma história para formar o grupo dirigente do Império (MATTOS, 2000).

Havia, no entanto, originalidade nos manuais republicanos, uma vez que traziam orientações tanto para professores quanto para alunos, no sentido da melhor maneira de utilizá-los (FONSECA, 2004). Essa é a originalidade desses livros, uma vez que, a rigor, não se observam diferenças no tratamento do conteúdo em si. Esse cuidado com a melhor forma de utilizar o livro é resultado do momento que o país experimentava. Alain Choppin já alertava para o fato de que as "[...] particularidades nacionais influem na natureza, nas funções e usos dos livros didáticos e também sobre o próprio modo pelo qual a historiografia nacional os apreende" (CHOPPIN, 2004, p. 566).

Nesta mesma linha discutida por Choppin, Eliezer Raimundo de Souza Costa afirma que, o Brasil, como resultado do fim da escravidão, vinha recebendo uma grande quantidade de imigrantes de origens diversas e a preocupação que orientava os organizadores da nação estavam em se formar uma memória única, como forma de dar uma mesma orientação para todo esse contingente de "novos brasileiros" que ora se incorporava à nação (COSTA, 2007). Resultado disso foi à tentativa de homogeneizar o ensino e, por consequência, a memória. Ao estudar o confronto entre as escolas oficiais paulistas e aquelas originárias da tradição anarquista ou imigrante no início do século XX, Circe Bittencourt diz que Oscar Thompson mandou fechar essas últimas e advertia para a necessidade de que fossem brasileiros natos os professores no Brasil, tanto para brasileiros quanto para estrangeiros

(BITTENCOURT, 1990).

Isso significa que as quatro funções propostas por Choppin, e aqui corroboradas por Costa, nos permitem perceber essa função de unificação, de homogeneização de percepções axiológicas de uma sociedade em formação. Logo, embora o livro didático cumpra com o requisito de ser instrumento que viabilize a aprendizagem, ele é, ao mesmo tempo, um forte componente ideológico. É nesse sentido que apontamos o livro didático construído para os missalenses. Seja com mensagens explícitas, seja com conteúdos subliminares, esse componente está presente, como passaremos a demonstrar.

Na sequência desta discussão passar-se-á a refletir as narrativas do livro didático e da obra comemorativa do Cinquentenário de Missal, que traz o título de "Uma História de Cooperação, Atitude e Amor – Lar 50 Anos", para nela demonstrar as aspectos da discussão de memórias apontadas por Pollak, Certeau e outros. Antes, porém, discorrer-se-á brevemente sobre a escolaridade rural no Estado do Paraná, visto que existe um capítulo de extrema importância para a escolarização do interior e das zonas de fronteiras. Esse tema tem, por muitas vias, conexão com esta pesquisa. A principal dessas vias já foi enunciada: a escolarização no meio rural. A outra foi a de como os governantes desse período, em que ocorrem os deslocamentos de imigrantes pelo traçado do rio Ocoí para colonizar a esse local, pensavam a educação como sociologia do desenvolvimento.

3.2 Escolas rurais no Paraná

Apesar de pouco conhecida, a escola de ensino fundamental situada nas áreas rurais continua a ser uma realidade na vida de milhares de crianças não só no Paraná, como no Brasil e no contexto mundial da globalização. No recente dossiê publicado sobre *Education e Ruralités*, os dados apresentados por Gauthier & Luginbühl⁴⁹ (2012) atestam o fato de que quase metade da população mundial ainda vive em áreas rurais, bem como indicam a

⁴⁹ Ver Projeto Escolas Rurais, pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência e Instituto Paulo Montenegro (2010), com exclusividade para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, envolvendo os estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Tocantins e Distrito Federal.

necessidade de uma reflexão sobre a educação que é aí ofertada e uma análise mais aprofundada das ruralidades que afetam o funcionamento dessas escolas.

Esse modelo escolar — de nome genérico, pois, conforme o período de governo teve a sua nomenclatura alterada — foi bastante comum nos governos de Moisés Lupion e de Bento Munhoz da Rocha Neto, nomes expressivos da gestão do Estado no período em que agricultores se deslocam para a *hinterland de finibus*: a borda do interior.

Esses dois gestores, como destacado nos capítulos anteriores, tiveram grande influência na formação da territorialidade do Oeste do estado. Tiveram em comum um discurso desenvolvimentista e integracionista e a escola foi à instituição fim que levaria a convergir nesse modelo almejado.

Um dos vários textos dirigidos pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951, evidencia essa convergência.

Imbuídas do discurso de modernidade, as práticas administrativas desses governos foram voltadas ao povoamento do território por meio dos trabalhos de colonização das regiões Norte, Oeste e Sudoeste do Estado e da construção de uma malha rodoviária, como tivemos oportunidade de destacar. Conforme o texto da mensagem, desde o título se percebe aquilo que nominaram de “o grande projeto”:

Povoar e educar: a escola primária rural em foco

Não há, em todo o Brasil, oportunidade melhor que a hora vivida pelo Paraná em suas zonas rurais, para o início dessa assistência. Ao contrário do que acontece nas maiores áreas nacionais, é insignificante no Paraná o êxodo das populações para as cidades. E o movimento migratório interno, que há tempos se processa no país, talvez o maior que a história nacional registra, está povoando intensamente as nossas melhores terras de lavoura. Os contingentes humanos que procuram ininterruptamente o norte e o noroeste do Estado, a maior faixa contínua de terras férteis no Brasil, e as correntes imigratórias que, oriundas do extremo sul, procuram o sudoeste e oeste paranaense, garantem uma prosperidade sem par ao nosso Estado. O Paraná possui, desde 1920, o maior crescimento demográfico do Brasil, está sendo intensamente povoado e trabalhado. Mas essa expansão não se faz sem os dramas do homem rural. É necessário que o poder público venha assisti-lo e, aqui, o pode fazer em condições melhores

que na maioria dos Estados brasileiros, evitando-se a formação de problemas complexos no futuro. (PARANÁ, 1951a, p. 6).

A mensagem do governador é emitida em um cenário em que as taxas de urbanização no Paraná [da década de 1950] apontam para índices inferiores que a média nacional. Enquanto no Brasil a taxa de urbanização era de 36,1%, no Paraná no mesmo período a taxa era de 25% (IBGE, 2010). As maiores modificações ocorreriam no decorrer das décadas de 60 e 70 do século XX, com o processo de urbanização e o êxodo do trabalhador rural do campo. No quadro abaixo podem ser vistos os números desse movimento de pessoas mencionados na mensagem.

Tabela 02 - Dados populacionais, situação de domicílio e taxa de crescimento (Paraná 1940-1980).

Ano	Total da população	Área urbana %	Área rural %	Taxa de crescimento %
1940	1.235.849	24,5	75,5	-
1950	2.112.893	25,0	75,0	70,0
1960	4.268.239	30,9	69,1	102,0
1970	6.929.868	36,4	63,6	62,0
1980	7.063.466	58,9	41,1	10,0

Fonte: IBGE (2010).

Foi nesse contexto que a escola primária rural foi estruturada como uma política estadual, por dois fatores: o primeiro relacionado à formação das novas gerações que pudessem garantir a riqueza do Estado e o segundo era civilizar a população que habitava no meio rural, ensinar não só a ler, a escrever e a contar, mas inculcar hábitos de higiene e de valorização da vida no campo, como trabalho produtivo e integrado ao solo nacional: “Manter o homem do campo no campo”, dizia a mensagem, mas em condições de tornar o campo moderno, de modo a implantar a economia associada ao rural.

Segundo entende Anaete Regina Schelbauer, modernizar era o grande plano da gestão, no entanto pergunta ela: Qual modelo ou modelos coexistiram com as escolas urbanas responsáveis por escolarizar a população citadina do Estado? Num esforço de responder à própria pergunta, Schelbauer afirma que:

Os documentos permitiram constatar alguns modelos de escolas primárias no meio rural paranaense, dentre eles: as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores, subordinadas ao Departamento de Agricultura, da Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura - Seção de Ensino Profissional e, posteriormente, ao Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional, vinculado à Secretaria de Agricultura do Estado; o grupo escolar rural e a escola primária rural, modelo de escola isolada que atendia às populações rurais, também denominadas nos documentos como Casa Escolar Rural. (SCHELBAUER, 2014, p. 79).

3.3 Escola isolada da Zona Rural ou Grupo Escolar Rural?

Segundo os registros feitos por Schelbauer, a denominação Escola Primária Rural apareceu no Paraná nos documentos oficiais em mensagem referente ao exercício nos anos de 1924 a 1928 e foi apresentada pelo presidente de estado, Caetano Munhoz da Rocha, ao Congresso Legislativo, indicando as 120 escolas primárias rurais subvencionadas à União, em conformidade com o Decreto nº 13.014, de 13 de maio de 1918 (PARANÁ, 1928). Sobre essa questão é interessante observar as prescrições da Reforma João Luíz Alves da Rocha Vaz, instituída pelo Decreto nº 16.782A, de 13 de janeiro de 1925, que estabelecia a participação da União para a difusão do ensino primário, bem como criava as bases sobre as quais a União subvencionaria os Estados na difusão da escola primária rural.⁵⁰

Tal decreto obrigava os estados a não reduzirem o número de escolas existentes e a aplicarem 10% de sua receita na instrução primária e normal, permitindo que a União fiscalizasse o funcionamento das escolas por ela subvencionadas e fornecesse o programa a ser adotado (SCHELBAUER, 2014, p. 80).

Essa escola primária rural, subvencionada mediante acordo com o governo federal, situava-se, sobretudo, nas zonas de colonização e configurava-se como escolas isoladas, regidas por um único professor, em

⁵⁰ Conforme previsão legal, artigo 25. Os acordos obedecerão às seguintes bases: a) a União obriga-se a pagar diretamente os vencimentos dos professores primários, até o máximo de 2:400\$ anuais, e os Estados a fornecer-lhes casa para residência e escola, assim como o necessário material escolar; b) as escolas subvencionadas serão de natureza rural. (BRASIL, 1925, p. 27).

salas multisseriadas. Em relatório referente ao exercício de 1932 a 1939, o interventor Manoel Ribas, ao apresentar os dados sobre a expansão do ensino primário, informou a existência de 254 escolas primárias rurais subvencionadas pelo governo federal, 71 grupos escolares e 1.288 escolas isoladas, o que indica a predominância desse último modelo de escola na oferta do ensino primário (PARANÁ, 1939).

Esses modelos escolares atendiam à demanda, que tinha uma característica eminentemente rural, pois que as famílias, segundo aponta o IBGE, viviam, em sua maioria, na zona rural. Schelbauer afirma ainda que, ao longo do período desses governos, os documentos atribuem a denominação de "rural" àquelas escolas subvencionadas, ora mediante acordo com o governo federal, ora mediante acordo entre o estado e os municípios, ora financiadas pelo próprio estado.

Conforme dados dos Relatórios de Governo do período de 1947-1950, pode-se compor o seguinte quadro descritivo das edificações das escolas rurais no Norte e no Oeste do estado.

Tabela 03 - Quadro de edificações das casas escolares rurais (1947-1950).

Localidade	Natureza da obra	Construídas	Em construção	Planejadas
Abatiá, em Água das Pedras	Madeira		1	
Andirá, em Moacyr Correia				1
Assaí, em Saltinho				1
Bela Vista do Paraíso				1
Cambará				1
Cambé, em Saltinho	Madeira	1		
Cambé, Fazenda Santa Cândida				1
Carlópolis				1
Clevelândia - região Oeste	madeira, com 1 sala	7		
Foz do Iguaçu – região Oeste	madeira, com 1 sala	8		
Laranjeiras do Sul – região Oeste	madeira, com 1 sala	10		

Mangueirinha – região Oeste	madeira, com 1 sala	4	12	
Total		30	13	6

Fonte: Relatório 1947 -1950 (Paraná, 1950)

Já o Relatório de Governo de 1951 refere-se à edificação de casas escolares rurais do convênio federal, mediante contrato com o Ministério da Educação e Cultura, nas áreas rurais das seguintes localidades: Carimã, perto das Cataratas; Santa Helena; Rio das Antas, estrada Cascavel-Toledo; Santa Tereza, estrada Cascavel-Foz do Iguaçu; Sanga Funda, estrada velha para Cascavel; Santa Terezinha, a 18 km de Foz do Iguaçu; Salto, estrada Cascavel-Catanduvas; e Santa Cruz, estrada Cascavel-Piquiri (PARANÁ, 1951b).

A imagem a seguir retrata o tipo padrão de casa escolar rural com uma ou várias salas de aula, edificada em madeira na área rural dos municípios de Foz do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Mangueirinha e Clevelândia, situados na região Oeste do Estado (PARANÁ, 1950; 1951b).

Foto 4: Grupo Escolar Tiradentes – 1965. Modelo de Escola com edificação de madeira.



Fonte: Jornal Expõente do Iguaçu – Agosto de 2011.

Ao iniciar a década de 1950, a mensagem de abertura da sessão legislativa de Lupion reflete a tônica do Programa de Organização do Ensino Primário. Deu ênfase ao fato de que o Paraná representava o maior centro agrícola do país e que, se ainda não o fosse, o Estado marchava rapidamente para isso. Seu governo afirmava as ações relacionadas à educação primária, à formação de professores e, sobretudo, ao ensino rural. Dentre elas, estava o plano de aumento e ampliação da rede de ensino primário rural, em regime de acordo com os municípios; afirmava o compromisso de responsabilidade financeira pela abertura de escolas na zona rural, pagando os professores, dotando-as de material e assistindo-as tecnicamente (PARANÁ, 1950).

Os dados apresentados no relatório indicam terem sido abertas cerca de 500 novas escolas na zona rural durante o ano de 1949. Para o ano de 1950 estimava-se a abertura de 1.200 unidades. O governador destacava o atendimento de quinze mil crianças beneficiadas com o plano de ampliação da rede escolar rural do Estado e enfatiza a batalha empreendida em relação à matrícula e frequência nas escolas rurais (PARANÁ, 1950).

Afirmava, ainda, que uma das batalhas travadas para a melhoria no atendimento das escolas do meio rural foi a sua decisão de organizar cursos de formação para as professoras das escolas isoladas da zona rural:

Esses cursos foram assistidos em todo o Estado por mais de 1.000 professoras, e foram ministrados nas sedes dos municípios pelos inspetores de ensino, segundo um plano que estes aprenderam, por sua vez, em cursos, nas sedes das regiões, lecionados pelo próprio Secretário da Educação e Cultura. Temos a convicção plena de que tais cursos darão, para o ano de 50, os melhores resultados em rendimento de nossas escolas rurais, pelos índices de aproveitamento manifestados pelos professores que os cursaram. (PARANÁ, 1950, p. 30).

Uma das soluções encontradas para a formação inicial no meio rural foi a criação das escolas para dar solução ao problema da escola isolada rural, com a formação docente na própria região da inserção escolar. Essa solução consistiu em uma grande inovação do período (PILOTTO, 1952). Assim, a mensagem de Lupion menciona a criação de dezenove cursos

normais regionais, instituídos a partir da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946. Assim menciona Lupion no texto da lei federal:

De par com a sua criação, baixamos os programas respectivos, que são uma verdadeira orientação para a sua vida e o seu espírito e, nesse sentido, talvez tenhamos nos adiantado alguma coisa sobre o que de melhor possa estar feito no Brasil. (PARANÁ, 1950, p. 31).

A lei federal normatizava, a partir de então, a formação profissional de educadores, como afirma seu primeiro artigo:

Art. 1º O ensino normal, ramo de ensino do segundo grau, tem as seguintes finalidades:

1. Prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias.
2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas.
3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

Após citar a lei federal sobre educação de 1946, na Mensagem o governador menciona o meio rural educacional como prioritário na organização da estrutura escolar, porque “[...] a criança da zona rural é, inquestionavelmente, das que mais precisam de uma profunda influência criadora da escola, e, infelizmente, a escola da zona rural é a mais deficiente de todo o nosso sistema” (PARANÁ, 1950, p. 141).

Nessa mesma mensagem justifica o governador o porquê do seu ponto de vista e do necessário investimento nas escolas no interior, em três pontos: i) o nominado crescimento vertiginoso do estado, em virtude dos movimentos migratórios, duplicando a população em algumas regiões, caso do Oeste e do Norte; ii) a riqueza gerada pelo “povo do interior, nossos migrantes”; e finaliza: “[...] estamos, desse modo, satisfazendo a uma das solicitações mais vivas que encontramos sempre na alma do povo: a escola; e iii) a “[...] incipiente formação da maioria do nosso professorado dessas escolas” (PARANÁ, 1950, p. 30).

Era uma racionalidade moderna: formar e uniformizar. Mais um dado importante, lembrando os comentários de Choppin como acima retratamos, está relatado na Mensagem, a de que o governo distribuiu um total de 25.000 cartilhas “[...] com o objetivo de comunicar-lhes técnica muito simples para o

ensino fundamental da Leitura, da escrita e do cálculo do 1º. ano, e para que elas alcancem fazer a sua escola mais agradável e mais profundamente educativa” (PARANÁ, 1950 apud SCHEUBAUER, 2014).

Por modernização entendia o governante que também deveria haver mudanças no método de ensinar. Na Mensagem afirmou que se precisava de uma “[...] escola mais educativa pela força de ativar as forças criadoras do espírito, enriquecendo, assim, a vida [...] que a introdução de atividades muito simples, dessa natureza, deveria ser o segundo dos objetivos da nossa imediata atenção” (PARANÁ, 1950, p. 147).

Moisés Lupion registrou como meta para seu segundo mandato até 1960, construir mais 1.000 casas escolares rurais, aumento do número de professores primários, criação de 80 cursos normais regionais, em sua maioria nas principais zonas de colonização do Estado: as regiões Norte, Oeste e Sudoeste (PARANÁ, 1958).

Como ressaltou-se anteriormente, a escolarização não pode ser entendida fora de seu contexto. Missal, Portão do Ocoí e, enfim, como dito nos próprios documentos oficiais: as regiões Oeste, Sudoeste, Norte devem ser compreendidas no interior de um grande movimento de gestão, movimento ideológico, como dito por Choppin, fundado na necessidade de organização do território, das fronteiras e da ocupação humana. É também nesse contexto que temos que entender a criação das memórias, seja elas escritas ou oralizadas.

3.4 Nosso local, nosso município: os conflitos de memórias

Argumentos expostos até aqui já evidenciam as perspectivas conflitantes da memória sobre a conquista do território. Como ressaltam Certeau e Pollak, o consenso não é algo que se atinge naturalmente, porque a memória se constrói a partir do corpo, das experiências vividas. E, nesse caso, a tensão está estabelecida sobre o ato do registro escrito dessas memórias, ou seja, do seu nível político, como Pollak e Choppin ressaltam. A seguir, descrever-se-á com maior detalhe as memórias que conflitam.

A formação territorial do município de Missal deu-se a partir do desmembramento do município de Medianeira. A data de criação do município

foi em 30 de dezembro de 1981, por meio da Lei Estadual nº 7.566⁵¹. Esse antes e depois – do Portão do Ocoí para o Missal município – é ritualizado de muitas formas nas comemorações oficiais, todas, impreterivelmente, ressaltando essa mudança de *status* administrativo como grande conquista local. O texto do livro didático afirma que, “[...] após a emancipação, foi criada a Lei 2/1983, que dispôs sobre a organização administrativa: o Departamento de Educação, Cultura, Esporte e Saúde [...] tendo o município, na época, 28 escolas” (LUNKES, 2014, p. 13), ou seja, quando ligado ao município de Medianeira, este ali mantinha em funcionamento 28 escolas rurais.

A adoção de medidas administrativas a partir da Lei 02/1983 provocaria, mais tarde, intervenções na forma administrativa da educação, como demonstra Lunkes, ao afirmar que:

[...] de 1994 a 1996, [...] o município iniciou um processo de nuclearização, fechando as escolas rurais, passando a transportar seus alunos para os núcleos escolares. Este processo durou até o ano de 1999, fechando ao todo 23 escolas, que funcionavam em classes multisseriadas. (LUNKES, 2014, p. 37).

O texto do livro didático, ao registrar o fechamento de 23 escolas, sem nominá-las, passa em seguida a nominar as escolas então criadas nos novos núcleos educacionais:

[...] em 1997 foi criada a Escola Renascer, no Bairro Renascer [...] em 2001 a Creche Divina Providencia passou a fazer parte da Secretaria da Educação e passou a denominar-se Centro Municipal de Educação Infantil Divina Providência; foi criado também o Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe e a Escola Municipal Novo Milênio. [...] o Departamento de Educação Municipal tem sob sua responsabilidade 06 Instituições de Educação e 03 Centros de Educação Infantil. (LUNKES, 2014, p. 37).

A narrativa do texto do livro didático traz, implicitamente, um quadro comparativo no mínimo conflitante para o leitor. Foram fechadas 23 escolas e

⁵¹ Em 15 de novembro de 1982, os eleitores de Missal foram às urnas e escolheram o primeiro prefeito: Luciano Kreutz, e seu vice-, Afonso Paetzold e também vereadores: Rudi Scherer Paetzold, João de Pieri, Irani Teresinha Giehl, Flávio Alvício Griebler, Aloísio Arlindo Fritzen, Silvestre Michels, Casemiro Schimanski, Orlando Bremm e Ermindo Junges. A posse ocorreu em 1º de fevereiro de 1983, presidida pelo juiz eleitoral da Comarca de Medianeira, Antônio Renato Strapassom.

abertas 2 novas e três Centros de Educação. As escolas não estão mais no território de habitação, nas Linhas, no interior. A nova racionalidade reúne-as em Núcleos; foi o fim das escolas rurais e das classes multisseriadas.

Esse cenário do fechamento, a princípio, não é enquadrado somente dentro da compreensão da racionalidade administrativa. Contudo, esta pesquisa, ao se problematizar o conflito de memórias entre o oficialmente racionalizado e a memória de grupos que não da gestão administrativa – como ex-professores, moradores das colônias, aqueles que transmitem as memórias dos antigos, então emerge a questão como problema, e este problema fica assim colocado: se fecharam 23 escolas e os professores foram conduzidos para os núcleos escolares. Mas, a comunidade ficou satisfeita com o deslocamento dos alunos para os núcleos escolares? A rotina da vida rural foi afetada com essa outra racionalidade?

3.4.1 A escolha do professor

A professora ou o professor era escolhido na comunidade entre os mais letrados e o pagamento do salário era realizado pelos pais dos alunos em dinheiro ou em produtos agrícolas, carnes variadas, conforme as possibilidades de cada um.

Segundo Lunkes (2005, p. 132), em 1969, o prefeito de Medianeira, Ângelo Darolt, autorizou a construção da nova escola para a comunidade do Portão do Ocoí, que foi inaugurada em 1970 e denominaram-na de Grupo Escolar Olavo Bilac. Missal, nesse período, era distrito de Medianeira, enquanto Portão do Ocoí pertencia, então, a esse distrito.

Posteriormente, em todas as comunidades pertencentes ao Portão do Ocoí, no início da década de 1970, foram construídas escolas com verbas públicas, sendo parcerias entre os governos municipal e estadual.

Nas comunidades de Cabeceira do Cedro, de São José dos Pinhais, de São Sebastião, de Bandeirantes, de Jacutinga, de Médio Rio Branco, de Alto Rio Branco, de Glória e de Sanga Seca, perfazendo um total de dez (10) escolas, construídas no mesmo local e, alguns casos, na mesma edificação já existente. Todas essas comunidades já tinham construído a sua escola na década de 1960, como já citado anteriormente, a professora ou o professor era

escolhido na comunidade, entre os que mais tinham habilidades, vindo ao encontro do que Kreutz (1991) afirma: “[...] a comunidade assumia tanto a construção da escola, que, com frequência, também era capela, como a manutenção do professor”.

Os entrevistados, quase que em sua totalidade, quando falaram sobre a primeira escola, lembraram-se da união das famílias em doar tábuas, pregos, telhas e, em forma de mutirão, construir o espaço “de futuro”⁵² para os filhos.

Em algumas dessas comunidades que se localizam mais distantes da sede do município, onde se fazia difícil o acesso, o êxodo rural⁵³, que aconteceu nos anos 1980 e 1990, associado a várias dinâmicas socioespaciais – tais como a urbanização, a industrialização, a concentração fundiária e a mecanização do campo –, fizeram com que o número de pessoas que moravam nessas localidades diminuísse e as comunidades fossem desaparecendo.

Lunkes (2005, p. 147) afirma que, na década de 1970, em todas as comunidades foi construída uma escola pela administração pública do município de Medianeira, da qual o município de Missal/PR era distrito. Essas escolas eram multisseriadas, onde um único professor lecionava para todas as turmas no mesmo período. Também as escolas de imigração eram multisseriadas, como demonstramos.

Na atualidade, essas escolas mencionadas por Lunkes estão desativadas, visto que o sistema educacional responde a outra racionalidade, que nuclearizou essas escolas, sendo que, no atual distrito de Portão do Ocoí, há duas escolas em funcionamento: uma em Linha Jacutinga e outra em Portão do Ocoí mesmo, onde atendem as crianças de todas as comunidades que o compõem – as demais foram fechadas e os estudantes são levados pelo transporte escolar para uma dessas escolas mais próximas.

Enfim, a escola já existia por força da comunidade, fato que evidencia o valor que o respectivo grupo humano atribui à educação. Com a emancipação política, essas iniciativas são apropriadas pelo poder público municipal, que

⁵² Pode-se perceber que a educação, mesmo em meio à mata fechada, era bandeira de luta e preocupação dos ocupantes desse espaço territorial.

⁵³ Podemos definir “êxodo rural” como sendo o deslocamento de pessoas do espaço rural (campo) para o espaço urbano (cidades).

organizou a contratação de professores com um grau de escolaridade diferenciado para atuarem nessas escolas.

Segundo Mirisia Butzke⁵⁴, que era professora na sede do município de Missal e que, com a emancipação do município, foi à primeira Secretária de Educação, escolhida para o cargo pelos colegas professores: “[...] as primeiras contratações de professores do município foram por indicação, sendo que o primeiro concurso público para admissão de professores aconteceu anos mais tarde”. Não soube, porém, precisar o ano em questão.

Afinal, em busca de documentos que comprovem o primeiro concurso público em Missal/PR, encontro-se o Decreto nº 088, datado de 20 de dezembro de 1990 e assinado pelo então prefeito Laci Deonísio Giehl. Com esse decreto ficou aprovado o Regulamento Geral dos Concursos para provimento dos serviços da administração pública do município de Missal.

Assim, conclui-se que somente a partir dessa data é que efetivamente passou a existir concurso público em nosso município. E mesmo Missal sendo emancipado município a partir de 1983, ainda não havia formalizado esse quesito constitucional.

3.4.2 Memórias faladas

Há um conflito com relação à data da fundação da escolaridade local. Para as memórias “antigas”, relatadas por moradores e por ex-professores, a escola foi construída em 1964, data essa que diverge da memória escrita, como ressaltamos. Segundo uma das professoras, dona Olga Lauch Chechi⁵⁵, na escola, nos fins de semana se reuniam também para rezar o terço. Isso dava o carácter de multiuso e, ao mesmo tempo, a perspectiva de sacralidade que a educação tinha para aqueles imigrantes.

O entrevistado 6⁵⁶ também tem lembranças desse momento. Para ele, a educação e a expressão da fé “andam juntas”. Ele narra a existência do Terno

⁵⁴ Entrevista realizada em setembro de 2016.

⁵⁵ Entrevista realizada em setembro de 2014.

⁵⁶ Entrevista realizada em janeiro e agosto de 2015.

de Reis⁵⁷, que, na comunidade de Jacutinga, a sua família e alguns amigos cultivaram por muitos anos. Trata-se de um festejo muito parecido com a Folia de Reis. Assim, nas semanas que antecediam o Natal e Ano Novo, visitavam as famílias do distrito e até no município, durante a noite, "[...] levando um pouco de Fé e falando sobre o nascimento de Jesus, levando a Boa Nova que tanto precisamos".

Quanto a isso, porém, ainda afirma o Entrevistado 6, que, "[...] enquanto os filhos homens que ajudavam nas 'cantorias' e tocavam instrumentos eram solteiros, o grupo se manteve; mas os filhos cresceram, casaram, tiveram que se mudar pra cidade buscando vida nova, aí por uns três anos conseguiram fazer a apresentação, mas daí era difícil, cantar a noite toda e trabalhar de dia e precisaram parar". Com pesar, a fala do entrevistado registra que antes era melhor; que o depois destruiu o antes.

Essa tradição foi cultivada até há pouco tempo pela família de um professor que dava aula na comunidade, mas também nos últimos anos não fizeram mais. Fala o Entrevistado 6, com voz embargada, que "[...] tem saudades daquela época em que guiados pelos próprios passos, por que não tinham carro, chegavam de madrugada, na casa das famílias e começavam a cantar, eram bem recebidos e não tinha maior agradecimento do que ver todos felizes com a chegada deles. É que nós trazíamos, além da alegria, Jesus conosco".

Quando questionado sobre como aprenderam os versos, ele conta que "[...] sentavam à noitinha na área da casa, no escuro, porque não tinham ainda luz, e cantavam e tomavam chimarrão. Aí as crianças aprendiam ouvindo. Eu aprendi com a minha mãe..." (e uma lágrima cai)⁵⁸. Aqui podemos perceber que a tradição oral é passada de geração para geração, utilizando a oralidade e, com isso, as crianças aprenderam convivendo e ouvindo os mais velhos e fazendo parte das apresentações. Sobre a escola, ele também lamenta: "[...] hoje não vemos o movimento de crianças como naquela época. Com a escola

⁵⁷ É composto por músicos tocando instrumentos, em sua maioria de confecção caseira e artesanal, como tambores, reco-reco, flauta e rabeca (espécie de violino rústico), além da tradicional viola caipira e do acordeão e as canções são sempre sobre temas religiosos.

⁵⁸ Grifo meu.

aqui na colônia sempre tinha movimento ou pra estudar ou pra rezar. Hoje vão tudo de ônibus".

Como o entrevistado não tem dúvidas de que a vizinhança formava uma comunidade, ele afirma: "[...] conforme as famílias iam chegando à Comunidade do Portão do Ocoí, o seu Callegaro cedia o seu galpão para que elas se abrigassem com seus pertences, muitas com filhos pequenos, até conseguir construir sua moradia na terra conquistada e que se ajudavam entre si". Em relação aos filhos, comenta: "[...] o filho mais velho, com quase três (03) anos de idade e ela (esposa) grávida do segundo filho, vieram de Santa Catarina. Não receberam auxílio de órgãos públicos ou outros (no caso aqui de colonizadoras)". Essa é mais uma das memórias que contrasta com as informações do livro didático, pois o livro afirma que todos os colonos foram auxiliados pelas colonizadoras.

Sobre sua chegada a Portão do Ocoí, conta ainda outros detalhes, mais para o final da entrevista. Comenta ele que, "[...] além de dois sacos onde tinham as roupas, trouxeram meio saco de arroz com casca. Esse arroz, comenta a esposa, "[...] foi a salvação para o tempo que se abrigaram no galpão". Ela descascava o arroz no pilão e trocava por feijão com as outras mulheres que moravam no galpão. Emocionada, diz "[...] que improvisaram um fogão com uma chapa em cima de pedras e cozinhavam juntas. Que eram unidas e, enquanto umas cuidavam das crianças e faziam a comida, varriam o pátio e cuidavam da horta, as outras iam lavar roupa no rio, mas não podiam ir sozinhas, porque era perigoso, que tinha muita onça e cobras e, principalmente, muito jagunço escondido na beira do rio".

Ainda a Entrevistada 12⁵⁹ contou que no galpão, onde estava abrigada, certa noite ela começou a sentir as dores do parto e precisou de parteira. Disse que chovia muito e que, devido à distância e à dificuldade de estradas para se buscar a parteira, ficou três dias em trabalho de parto até conseguir dar à luz a sua filha. Lembra ela "[...] que precisava tomar o máximo de cuidado para não expor a situação do parto, pois tinha muitas crianças e elas sabiam que era a cegonha que trazia os bebês. E o difícil era que as divisórias do galpão eram feitas com bolsas costuradas ou lonas. Não tinham paredes".

⁵⁹ Entrevista realizada em janeiro e agosto de 2015.

Ainda expõe o Entrevistado 6 que, em caso de emergências, a família Callegaro prestava relevante serviço, atravessando as pessoas com um caíco⁶⁰. E ele, como dirigia caminhão, "[...] o seu Callegaro emprestou ferramentas, como machado e serrote, um caminhão FNM (ele chama de Fenemê e explica que a porta abria ao contrário), organizando os homens das famílias que moravam no galpão, para que durante o dia fosse até a propriedade adquirida, abrir a mata e tirar a madeira para serrar pra construir suas casas. Dessa forma, afirma, construímos também a escola e a igreja".

Outro entrevistado nos contou suas memórias. O Sr. Vitório Lieséski⁶¹ comenta que, ele e seu irmão Miguel (*in memoriam*), "[...] precisaram lutar muito para que não lhes fosse tirada a terra conquistada. Parte da terra deles, de um lado do rio, pertencia ao município de Missal (que na época não existia oficialmente) e parte no município de Medianeira. Quando já estavam instalados, e cada qual com o seu pedaço de terra, os jagunços começaram a incomodar. Aí a briga foi feia, porque tivemos que lutar pegar na arma pra poder defender nosso chão. Quase perdi minhas terras".

A trajetória do seu Vitório foi cronologicamente organizada por ele, da seguinte maneira: Em 1959, veio de Orleães/SC com seus pais morar na Linha São Francisco, interior de Medianeira/PR. Ali ficaram sabendo destas terras que eram devolutas, que o governador Moisés Lupion entregou pra que a Colonizadora Guairacá comercializasse. Assim, entre 1962 e 1963, seu Vitório, seu irmão Miguel e outro senhor de sobrenome Alberton vieram pra esta direção e "tomaram posse"⁶². Próximo ao rio, construíram uma "tarimba"⁶³, de 3 X 3 m², onde, na parte de cima, se abrigavam e, embaixo, criavam alguns porcos, como forma de mostrar que essa terra "já tinha dono". Durante a semana ficavam em três; mas no final de semana se revezavam e só um deles ficava no rancho. Os outros voltavam pra casa dos pais, na comunidade de São Francisco, interior de Medianeira/PR. Depois construíram uma casinha

⁶⁰ Pequeno bote de duas proas e de fundo chato.

⁶¹ Entrevista realizada em maio de 2015.

⁶² Demarcaram áreas de terras que eles iriam organizar para que fossem suas.

⁶³ Explicação do entrevistado: casinha que serviu de abrigo para que eles pudessem ficar enquanto vinham, durante a semana, para trabalhar na terra.

maior, de 4 X 5 m², casinha esta que, quando se casou, anos depois, foi a primeira morada da família, porém seu irmão Miguel também morava com eles.

O relato do entrevistado é feito no sentido de fundar uma espacialidade a partir de uma outra experiência. Não se fez um grande ato, ritualisticamente, conforme as normas do Estado; apenas se fundou uma moradia provisória para que a permanência e o trabalho produtivo gerassem visibilidade à posse. Dessa posse inicial se evolui da ação de três sujeitos para a constituição de um lugar para famílias.

O entrevistado afirma ainda que, no ano de 1963, quatro famílias, que eram os irmãos Dalcortivo, vieram morar nas proximidades das terras deles. Assim, em fevereiro de 1964 mudaram-se para essa comunidade em definitivo e iniciaram a derrubada maior de mato e abertura das estradas na foice, machado e serrote⁶⁴. Nesse momento, demonstrando esse vínculo forte entre terra e afetividade, toma um gole de chimarrão e olha para a sua esposa, Josefina, sorrindo, e afirma: "[...] em 6 de outubro de 1966, nós casamos". E ela sorri e afirma: "Este ano em outubro faremos 50 anos de casados".

Dona Josefina⁶⁵ ainda afirma, porém não sabe precisar o ano: "A primeira professora daqui foi à dona Lídia Suchinski e nos domingos à tarde nós rezávamos o terço na escolinha e, de vez em quando, tinha missa".

Dona Josefina mostra uma foto desse período. Conforme pode ser visto abaixo, na foto a comunidade está reunida em frente à escola para celebrar a missa, rezada pelo padre Antão. Com relação à professora, Sra. Lídia, ela foi escolhida pela comunidade e a construção da escola foi realizada pelos moradores. Cada um doou o que pôde e se revezavam para ajudar na construção.

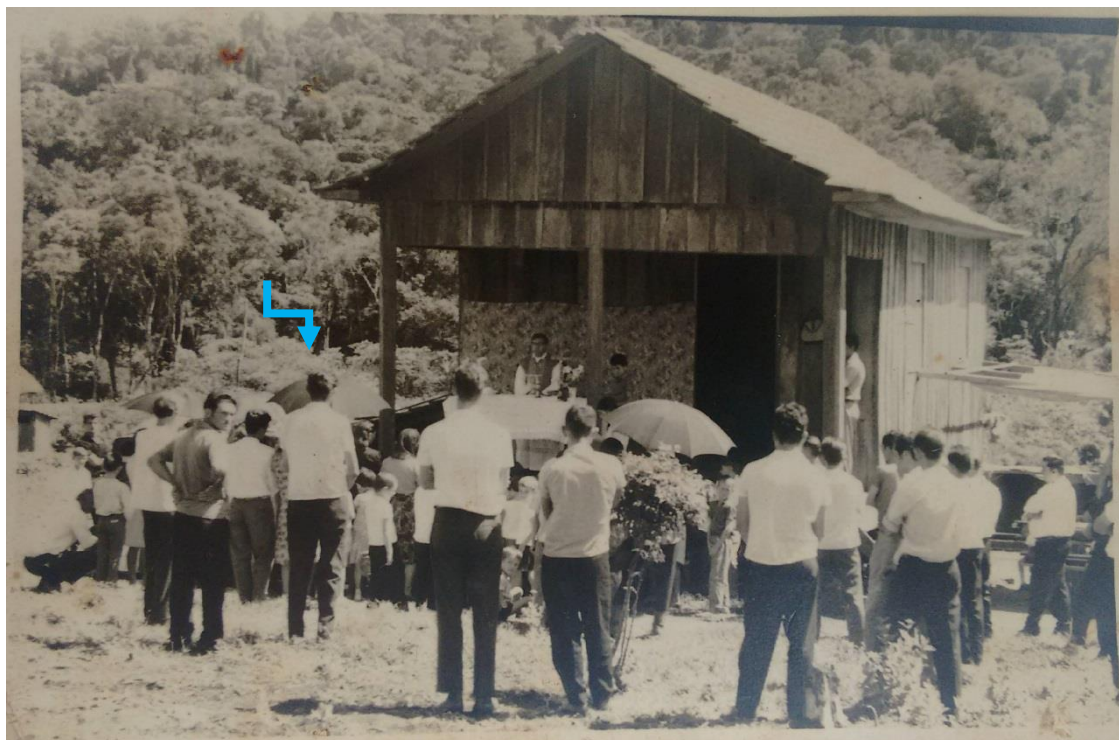
Também sobre a foto comenta seu Vitório, que ela deve ter sido feita por volta de 1967, pois reconhece alguns membros da família Parizotto e essa

⁶⁴ As terras do seu Vitório pertencem ao município de Missal/PR, porém, quando do desmembramento, era do município de Medianeira/PR. Devido aos transtornos de documentação e ao fato de a comunidade de São Valentim ser mais próxima, continuaram a participar nela, onde foram e ainda são lideranças atuantes.

⁶⁵ Entrevista realizada em maio de 2015.

família veio morar em São Valentim em 1964, porém, um dos filhos que está na foto servia o quartel em Carazinho/RS e só veio pra cá no início de 1967⁶⁶.

Foto 1: Primeira Escola/Igreja da Comunidade de São Valentim – Medianeira/PR, divisa com Sanga Seca – Missal/PR.



Fonte: Álbum da Família de Vitório e Josefina Lieséski.

Continuando sua narrativa, o entrevistado informa que "[...] no ano de 1969 começou a aparecer outros donos das terras. Algumas propriedades da região tinham até três títulos"⁶⁷. Precisaram lutar para não perder tudo. Aí se organizaram em comunidades para lutarem contra os jagunços, que, como afirma seu Vitório, "[...] estes eram pagos pela própria colonizadora pra tirar os posseiros das terras e vender de novo".

Afirma ainda ele que "[...] na Fazenda Hortelã houve uma luta e nesta morreram dois jagunços (conhecidos por Pernambuco e Paraná) e um posseiro, o seu Natalício". Comenta que "[...] seu Natalício era do município de Capanema ou Planalto, aqui no Paraná, mas que havia perdido toda a sua

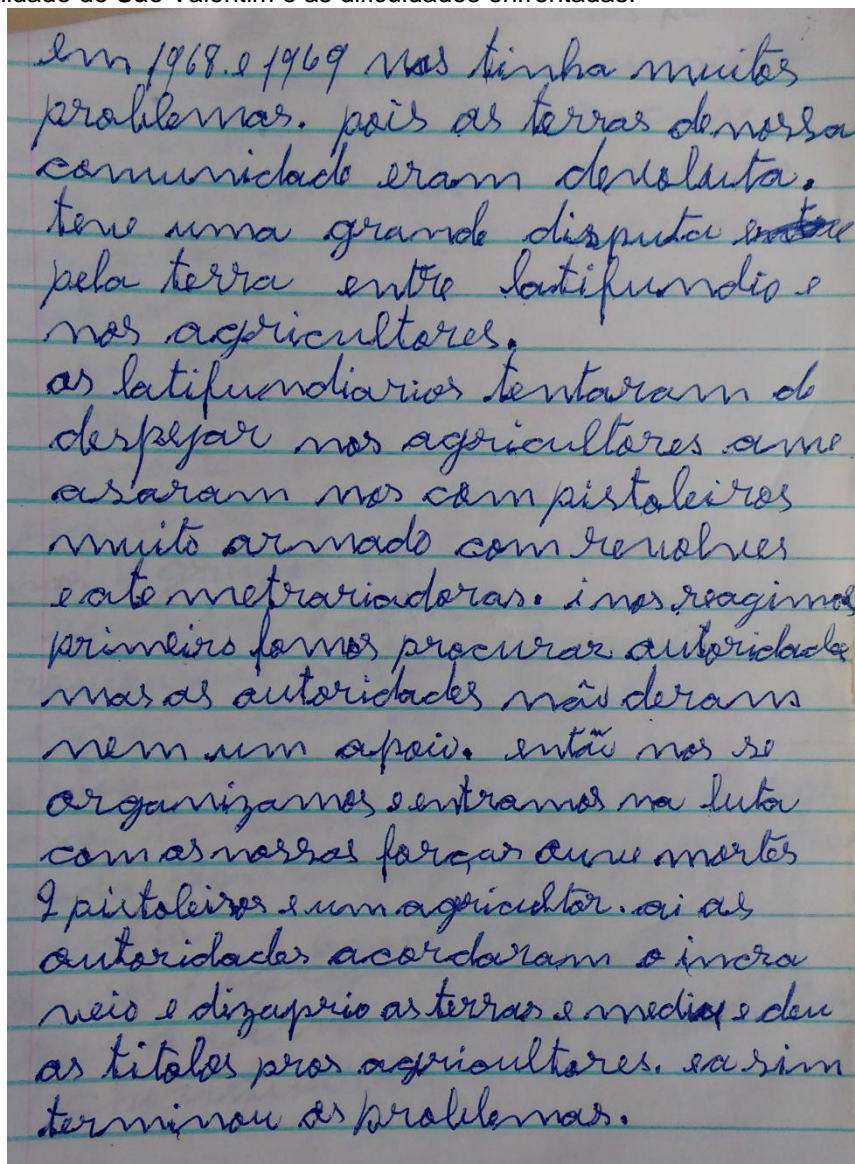
⁶⁶ Nesse caso, esse Parizotto ao qual o seu Vitório se refere, é meu pai, Celestino (conforme indicado na foto).

⁶⁷ A palavra "título" se refere a documento da terra e/ou escritura.

família, pois não conseguiram fugir de uma invasão dos jagunços. Aí, onde ele sabia que havia luta contra os jagunços, ele ia ajudar".

Seu Vitório tem escrito, com suas palavras, parte da luta que enfrentaram, o que pode ser visto a seguir:

Foto 2: parte de um texto de 4 páginas escrito pelo senhor Vitório Lieséski, contando como surgiu a comunidade de São Valentim e as dificuldades enfrentadas.



Em 1968 e 1969 nós tínhamos muitos problemas. pois as terras da nossa comunidade eram devoluta. teve uma grande disputa entre a terra entre latifundiários e nos agricultores. os latifundiários tentaram de despejar nos agricultores e nos assaram nos campistoleiros muito armado com revólveres e até metralhadoras. e nos reagimos primeiro fomos procurar autoridades mas as autoridades não deram nem um apoio. então nós se organizamos e entramos na luta com as nossas forças e um morto 2 pistoleiros e um agricultor. aí as autoridades acordaram e incra neo e dizaprio as terras e medias e deu as titulos pros agricultores. e assim terminou os problemas.

Fonte: Parte de um texto escrito por Vitório Lieséski de próprio punho que a pesquisadora fotografou.

Conclui seu Vitório que esses colonos, a partir de 1978, começaram a pagar no Banco do Brasil as duplicatas correspondentes ao valor da terra.

3.4.3 Memórias escritas

A autora do livro didático "Conhecendo Missal - História e Geografia 4º. Ano", menciona, no prefácio da obra, que, "[...] durante estes anos o município alcançou seu desenvolvimento através de muita luta e trabalho, tanto dos moradores quanto das administrações que assumiram o poder municipal" (LUNKES, 2014, p. 6). Embora a expressão "muito trabalho" possa ser incluída nas memórias dos fundadores, "administração" seguramente não é. Trata-se, nessa narrativa didática de afirmativa fundante que agrada ao nível político (Pollak) – e, nesse caso, provavelmente partidário – mas não a memória coletiva do grupo. Mais adiante, na narrativa, fica mais clara a estratégia política: "[...] os primeiros colonos que fixaram residência, com seus familiares, foram: Floriano Maldaner, Domingos Bridi, José Miguel Mallmann, Eilibaldo Hochscheidt, Elmund Bod e Evaldo Lauro Nicodem" (LUNKES, 2014, p. 16). É importante relatar que, dentre os entrevistados, mesmo aqueles que têm memória por adesão (Pollak), eles não mencionaram nenhum desses sobrenomes.

Em muitas partes do texto, a autora ressalta, menciona o Ocoí, ou o rio Ocoy, ou ainda o Portão do Ocoí. Sem mencionar o sentido do Portão como registrado pelo grupo, ou seja, o de permitir pessoas com dinheiro e etnia alemã permanecerem no local e, em não sendo, seguirem em frente. Aliás, essa seleção étnica é mencionada para atribuir a uma sociedade e não a pessoas. Assim está registrado:

Após a realização das ações propostas, o Padre Backes solicitou à sociedade União Popular Volksverein que divulgasse a venda das terras em Santa Catarina e Rio Grande do Sul [...]. Contudo os pretendentes tinham que preencher dois requisitos: ser de origem alemã e professar a fé católica. Com isso, o acesso inicial à Gleba ficou restrito, na sua quase totalidade, a colonos alemães católicos oriundos dos dois estados sulinos. (LUNKDES, 2014, p. 11/12).

Essa menção à etnicidade é manifesta em vários outros momentos do texto de forma explícita e, implicitamente, está no texto do hino municipal, em outras obras escritas e, subliminarmente, em expressões ufanistas, como "povo trabalhador", "povo vencedor", "povo de honra e progresso", dentre outras.

Ainda sobre o Portão do Ocoí, a autora afirma: “[...] o rio Ocoy, principal via de acesso, não tinha ponte, havia falta de alimentos básicos, de assistência médica, de professores, de energia elétrica, entre outras” (LUNKDES, 2014, p. 12). Em uma frase única, menciona a porta de entrada, o rio. Na página seguinte, porém, reconhece haver um portão: “[...] vale ressaltar que no Portão do Ocoí e outras comunidades já havia moradores antes da data da fundação, porém considera-se o dia 25 de julho de 1963, porque nesse dia foi celebrada a primeira missa, houve lançamento do marco da colonização e uma grande festa” (LUNKES, 2014, p. 13).

A narrativa é estratégica: ela afirma nas entrelinhas que havia outros fundadores que não aqueles registrados como pioneiros, mas que sejam desconsiderados, pois se deve contar como fundação o dia da primeira missa. É provável que no dia dessa missa os mencionados pioneiros estavam presentes; nossas fontes não permitem afirmar negativa ou positivamente a essa hipótese.

Faz-se, contudo, nesta narrativa de fundação, ainda outro registro: 25 de julho é a data comemorativa como dia da imigração alemã para o Brasil, não sendo, portanto, uma data aleatória. Trata-se mesmo de uma narrativa política cuja autoria muitos agentes envolvidos teriam a pretensão de sua escolha. É importante recordar que, nesse quesito, há uma “troca” de memórias entre o oral e o escrito, mas com sentido conflitivo. Na tradição escrita tem sentido ufanista; nas memórias orais, elas lembram a seleção e a exclusão.

Quanto à forma de acesso a terra, há também muita economia de palavras. Menciona a autora que:

Portão Ocoí, Vista Alegre, região do lago, Jacutinga e demais comunidades, não citadas acima, foram colonizadas pela Pinho e Terra⁶⁸ e outros. Houve alguns problemas de posse, invasão e documentação, o que gerou sérios conflitos em algumas comunidades. Anos mais tarde o INCRA regularizou esta situação e forneceu documentação legal” (LIVRO DIDÁTICO, 2014, p. 13).

Outras comunidades “não citadas acima” quer dizer as comunidades que não ficaram no território do novo município de Missal. A autora se refere ao

⁶⁸ Colonizadora.

tempo de pertencimento à Medianeira, tempos em que pequenas Linhas e Vilas eram mais numerosas. Também a diversidade étnica, cultural e número de escolas eram mais amplos e diversificados, tanto que eram escolas que atendiam na modalidade de multissérie.

As expressões “problemas de posse”, “invasão e documentação” não é capaz de comunicar o sentido pleno vivido pelas pessoas anteriormente ocupantes das várias comunidades e do Portão do Ocoí, como a pesquisadora foram expressas, nem tampouco a expressão “o INCRA regularizou”, pois, como ressaltou-se, ainda recentemente, houve duas novas divisões territoriais em função justamente dos questionamentos de titularidade de posses. Tal expressão não substitui as expulsões, os conflitos armados e as mortes narradas. Não se apaga um “pito aceso” com palavras, poderíamos dizer.

Ocorre que o foco do livro didático não é o conflito, mas o sucesso. Na página 16 consta que os colonos “[...] traziam esperança e a certeza de um futuro promissor. Os migrantes tinham uma profunda fé em Deus e acreditaram nesta abençoada. [...] Missal representa a nossa grande história” (LUNKES, 2014, p. 16).

O Livro Didático (2014, p. 44 e 45), nessas páginas que trazem a história do distrito de Portão do Ocoí não se menciona a história das famílias, as dificuldades específicas que podem ser observadas diante das memórias orais registradas aqui. Há o relato no livro de que as estradas eram péssimas, principalmente em épocas de chuva, quando se formavam atoladores e a prefeitura de Medianeira abriu a estrada principal com a ajuda da SIPAL Colonizadora; o Entrevistado 6⁶⁹ confirma, em suas memórias, mas coloca o seguinte adendo: as estradas até as propriedades eram feitas de modo braçal pelos moradores; “[...] fomos abrindo as picadas, as clareiras na mata, e aos poucos, em forma de mutirão, fomos construindo os ranchos (casas) e pudemos morar e trabalhar na terra tão sonhada”.

O Livro Didático (2014, p. 27) descreve o espaço rural como estando presente em toda a história do município e que no espaço rural se aproveita o solo para a produção de soja, milho, fumo, mandioca e outras culturas, além da

⁶⁹ Entrevista realizada em janeiro e agosto de 2015.

pecuária, e que as terras são adequadas à agricultura, pois têm relevo e clima favorável.

Acontece, porém, que aqui estão representadas as terras que fazem parte da sede do município de Missal/PR e os seus arredores, pois no distrito do Portão do Ocoí as terras são dobradas, de pedregulho, com muito morro, em que pouquíssimos espaços são mecanizáveis: “A terra de italianos e brasileiros são piores pra agricultura; é mais quebrada”, diz o entrevistado. Assim, a atividade econômica gira em torno da agricultura de subsistência, pois são pequenas propriedades, tendo como fonte de geração de renda o gado leiteiro e, nos últimos anos, aviários e chiqueirões.

Já o Livro Didático (2014, p. 11 e 12) afirma que “[...] a Colonizadora SIPAL, criada em 1962, teve o compromisso de demarcar os lotes rurais e urbanos e elaborar um plano de colonização, com estrutura social e assistencial, capaz assim de assistir os colonos e suas famílias em suas necessidades”.

Ainda afirma que, “[...] devido à falta de ponte sobre o Rio Ocoy, havia falta de alimentos básicos, assistência médica, entre outras, mas graças à valentia dos desbravadores e à assistência da SIPAL, tais obstáculos foram superados e as condições de vida passaram a melhorar”. O texto parece se referir a um outro contexto e não a este, praticado, existencial, narrado pelos testemunhas de uma outra história, em que houve privacidades, enfrentamentos e mortes. As fontes não permitem dizer se houve uma assistência por parte da igreja católica aos imigrantes alemães, mas permitem saber, pelas memórias orais, que esta assistência não foi extensiva a todos e, especialmente, não o foi àqueles que não adentravam ao Portão do Ocoí.

3.5 Em busca de uma identidade

Já ressaltou-se acima que a identidade não é uma questão da essência biológica dos sujeitos, senão uma construção social e cuja ritualização precisa ser recorrente.

A partir de Choppin (2004) e Gasparello (2004) citou-se que o livro didático tem quatro funções básicas, entre as quais, uma ideológica e cultural, cujos vetores da cultura e valores da classe dirigente se expressam com a finalidade de construir uma identidade. Na memória escrita e registrada no citado livro didático de História e Geografia do 4º ano isso fica evidente. Pioneiros, etnia, religião e feitos, além de progresso, trabalho, moral e propriedade — tudo isso aparece com o fim de estabelecer uma identidade.

Não é fácil atingir o que Michel de Certeau (2002) chama de “enigma do consumidor-esfinge”. Ou seja, como os textos dos livros didáticos são absorvidos pelos diversos indivíduos em leituras cujas formas também são variadas? E ainda, como os diversos professores trabalham o texto e como estes são recebidos pelos alunos?

Toda narrativa se faz com escolhas e, por conseguinte, com silêncios. O discurso do livro didático de história é tecido ancorando-se em uma série de fatos os quais se apresentam como lugares de reflexão, enquanto outra série é esquecida (efetivamente, os acontecimentos esquecidos nem se tornam fatos históricos). Os fatos que se apresentam como os lugares de reflexão estão e são fixados na consciência histórica e são ainda, portanto, disponibilizados a todos mediante os livros didáticos.

Segundo Victor (2012, p. 84), “a consciência histórica é expressiva no processo de formação da identidade e é capaz de orientar o indivíduo e a sociedade (esta quando se considera uma consciência histórica coletiva) no tempo”.

Segundo Jörn Rüsen (2009, p. 168), “a consciência histórica, envolve alguns procedimentos mentais, entre os quais, orientação da ação humana pela interpretação histórica e a motivação para a ação que uma orientação oferece”. Para elucidar melhor esse investimento identitário, discorre-se rapidamente sobre outras fontes para demonstrar essa ritualização de uma imagem que quer se teatralizar.

Na página eletrônica da Prefeitura de Missal/PR⁷⁰ encontramos um texto sobre “O Município de Missal”. Essa narrativa também apresenta a perspectiva

⁷⁰ Disponível em: <<http://www.missal.pr.gov.br/prefeitura/html/main.jsp?cat=mun&pg=historia>>, Acesso em: 18 jul. 2015.

do global, na medida em que exclui as disputas e a concepção do tempo vivido⁷¹:

A maioria dos colonizadores de Missal (1961 e 1962) pertence à 2ª geração de imigrantes alemães, que trouxeram consigo características da cultura germânica, expressas nas construções enxaimel, nos jardins floridos e na gastronomia, elementos que foram experimentando adaptações às especificidades locais no decorrer dos tempos. O MISSAL orienta as linhas gerais, segundo as quais se deve ordenar a celebração eucarística, bem como expõe as regras para cada forma particular de oração e tempo litúrgico. Sem dúvida, os pioneiros escolheram e acertaram. Ninguém jamais pensou em mudar o nome e quem mora aqui pode dizer com orgulho: SOU MISSALENSE DE CORAÇÃO. Missal representa a nossa

⁷¹ Na íntegra: “A maioria dos colonizadores de Missal (1961 e 1962) pertence à 2ª geração de imigrantes alemães, que trouxeram consigo características da cultura germânica, expressas nas construções enxaimel, nos jardins floridos e na gastronomia, elementos que foram experimentando adaptações às especificidades locais no decorrer dos tempos. A Sipl Colonizadora, fundada pelo Padre José Backes, foi a grande responsável pela venda dos lotes e formação da cidade. Na época, **somente famílias que pertenciam à religião Católica poderiam se instalar em Missal**⁷¹. Com orientação de Dom Geraldo Sigaud, líder dos Bispos na época, Pe. José Backes loteou a área de três mil alqueires, que se transformou no Município de Missal. O nome do município “Missal” originou-se do fato que os bispos queriam um nome que significasse objeto religioso, para simbolizar de alguma maneira sua origem inserida no fato religioso. Todos conheciam como Gleba dos Bispos, ou Terra dos Bispos. Foram sugeridos vários nomes. O nome escolhido foi MISSAL – inspirado pelos colonizadores e pioneiros, baseado no livro em que o sacerdote se orienta para celebrar a missa – fanal do trabalho espiritual do sacerdote, assim como as terras são fanal do trabalho material do agricultor. Nome sugestivo e de conotações religiosas uma vez que a escolha deste nome é dedução do livro em que o sacerdote da Igreja Católica se orienta para o ofício religioso que é a Santa Missa. Como Missal teve o início de sua colonização orientada pelos bispos e 98% de seus moradores eram de religião católica, é natural que o nome MISSAL teve sua origem neste aspecto. Etimologia – MISSAL – palavra formada pelo termo “missa”, acrescida do sufixo nominativo “al”. O termo “missa” vem do latim “missa”, que significa originalmente serviço religioso. O sufixo “al” origina-se do latim “ale”, significando coleção em quantidade. O termo “Missal” é referência do livro litúrgico que contém o texto de todas as missas do ano. É de uso obrigatório para a igreja católica por decreto do Papa Pio V, a partir de 1570, conforme Decreto do Concílio Vaticano. Na época da fundação, o sacerdote ainda rezava a missa em latim e de costas para o povo (MISSALE ROMANO). O Concílio Vaticano II (1964) aprovou as traduções dos textos litúrgicos, mas conserva uma única e mesma tradição. Entre tamanha diversidade de línguas foi mantida a mesma oração como meio de testemunhar e afirmar a unidade de todos os fiéis. O MISSAL orienta as linhas gerais, segundo as quais se deve ordenar a celebração eucarística, bem como expõe as regras para cada forma particular de oração e tempo litúrgico. Sem dúvida, os pioneiros escolheram e acertaram. Ninguém jamais pensou em mudar o nome e quem mora aqui pode dizer com orgulho: SOU MISSALENSE DE CORAÇÃO. Missal representa a nossa história. No período da emancipação foi considerado como SENTINELA DE ITAIPU, pois limita com o grande Lago Internacional de Itaipu. A formação de Missal deu-se a partir do desmembramento do município de Medianeira e a data oficial de criação do município foi em 30 de dezembro de 1981, por meio da Lei Estadual nº 7.566. No dia 1º de fevereiro de 1983 foram empossados o primeiro Prefeito e os membros da Câmara de Vereadores; nesta data se comemora o aniversário de emancipação político-administrativa. Uma das grandes fontes geradoras de recursos à época da colonização foi a extração de madeira.

história. Uma das grandes fontes geradoras de recursos à época da colonização, foi a extração de madeira. (<www.missal.pr.gov.br>).

A afirmação de que o município de Missal deveria ser colonizado somente por católicos vem ser afirmada por Santos (2008, p. 77), quando relata que “[...] a predominância de católicos ocorre justamente no perímetro da antiga Prelazia Católica. Na ausência de ações governamentais afirmativas, foi a igreja que realizou o diálogo político entre o Oeste do Estado e a centralização administrativa em Curitiba”. E aqui cabe ressaltar que a organização do trabalho através das cooperativas é uma característica europeia e com grande fundamentalismo religioso. Ainda para o autor, “[...] no caso da ocupação colonial recente do oeste do Paraná, a religião serviu como linguagem de domesticação do mundo” (SANTOS, 2008, p. 85).

Mesmo assim, no entanto, como demonstrado acima pela fala dos entrevistados e mesmo observando-se os sobrenomes das famílias, não se tratava de exclusivamente alemães e de exclusivamente católicos, como menciona festivamente o texto oficial do município. Trata-se mesmo, como apontado em Pesavento, de uma explicação do passado que agrada às perguntas do presente. Trata-se, portanto, de memórias seletivas.

O que vem ressaltar o afirmado acima é que, na festa de 50 anos de fundação de Missal, na praça em frente à Igreja Matriz local, a Cooperativa LAR, que adquiriu as instalações da antiga Colonizadora SIPAL, construiu um monumento em homenagem aos 50 anos do município e aos 50 anos da Cooperativa Lar, com a imagem de Nossa Senhora da Conceição, oficializada como santa padroeira do município de Missal/PR e o símbolo da Cooperativa Lar (pinheiros verdes) com uma enxada.

Foto 3: Monumento na Praça da Igreja Matriz de Missal

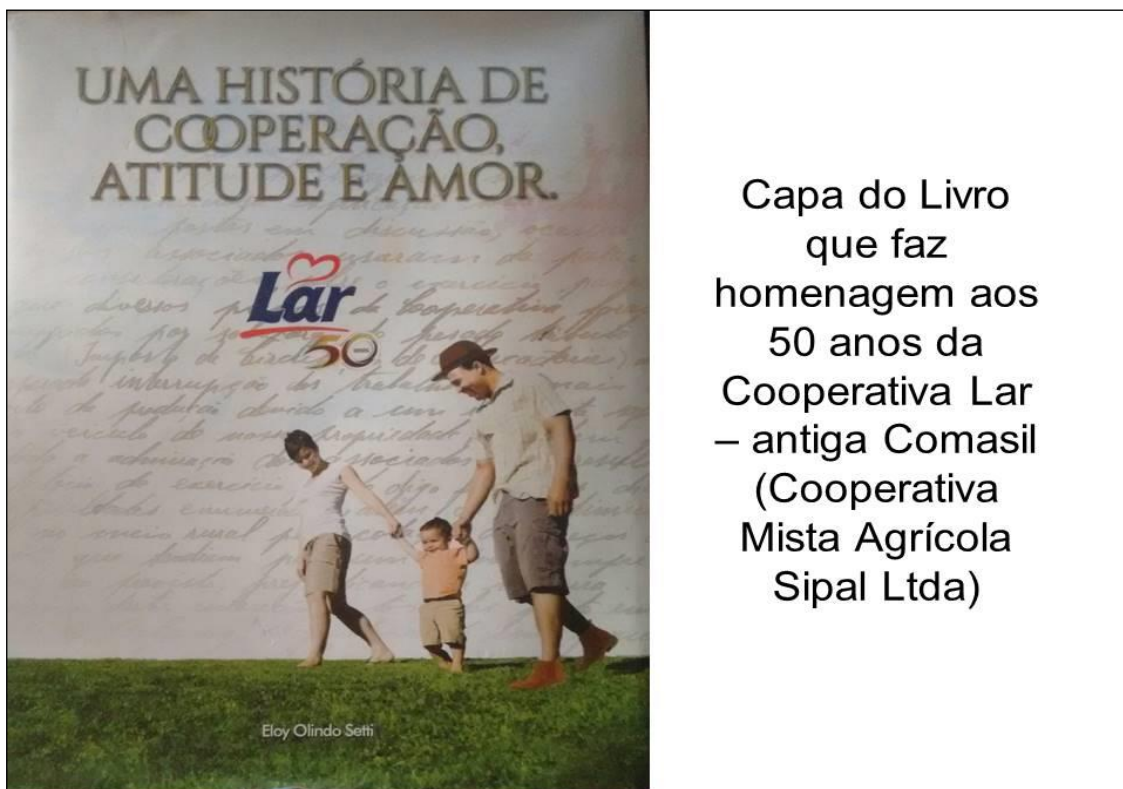


Fonte: Registro feito pela pesquisadora

A história vivida pelos colonos e o Pe. Backes em nada se parecem com a história recente da Lar, pois houve apenas um negócio financeiro, uma compra de patrimônios. Ocorre, contudo, que, no campo das linguagens simbólicas (Bourdieu), sugere-se uma espécie de transposição de significados quando a Santa e a enxada apelam para um passado ainda presente em memórias verbalizadas.

Na oportunidade das comemorações, a empresa LAR também lançou o livro: "Uma História de Cooperação, Atitude e Amor – Lar 50 Anos".

Figura 5: Capa do Livro em Homenagem aos 50 Anos da Cooperativa Lar

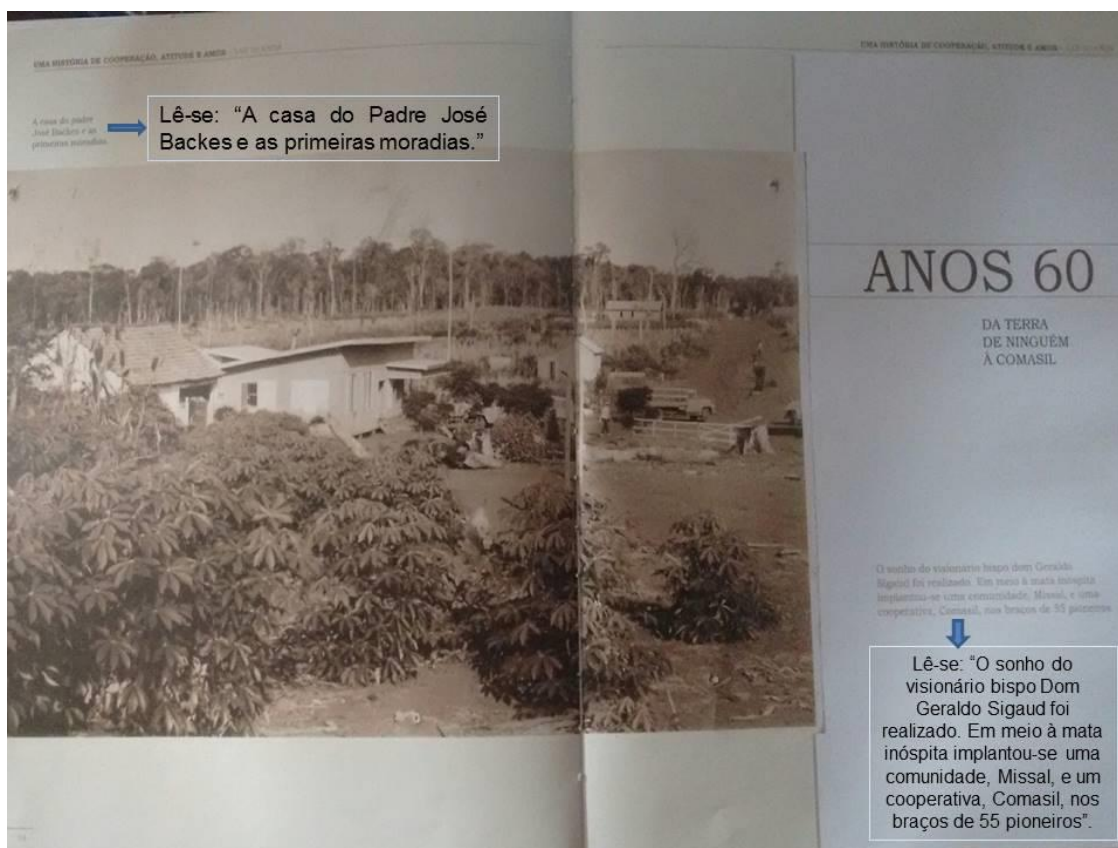


Fonte: Foto organizada pela pesquisadora.

Nesse livro, logo após a página de apresentação, consta uma foto, subscrita com a frase seguinte: "Anos 60 – Da terra de ninguém à Comasil". Na sequência outra frase: "O sonho do visionário bispo Dom Geraldo Sigaud foi realizado. Em meio à mata inóspita implantou-se uma comunidade, Missal, e uma cooperativa, Comasil, nos braços de 55 pioneiros".

A ironia da escrita é que, mesmo não conhecendo a história, consegue apontar o número de sujeitos fundadores dessa mesma história. Ademais, essa história foi escrita em função de líderes e de suas ações, não por e para pessoas comuns.

Figura 6: Casa do Pe. José Backes e alguns moradores (sem data)



Fonte: foto tirada do livro "Uma História de Cooperação, Atitude e Amor – Lar 50 Anos" e organizada pela pesquisadora.

Assim, as ações da religião e/ou da religiosidade ficam expostas na perspectiva da história, possibilitando os indícios da época que podem ser utilizados, como afirma Febvre (1989, p. 249), quando escreveu que:

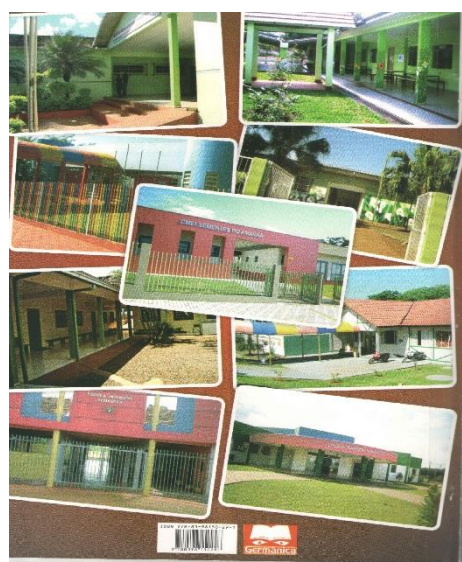
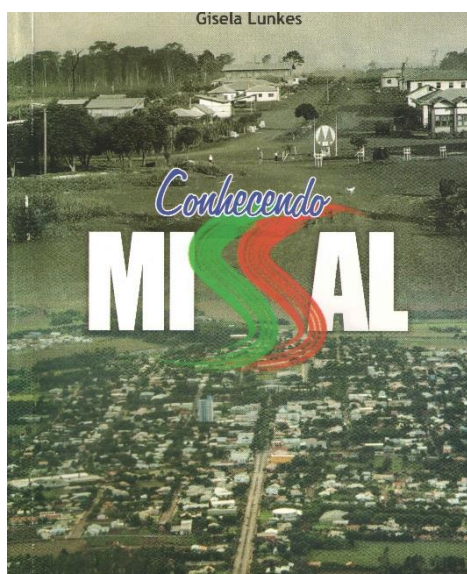
A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

Portanto, o juntar documentos e escrever a partir deles "A História" é juntar todas as fontes históricas que nos chegam do passado, pois que são plenas de relações de poder, de jogos de sentido e de significação, construídas

e preservadas no tempo para as gerações futuras. Para Le Goff, “[...] nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser des-estruturado, des-montado” (LE GOFF, 1996, p. 110). Dessa forma, fontes históricas podem ser tomadas como monumentos – para marcar a diferença na atribuição do sentido, no tratamento dispensado a elas.

A partir desses relatos, observa-se que fazer a história é buscar as informações do passado para explicar aos povos atuais o que aconteceu, como era o cotidiano das pessoas, o que faziam, o que sabiam e em que acreditavam. As experiências de vida de cada entrevistado desempenham um papel importante em sua visão de realidade e nas escolhas conscientes e inconscientes que realizam no momento de selecionar e manifestar suas lembranças.

Muitas das memórias descritas no livro didático do município apelam para algumas imagens do processo histórico; contudo as narrativas feitas não possibilitam contemplar um amplo espectro de memórias faladas, conservadas pela oralidade. Embora sabe-se que a memória deva servir para pensar a perspectiva de futuro, como a desejada urbanidade, ela contudo carece de base informativa mais ampla. Assim pretende-se remeter a atenção para as duas fotos abaixo. É a página e a contra página do livro didático do município.



Na capa, duas fotos tentam compor uma imagem única: em cima foto de Missal nos anos 80, com o símbolo da cooperativa bem visível. A avenida que

se adentra leva o nome do bispo Dom Geraldo Sigaud. Abaixo, a progressista Missal atual. No verso, somente as seis escolas atuais e os três Centros Educacionais. Trata-se de uma seleção e ritualização de uma identidade.

3.5.1 Símbolos municipais: bandeira, brasão de armas e hino

Quando da Proclamação da República, nos anos finais do século XIX, havia uma maior preocupação com a definição dos símbolos nacionais. Os estados membros da brasilidade também tiveram que, na medida do reconhecimento de seus territórios e fronteiras, criar uma heráldica, prática que remonta aos tempos em que era imperativo distinguir os participantes das batalhas e dos torneios, assim como descrever os serviços por eles prestados e que eram pintados nos seus escudos.

A literatura brasileira apresenta que os Símbolos Nacionais do Brasil foram definitivamente instituídos através da Lei Federal nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. Essa lei, além de estabelecer os símbolos nacionais, também determinou sobre como deviam ser usados, padrões e formatos, significados, entre outros itens. Esses símbolos representam o Brasil dentro e fora do território nacional, sendo eles: a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional.

As Armas Nacionais foram introduzidas pelo mesmo Decreto nº 4, de 19 de dezembro de 1989, de criação da Bandeira Nacional e posteriormente alterado pela Lei Federal nº 5.443/1968. Segundo Carvalho (1996), elas representam a glória, a honra e a nobreza brasileiras.

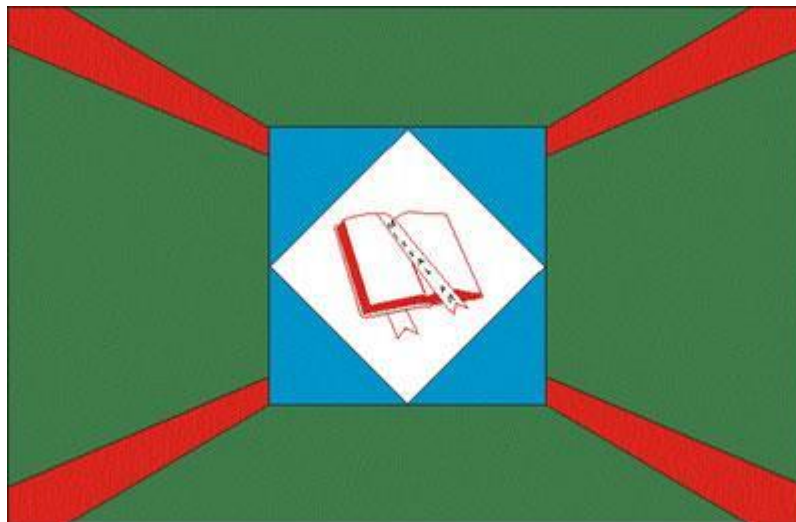
Percebe-se que, na elaboração da heráldica do município de Missal, essa tradição também encontrou lugar na instituição de sentidos históricos para as formas representativas. Eles não lembram macacos no entorno do rio, nem um portão e, muito menos, um pito aceso. Ao contrário, está presente um grande esforço em transformar sentidos escritos, registrados por memórias letradas e as formas representativas da arte visual.

No artigo 6º, alínea "d"⁷², da Lei Municipal nº 04/1983, que dispõe sobre a forma e apresentação dos símbolos do município de Missal — a Bandeira e o

⁷² Disponível em: <http://www.missal.pr.gov.br/storage/legislacao/lei_04-1983.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2016.

Brasão —, encontra-se a seguinte descrição no tocante à Bandeira: “[...] o losango ao centro representa o território e a população do Município, que, na sua cor branca, simboliza particularmente o espírito de paz e amizade reinante nos corações dos habitantes de Missal”.

Figura 7: Bandeira do Município de Missal/PR



Fonte: <<http://www.missal.pr.gov.br/prefeitura/html/main.jsp?cat=mun&pg=bandeira>>.

A menção à cor branca bem pode representar a paz e contraposição às lembranças de conflitos e mortes, ou seja, trata-se de uma forma irônica de representar o seu inverso; mas pode haver também um ufanismo étnico, em vista de que a memória escrita no livro didático não menciona a presença de homens de cor no processo histórico de ocupação territorial do município.

A Lei Municipal nº 021/1986⁷³ institui o Hino também como Símbolo Municipal e a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2007⁷⁴ estabelece nova redação à Lei Orgânica do Município de Missal, que tem, em seu artigo 4º, a seguinte redação: “[...] são Símbolos do Município de Missal, além dos nacionais e estaduais, o brasão, a bandeira, o hino e as expressões de sua cultura e história, estabelecido por Lei Municipal aprovada por maioria absoluta da Câmara Municipal”.

Então essa lei municipal de 2007 aprofunda e amplia a concepção do

⁷³ Disponível em: <http://www.missal.pr.gov.br/storage/legislacao/lei_021-1986.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2016.

⁷⁴ Disponível em: <http://www.missal.pr.gov.br/storage/legislacao/lei_organica_missal.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2016.

tipo humano a que se quer homenagear na heráldica municipal, ao ser incluída a linguagem de “expressões de sua cultura e história”. Fecha-se, então, o raciocínio lógico formal de que apenas poucos constroem e apenas uma versão do espaço praticado da memória da colonização deva fazer parte de um acervo de saber sobre uma tal história de fundação.

Figura 8: Brasão do Município de Missal/PR



Fonte: <<http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/simbolo/brasao-municipios-parana/>>.

O livro didático do município traz cada símbolo municipal descrito em uma página, sendo elas: 46, 47 e 48, e o texto está descrito tal qual consta nas leis já citadas.

Um fato que agrava a exclusão de outras memórias sobre a fundação do município pode ser visto em algumas leis municipais referentes ao ensino nas escolas municipais. Sabe-se que, por força de legislação, as escolas públicas e particulares de todo o país devem ensinar o desenho e o significado da Bandeira Nacional, assim como o canto e a interpretação da letra do Hino Nacional aos seus alunos, bem como os símbolos municipais.

Metodologicamente, possibilita ao aluno reconhecer que os grupos sociais compõem hinos que representam a sua ligação com determinados fatos e entende-los como manifestações sociais que aproximam grupos por suas identidades, com o esporte, o bairro, a escola, o país e outros símbolos. Isso é muito importante.

Mais ainda, interpretar a letra do hino e relacionar aspectos geográficos e históricos do espaço representado e estabelecer as relações entre a letra do hino e identificar sua importância para a construção de imagens e de símbolos

sobre o lugar que essa letra representa, seria de grande valia para o ensino nessas séries.

Ocorre, no entanto, que, ao omitir completamente o regime militar – e todo o seu peso político e econômico, simbólico, etc. – para a história local e nacional – isso não pode ser avaliado somente como erro metodológico. Significa ignorar sentidos explícitos e conflitivos de um cotidiano de fronteira formado por homens de muitas cores e línguas. O regime militar está omitido no livro didático utilizado pelos estudantes do 4º Ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, porém, esse regime aconteceu de forma paralela com a formação do município de Missal.

3.6 Os objetivos de educar um munícipe: formar uma identidade?

No currículo do 4º Ano do Ensino Fundamental público, o conteúdo "Município" é objeto de estudo obrigatório e está vinculado principalmente às disciplinas de História e de Geografia e em todas as fontes em que se procura a explicação de por que se deve estudar História, a resposta basicamente é: estudar o passado para, analisando as transformações, tentar entender o presente.

Nos tempos idos, Platão afirmava que a história seria pura memória circunscrita ao fato de conhecer, enquanto Aristóteles dizia que a história seria uma coletânea de fatos que guardam a memória.

O documento que norteia o conteúdo a ser trabalhado nas escolas municipais de Missal/PR é o Currículo Básico para a Escola Pública da Região Oeste do Paraná, que, na página 146, elenca os conteúdos de História a serem trabalhados durante o período letivo, como segue:

Tabela 4: Conteúdos de História do Currículo Básico

4º ANO – AS RELAÇÕES SOCIAIS MAIS AMPLAS
EIXO: Vida – Trabalho – Relações Sociais e de Poder - História
<ul style="list-style-type: none"> • A VIDA COMO PRODUÇÃO E AÇÃO COLETIVA. • A TERRA COMO ESPAÇO E AÇÃO COLETIVA: Indígena, Quilombola, Movimentos Sociais, pequenos, médios e grandes produtores; associações rurais. • A AÇÃO DE HOMENS E MULHERES NO CAMPO: Considerar as formas de trabalho presentes no processo histórico do município. • OS PROCESSOS MIGRATÓRIOS: Por que as pessoas migram? Deslocamento e expulsão das populações locais. • GRUPOS ÉTNICOS: Trabalho, lazer, produção da vida material – semelhanças e diferenças. • MIGRAÇÃO E RUPTURAS: a formação das populações locais. • DIFERENTES ATIVIDADES PRODUTIVAS. • DIFERENTES TRABALHADORES: assalariado, volante, produtor(a) familiar, meeiros e outros. • INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, POSSEIROS, GRILEIROS, MST, AGRICULTORES (PASSADO E PRESENTE): As lutas e conflitos pela posse da terra na região Oeste do Paraná e no Brasil. • O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO COM A AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA. • FORMAS DE PRODUÇÃO: como, quem e para quem se produz. • LUTAS E CONFLITOS: no mundo do trabalho. • ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DE TRABALHO E SUA INTERDEPENDÊNCIA: o urbano e rural. • RELAÇÕES DE PODER (FORMAL E INFORMAL): leis, locais, costumes, tradição e outros (Relações de poder que geram desigualdades e discriminação). • NECESSIDADES DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER: com bases em decisões e ações coletivas. • QUEM, ONDE E DE QUE FORMA SE FAZ A HISTÓRIA: a história como construção social. Presente em todos os conteúdos.

Página 131 do Currículo Básico Para a Escola Pública Municipal

Fonte: a autora.

Esse mesmo livro traz uma contextualização para a disciplina de História, afirmando que:

O ensino de história regional e local visa trabalhar com uma História que não reproduza que o processo de colonização do município e/ou região foi de forma linear, sem contradições, sem conflitos, com um ensino que busca impor a versão dos acontecimentos dos vencedores, e que, ainda hoje, na maioria dos municípios, está intrinsecamente ligada à versão do “pioneirismo” da Companhia Colonizadora e de seus “heróis”. Porém, a grande maioria das publicações visa descrever a história de municípios na versão oficial da História (Versão do Pioneiro). E, na maioria dos casos, reforçam as imagens e os discursos produzidos pelas empresas colonizadoras (ou pelo Estado), contribuindo, dessa forma, para a preservação de determinados estereótipos sobre a formação econômica, social e política do Oeste do Paraná. Na maioria dos Municípios e Estados são raros os estudos históricos de boa qualidade sobre aspectos das trajetórias locais e regionais. E, geralmente, quando existem, têm a valorização da figura do “Pioneiro”. (2014, p. 136).

Diante da citação acima, pode-se afirmar que o livro didático dos estudantes do 4º Ano do Ensino Fundamental, no município de Missal/PR, para História e Geografia, traz, em suas páginas, uma história que, embora atendendo à lei existente, exclui as memórias anteriores à fundação do próprio município.

No prefácio do Livro Didático (2014, p. 6), lê-se que esse livro vem ao encontro da proposta do Currículo Básico para a Escola Pública do Oeste do Paraná e que tem como conteúdo o estudo do município desde a colonização até os dias atuais. Ocorre, porém, que, apesar do que está escrito no prefácio, numa análise mais aprofundada, observa-se que a abordagem dos conteúdos nesse livro didático do município não leva a uma reflexão detalhada das memórias reais vividas.

Assim, trabalhar no ensino de história uma narrativa problema, na qual a saga do vencedor esteja nuançada e outros grupos, que não o imaginado como vencedor, sejam vistos na sua própria temporalidade, é missão crucial deste ensino, o qual tem uma luta política a travar, que é a de ajudar a construir uma consciência histórica a qual Jorn Rüsen chamou de consciência história genética.

Esta consciência histórica não produziria uma identidade baseada na negação do outro, mas sim no princípio da equidade com o mútuo reconhecimento da diferença. A mutualidade, por sua vez, efetivaria a igualdade, e este modo de igualdade assumiria a forma de um inter-relacionamento equilibrado.

Na história contida nos livros didáticos de história, encontram-se amplas parcelas da sociedade brasileira reduzidas à quase insignificância. As múltiplas possibilidades e expectativas existentes, por exemplo, para os agentes negros, no desenrolar da história não podem ser percebidas, mesmo porque, quando seus autores os escreveram já se havia imposto um tipo de consciência história capaz de estabelecer uma identidade calcada na negação do outro, portanto, etnocêntrica.

Ao pensar em formar uma sociedade democrática, plural e fundada na equidade, então o ensino de história em sua principal função (formar a consciência histórica) deve superar a perspectiva etnocêntrica.

Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Moraes (2010, p. 160), sobre a diversidade étnica e a presença de negros e índios no passado e presente de nossa sociedade, afirmam que encontra-se um certo silêncio e na narrativa do livro didático de história – e percebe-se esta realidade no livro didático analisado – e, assim, como em tantos outros manuais escolares de história, o brasileiro “parece negar suas origens, conta e seleciona o ‘lado bom da História’ para se identificar com ela. A origem negra é negada; a indígena vista como covarde e a asiática deixada de lado” (FERNANDES & MORAES, 2010, p. 160).

A educação é uma forma de intervir no mundo e é também ideológica, nos ensinou o mestre Paulo Freire. Assim, poder-se-ia questionar qual é a educação que queremos oferecer para que ela cumpra com o seu papel político de contribuir na formação de cidadãos autônomos, conscientes, democratas e respeitadores da diferença na igualdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim da pesquisa, cabe informar que muitas outras perguntas surgiram no decorrer das entrevistas, no processo de conhecer o que pensavam e pensam os sujeitos envolvidos em um coletivo sobre a ocupação desse pequeno território na borda de fronteira com o Paraguai, no lado ocidental do Paraná. Juntamente com esses questionamentos, por certo, também muitos entendimentos ficaram completados e concluídos.

Assim, concorda-se ao analisar essas fontes e vale reafirmar o que Certeau (1982, p. 107) nos diz que a narrativa histórica, como a escrita da história, em uma formulação, tem uma função simbolizadora, permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe na linguagem um passado e abrindo um espaço próprio para o presente: marcar um passado é dar lugar à morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está por fazer e, conseqüentemente, utilizar a narratividade que enterra os mortos como meio de estabelecer um lugar para os vivos.

Nas delimitações desta pesquisa considerou-se que a emergência da institucionalização e da expansão da escola primária rural, ofertada nos grupos escolares rurais, nas escolas primárias rurais subvencionadas pela União ou mesmo nas escolas isoladas das áreas rurais, também denominadas casas Escolares Rurais, acompanhou o processo de povoamento e de desenvolvimento econômico do Estado.

Nas mensagens e relatórios de governo foi possível acompanhar os relatos sobre os processos de colonização, a expansão da malha rodoviária e ferroviária, a instalação dos municípios e a criação de escolas de forma concomitante.

A urgência com a educação primária se tornava primordial diante do alto número de analfabetos que vivia nas áreas rurais. Embora houvesse nas cidades um crescimento da oferta educacional, a elitização do ensino urbano, com a criação dos grupos escolares, dificultava o acesso das classes populares ao introduzir a frequência obrigatória, o uniforme e o uso de materiais pedagógicos.

Ao procurar no livro didático resposta sobre por que ensinar a história do município e/ou sobre que tipo de história fizeram os fundadores, logo a pesquisa se depara com frases soltas na pequena dedicatória (p. 5), explicitando que, através do livro didático, se pode ter uma oportunidade de conhecer os lugares e de compreender como eles são e o que há neles, bem como afirma-se que o livro retrata uma realidade histórica, e que, através do livro, pode-se conhecer as "nossas origens".

No dizer de Certeau, mesmo falando de morte, há uma história de vivos. Quanto a isso, nós o percebemos no confronto dos conflitos de memória registradas de um lado pela oralidade e, de outro, pela escrita. É uma tradição ancestral fundada na racionalidade europeia, essa de que a escrita apaga a oralidade, substituindo-a ou ignorando-a. Ao nesta pesquisa buscar-se as duas fontes, teve-se a oportunidade de demonstrar essa impertinência.

As fontes orais são ricas em sentimentos, em experiências vividas, em descrições claras e detalhadas; em lágrimas e sorrisos; também em vida e morte. Nelas, o passado não morre porque é recontado a cada roda de chimarrão, a cada encontro, a cada festa, casamento ou batizado.

A escrita segue outra lógica. Deve ser metódica, seguir as diretrizes do mecenato, resguardar a memória política e, no dizer de Choppin, de uma diretriz identitária. Os sujeitos não são lembrados como pessoas, mas como atores que manifestaram grandes feitos: os pioneiros.

Em seu conjunto, as fontes — o livro didático, o livro comemorativo da Lar, o Hino e o Brasão — remetem à necessidade que um grupo dirigente tem de manter certas características culturais: a religião e a etnicidade. Ou seja, com essa leitura dissemina-se no estudante a memória ufanista, pois, no decorrer do livro, o vocabulário retrata uma realidade distante daquela efetivamente vivenciada por aquelas pessoas que fizeram e fazem parte do distrito do Portão do Ocoí. Então a leitura do livro deixa a falsa sensação de que o melhor lugar para se viver, sem muito esforço, é aqui —, porém, a realidade desse povo não é essa.

Complementa-se ressaltando o que escreveu Chopin (2008, p. 69), de que os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas

identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas.

Ocorre, porém, que esse tipo de investimento local tem características mais amplas. No primeiro e segundo capítulos elencamos algumas fontes historiográficas – escritas, portanto – que se enquadram (no sentido proposto por Pollak) – na construção de uma identidade nacional ou uma nacionalidade para o Brasil. Isso não exige, no entanto, o poder local.

Partindo do pressuposto de que o livro didático é o principal material escolar utilizado no ensino de história, buscou-se refletir acerca da natureza de seu discurso e de qual tipo de consciência histórica ele é capaz de corroborar na construção.

Localizando-se o debate no espaço da busca por efetiva democracia, constata-se da necessidade de superar a narrativa predominante nos livros didáticos brasileiros – e no caso específico aqui, o livro didático de História e Geografia utilizado nas escolas municipal do município de Missal/PR, no 4º Ano do Ensino Fundamental I – já que esta história nega a diversidade e igualdade étnico-racial do País.

Conclui-se que a relevância deste estudo para a área de História da Educação deve-se à importância da discussão da temática da escola pública primária da zona rural em um período histórico em que o grande contingente da infância brasileira vivia no mundo rural, bem como pela quantidade ainda escassa de produção na área, que suscita a necessidade interlocução e debate em perspectiva comparada.

Salienta-se que os diversos sentidos atribuídos à educação rural nos tempos e espaços históricos fazem-nos colocar a discussão que ora se apresenta se não em perspectiva da história comparada, por não ter sido este o foco do trabalho, ao menos com a preocupação de suscitar questões que permitam a comparação no âmbito da história da educação brasileira, mais especificamente, da história da escola primária situada no meio rural.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

AMORIM, Maria Salete Souza de. **Cultura política e decisão eleitoral no Oeste do Paraná**. 2006. 253 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, RS: UFRGS, 2006.

ARQUIVO PÚBLICO. **História administrativa do Paraná (1948 – 1998): criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do estado**. Curitiba: Imprensa Oficial/Deap, 2000.

ARRUADA, Gilmar & PROENÇA, Wander de Lara. A historiografia do Paraná e o espaço simbólico da universidade: os historiadores, seus lugares e suas regiões (1970-2012). **Revista de História Regional**, vol. 18, nº 1, p. 240-260, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1985a.

BEN, Marilúcia. **Os nós da territorialização: Cooperativa Agroindustrial Lar no Oeste Paranaense**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Unioeste / *Campus* de Francisco Beltrão, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, civilização e trabalho**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. 484 p.

_____. **Tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Cap. 1, 2 e 3, p.7-16. (Coleção Memória e Sociedade).

BRASIL. Decreto Nº 59.428. **Regula como Será Feito o Acesso a Terra**. Diário Oficial da União de 27 de outubro de 1966.

BUENO, Wilma de Lara. **Curitiba, uma cidade bem-amanhecida; vivência e trabalho das mulheres polonesas**. Curitiba, PR: Aos Quatro Ventos, 2004.

CALLEGARO, Pedro Vinícius. **Entrevista**. Concedida a Rosângela Parizotto em setembro de 2013.

CAMPOS, Névio de. **Movimento pela criação da Universidade: ações de Rocha Pombo e do Estado do Paraná.** Anais da Anpuh, Londrina, 2005.

CARVALHO, Leandro. "**Colonização do Brasil**"; Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/colonizacao-brasil.htm>>. Acesso em: 18 out. 2015.

CASTRO, Sueli Pereira e outros. **A colonização oficial em Mato Grosso: "a nata e a borra da sociedade"**. 2. ed. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção de cotidiano.** Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. **A escrita da história.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 30, nº 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CIGOLINI, Adilar; MELLO, Laércio de & LOPES, Nelci. **Paraná: quadro natural, transformações territoriais e economia.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 128 p.

COLOGNESE, Silvio Antônio; GREGORY, Valdir & SCHALLENBERGER, Erneldo. **Tupãssi: do mito à história.** Cascavel, PR: Edunioeste, 1999.

COSGROVE, D. E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CRESTANI, Leandro de Araújo. **Memórias dos conflitos agrários na região oeste do Paraná (1950-1980).** 2010. 67 f. Monografia (Especialização em História e Humanidades) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

DAMASCENO, Maria & BESERRA, Bernadete. Estudo sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Revista Educação e Pesquisa**, vol. 30, nº 1, p. 79-89, 2004.

DEITOS, N. J. **A Igreja Católica e os colonos no oeste do Paraná: nomização de um espaço de fronteira.** 2007. (Apresentação de Trabalho / Comunicação UNIOESTE/Toledo. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br>>. Acesso em: 3 nov. 2015.

EMER, Ivo Oss. **Desenvolvimento histórico do oeste do Paraná e a construção da escola.** Rio de Janeiro: IESAE/FGV. Mimeo, 1991. Síntese de parte de um capítulo da dissertação em nível de mestrado, pesquisa concluída em 1991 e defendida no Instituto de Estudos Avançados em Educação - IESAE - Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro, aprovada pela banca - nota 10, com louvor.

_____. Um pouco da história da educação do oeste do Paraná. In: **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, número especial, p. 34-48, maio 2012 - ISSN: 1676-2584. Acesso em 18 de junho de 2015.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. **Memória social**. Lisboa: Teorema, 1992.

FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. Renovação da história da América. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FIGUEIREDO, Lima. **Oeste Paranaense**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 104.

FONSECA, Thais Nívea de Lima. **História e ensino de história**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.

FREITAG, Liliane da Costa. **Fronteiras perigosas: migrações e brasilidade no extremo-oeste paranaense**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2001b.

_____. **Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação**. Tese (Doutorado) Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista – Franca: UNESP, 2007a. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/liliane_2007.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

GARRET, Anette. **A entrevista, seus princípios e métodos**. Rio de Janeiro: Agir, 1981.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu Editora, 2004.

GIRON, Loraine Slomp. Das colônias e dos colonos no Brasil. In: **Ágora**, vol. 3, nº 1 (jan./jun. 1997). Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1997. p. 91-107.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2002.

_____. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940/70)**. Cascavel, PR: Editora da Unioeste, 2005a.

_____. **Cultura e identidade: a construção de memórias no oeste do Paraná.** In: SCHALLEMBERGER, Erneldo (Org.). **Cultura e memória social: territórios em construção.** Cascavel, PR: Coluna do Saber, 2006b.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HOFF, Sandino. A ocupação do norte. In: PAZ, Francisco Moraes (Org.). **Cenários de economia e política no Paraná.** Curitiba, PR: Prephacio, 1991. p. 25-40.

HORTA, J. S. B. **Revista de Cultura Vozes.** Petrópolis, vol. 69, nº 6, p. 29-48, ago. 1975.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

_____. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

ILANA, Blaj. A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). **Humanitas/Fapesp.** São Paulo, p. 306, 2002.

JOSÉ FILHO, Mário & DALBÉRIO, Osvaldo (Org.). **Desafios da pesquisa.** Franca, SP: Editora da Unesp/FHDSS, 2006.

KLAUCK, Samuel. **Gleba dos Bispos.** Colonização no Oeste do Paraná - uma experiência católica de ação social. Porto Alegre, RS: EST Edições, 2004.

KREUTZ, Lúcio. Imigrantes e projeto de escola pública no Brasil: diferenças e tensões culturais. In: Sociedade Brasileira de História da Educação (Org.). **Educação no Brasil: história e historiografia.** Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 1999.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste.** Campinas, SP: EdUnicamp, 1986.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguazu no contexto da Marcha para Oeste**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2002 (Coleção Thésis).

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação - abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1994.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa: uma Introdução**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1999.

LUNKES, Gisela. **Missal tem muito futuro neste passado**. 1. ed. Marechal Cândido Rondon, PR: Germânica, 2005.

_____. **Conhecendo Missal: geografia e história – 4º ano**. 2. ed. Marechal Cândido Rondon, PR: Germânica, 2014. 68 p.

MAGALHÃES, Vanderlei Leopold & CUNHA, José Edézio da. O solo como base da sustentabilidade agrícola: estudo de caso no município de Marechal Cândido Rondon-PR. **Revista RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise – Curitiba**, nº 12, p. 179-193, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/4496>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 45.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, vol. 11, nº 2 (out. 1999), editado em fevereiro de 2000. São Paulo: USP, FFLCH. (p. 129-153).

MATTOS, Selma Rinaldi de. **O Brasil em lições**. A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000.

MOTA, Lucio Tadeu & NOELLI, Francisco Silva. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito & GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o norte do Paraná: estudos e história regional**. Maringá: Editora da UEM, 1999. p. 21-50.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MEIHY, J. C. S. B. História oral: desafios para o século XXI. In: FERREIRA, M. M. (Org.). **História oral: desafios para o século XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010. p. 733.

MENDONÇA, Sônia Regina & FONTES, Virgínia. **História do Brasil recente**. São Paulo: Ática, 1994.

MYSKIW, Antônio Marcos. **Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no oeste Paranaense (1961/66)**. Niterói, RJ, 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal Fluminense / Universidade Estadual do Oeste Paranaense, 2002.

_____. **A fronteira como destino de viagem: a colônia militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)**. 2009. 245f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: UFF, 2009.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1992.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. História e memória: algumas observações. **Práxis, Revista Eletrônica de História e Educação**, ano 2, nº 2, 2005. Disponível em: <<http://pablo.deassis.net.br/wp-content/uploads/História-e-Memória.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2015.

MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais**. Maringá, PR: Editora da UEM, 2005.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba, PR: SEED, 2001.

PARANÁ, Relatório – **A concretização do plano de obras do governador Moyses Lupion (1947-1950)**. Curitiba, PR, 1950.

Paraná. **Nova Enciclopédia Barsa (Datapédia e atlas)**. (1998). São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda., p.35.

PARANÁ. Parecer CEE/CEB N. 1011/2010. Estado do Paraná - Conselho Estadual de Educação - Câmara de Educação Básica. **Consulta sobre as normas e princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, bem como do processo de definição da identidade das Escolas do Campo**. Curitiba, PR, 2010.

PARANÁ. Presidente de Estado (1924-1928: Caetano Munhoz da Rocha). **Relatório** apresentado ao Congresso Legislativo pelo Snr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente de Estado no Paraná. Exercício de 1924-1928). Curitiba, 1928.

PARANÁ. **Relatório** - A concretização do plano de obras do governador Moyses Lupion (1947-1950). Curitiba, PR, 1950.

PARANÁ. **Relatório** apresentado ao governador Bento Munhoz da Rocha Netto, pelo diretor do Departamento Administrativo do Oeste do Paraná (DAO), Estevam Ribeiro de Souza Netto, em 1951. Curitiba, PR, 1951b.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. **ArtCultura**, Uberlândia, vol. 4, nº 4, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 15, nº 29, 1995.

PIAIA, Vander. **A ocupação do oeste paranaense e a formação de Cascavel**: as singularidades de uma cidade comum. Niterói, RJ: UFF / Programa de Pós-Graduação em História - UNIOESTE, 2004. (Tese de Doutorado em História).

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.

PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS: Estabelecimento Gráfico Santa Terezinha, 1934. p. 164-165.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: **Ciência e Cultura**, São Paulo, vol. 39, nº 3, p. 272-286, mar. 1987.

RIBEIRO, Vitor Hugo; CASSULI, Danieli Cristina & FRASSAO, Adair José Frasson. Território e conflito: breve histórico sobre a implantação da usina hidroeétrica Itaipu binacional e seus reflexos na produção do espaço. In: **Anais da XIII Jornada do Trabalho**, 2012, Presidente Prudente, SP, Brasil. 2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/jtrab/n1/14.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto**: vozes na construção de Itaipu. Cascavel, PR: Edunioeste, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta história. **História da historiografia**, n. 2, março, 2009.

SÁ, Nídia Limeira de. Fazendo ciência nas ciências humanas: um olhar sobre a pesquisa verificacionista e a pesquisa interpretativa. **Revista Amazônica**, nº 2, 2001.

SANTOS, José Carlos dos. **O viver e o sagrado: imagens do cotidiano no extremo oeste do Paraná**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 1996.

_____. **Praticantes da escrita e construtores do espaço:** narrativas sobre o homem e o território paranaense nas décadas de 1930 e 1940. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2002.

_____. **Luzes na floresta:** religiosidade como arte de governar no espaço colonial. Cascavel, PR: Coluna do Saber, 2008.

SANTOS, José Carlos dos & RISTOW, Márcia Regina. Uma micro-história do suicídio no limite de fronteiras. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH – São Paulo, julho 2011.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

_____. **Espaço e sociedade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1979. p. 9-27.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SCHALLENBERGER, Erneldo & SCHNEIDER, Iara Elisa. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações de governo e dinâmica do capital. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, nº 25, p. 202-222, set./dez. 2010.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **Da roça para a escola:** institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). Maringá, PR: Editora da UEM, 2014. p. 71-91.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre. RS: UFRGS, 2003.

SHEEN, M. R. C. C. **O contexto da política de criação das universidades estaduais do Paraná.** Campinas, 1986. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil.** Brasília, DF: Editora UnB, 1990.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro.** In: **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, 1997.

SILVA, Márcia da. **Análise política do território:** poder e desenvolvimento no centro-sul do Paraná. 1. ed. Guarapuava, PR: UNICENTRO, 2007. 216 p.

SPÓSITO, Eliseo Savério. **Redes e cidades.** São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

STECA, Lucinéia C. & FLORES, Mariléia. O Norte Pioneiro. In: **História do Paraná.** Londrina: Editora da UEL, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** – história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE. **História e Geografia do Paraná**: textos e metodologias de mapas e maquetes. Curitiba, 2002.

VIANNA, Oliveira. **Ensaio inédito**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1991.

VICTOR, Rogério Lustosa . **Ensino de História: o livro didático e a questão do outro**. Universidade Federal de Goiás: Dezembro/2012.

VIDAL, Diana Gonçalves. De Heródoto ao gravador: histórias da história oral. In: **Revista Resgate**, nº 1, 1990.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná Sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba, PR: Lítero-Técnica, 1985. Estante Paranista/IHGEPR.

_____. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba, PR: Imprensa Oficial, 2001 (Brasil Diferente).

_____. **Obrageiros, mensus e colonos**: história do oeste paranaense. 2. ed. Curitiba, PR: Vicentina, 1987.

_____. **A relação professor/Estado no Paraná Tradicional**. São Paulo: Cortez, 1984. 385 p.

_____. **História do Paraná**. 2. ed. Ponta Grossa, PR: Editora da UEPG, 2010.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **História documental do Paraná**: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu. Curitiba, PR: SBPH, 1987. 120 p.

ZART, Laudemir Luiz. **Desencanto na nova terra**: assentamento no município de Lucas do Rio Verde-MT na Década de 80. Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 1998.

ENDEREÇOS DOS MAPAS

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Geografia_do_Paran%C3%A1>.

Fonte: <<http://www.sites-do-brasil.com/diretorio/catimages/mapa-estado-parana.gif>>.

JORNAL

JORNAL O ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, 4 fev. 1978, p. 24.

PARANÁ ON-LINE. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/132594/>>. Publicado em: 2 ago. 2005. Acesso em: 28 out. 2015.

JORNAL MENSAGEIRO. Disponível em: <<http://www.jornalmensagemiro.com/materia.php?id=17408>>. Publicado em: 14 maio 2015. Acesso em: 1º nov. 2015.

SITES

Disponível em: <<http://www.missal.pr.gov.br/prefeitura/html/main.jsp?cat=mun&pg=historia>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

Disponível em: <<http://www.paranaoeste.com.br/historia.php-AMOP->>. Acesso em: 21 set. 2013.

Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/capitulos/Capitulo_03.pdf>. Acesso em: 21 set. 2013.

Disponível em: <<http://www.amop.org.br/municípios>>. ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ. Municípios. Acesso em: 23 maio 2015.

Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacaomun_micros_mesos_parana.pdf>. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Anuário Estatístico do Estado do Paraná. Curitiba, PR: IPARDES, 2006a. p. 12-13. Acesso em: 12 dez. 2015.

Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000098&pid=S0103-4014200500030002700011&lng=en>. FROCHTENGARTEN, F. (2004a). Shoah: memória e política aos olhos de um descendente. *Ide*, nº 40, 2004, p. 14-19. Acesso em: 18 nov. 2015.

FONTES ORAIS

BRAMBILLA, Inez Mazzucco – **Entrevista**. Concedida a Rosângela Parizotto em 13 de janeiro de 2017.

CHECHI, Olga. **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em 11 de setembro de 2014.

DELAZARI, Gabriel. **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em setembro de 2014.

Entrevistado 1 – **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em setembro de 2013.

Entrevistado 2 – **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em outubro de 2015.

Entrevistado 3 – **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em outubro de 2015.

Entrevistada 4 – **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em setembro de 2015.

Entrevistado 5 – **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em agosto de 2015.

Entrevistado 6 – **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em janeiro e agosto de 2015.

Entrevistado 7 – **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em julho de 2015.

Entrevistada 8 – **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em maio de 2015.

Entrevistado 9 – **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em setembro de 2015.

Entrevistado 10 – **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em setembro de 2015.

Entrevistado 11 – **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em janeiro e maio de 2015.

Entrevistado 12 – **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em janeiro e agosto de 2015.

Entrevistado 13 – **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em janeiro de 2016.

LISÉSKI, Josefina. **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em maio de 2015.

LIESÉSKI, Vitório. **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em maio de 2015.

MAZZUCCO, Requeta. **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em junho de 2015.

MAZZUCCO, Rosa Furlan. **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em outubro de 2015.

SCHOMMER, Aloísio – **Entrevista.** Concedida a Rosângela Parizotto em janeiro de 2016.

ANEXOS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
OESTE DO PARANÁ/



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PORTÃO DO OCOÍ: O SONHO DA TERRA PRÓPRIA X A PRESSÃO DOS JAGUNÇOS E DA DITADURA MILITAR

Pesquisador: Rosângela Parizotto

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 38308914.6.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.049.768

Data da Relatoria: 30/04/2015

Apresentação do Projeto:

todas as readequações foram realizadas

Objetivo da Pesquisa:

Resgatar a história das Comunidades que compõem o Distrito do Portão Ocoí, suas tradições e aspectos culturais e educacionais, desde sua colonização (1961) até os dias atuais (adequados ao estudo)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

presentes

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

relevante à área

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

todos os documentos que necessitavam de readequação foram readequados

Recomendações:

nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

sem pendências

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

As solicitações feitas foram atendidas pela pesquisadora.

Algumas fotos que farão parte do trabalho.

Foto 4: Escola Municipal da comunidade de Portão Ocoy no ano de 1965.

Foto 6: Escola Rural Municipal de Portão do Ocoy em ano de 1965.



FONTE: Acervo do Museu Municipal de Missal. *Projeto Chá da memória – Missal Resgatando sua História.*

Fonte: Acervo Municipal de Missal

Foto 5: Dona Hilda e seu esposo José Gonçalves (*in memoriam*) na época namorados – aos fundos a construção da primeira escola que servia também de Igreja nos fins de semana. Ano de 1970.



Fonte: Hilda Gonçalves.

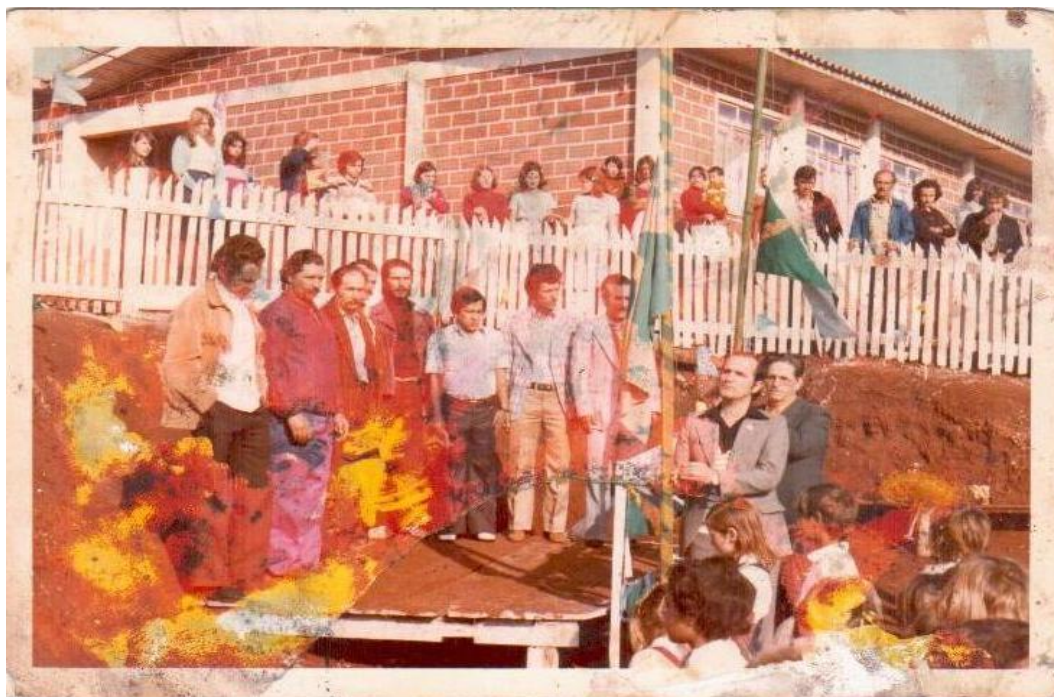


Foto 6: Prefeito de Medianeira, Luiz Bonatto, hasteando a Bandeira Nacional. Fonte: Angelina Orsolini – professora quando da inauguração da construção da escola em 1976.



Foto 7: Grupo de professores que atuavam no município de Missal/PR em 1977. Em reunião de professores no Colégio Estadual Padre Eduardo Michelis. Fonte: Irani Giehl.

HINO DE MISSAL

Letra: Sebastião Lima

Arranjo: Josué de Souza

Quando os bravos pioneiros um dia
Adentraram o antigo sertão
Pressentiram o sol que fremia
Uma augusta riqueza no chão
Braços fortes do heróico gigante
Revolveram glebas colossais
e surgiu a esplendor deslumbrante
Majestoso tesouro, Missal.

Na mensagem do futuro
De beleza sem igual
Haverá um tom seguro
No progresso de Missal
Quanto adoro este belo torrão
E este céu do mais puro anil
Viverás sempre em meu coração
Linda Jóia do Sul do Brasil.

Nosso Povo de Coração
Abençoado por Deus é Feliz
Trabalha com fé e união
E te agradece e bendiz
És Missal um exemplo eloquente
Do que pode o amor realizar
Quando estende sagrada semente
E transforma seu chão em altar...

Figura 9: Mapa atualizado de parte do distrito de Portão Ocoí.



Fonte: foto tirada do Google Earth em 25 de julho de 2015 e editada pela pesquisadora.